

FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

KATIA DE FATIMA VILELA

**ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL, ESTUDO DE CASO: POUSO ALEGRE, ALCOBAÇA - BA**

São Mateus
2014

KATIA DE FATIMA VILELA

**ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL, ESTUDO DE CASO: POUSO ALEGRE, ALCOBAÇA - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Faculdade Vale do Cricaré como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Orientador: Dr. Douglas Cerqueira Gonçalves

São Mateus, ES
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

V695a

VILELA, Katia de Fátima.

Associativismo, cooperativo e desenvolvimento local, estudo de caso: Pouso Alegre, Alcobaça - BA/
Katia de Fátima Vilela. São Mateus, 2014.

119 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) –
Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2014.

Orientação: Dr. Douglas Cerqueira Gonçalves.

1. Associativismo. 2. Agricultura Familiar 3.
Desenvolvimento. 4. Responsabilidade Social. I. Título.

CDD: 634.981

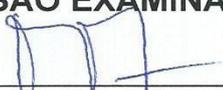
Kátia de Fátima Vilela

**Associativismo, Cooperativismo e Desenvolvimento Local,
Estudo de Caso: Pouso Alegre – Alcobaça/BA.**

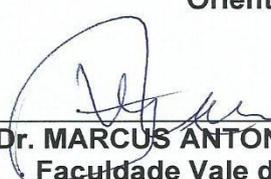
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 08 de Agosto de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA



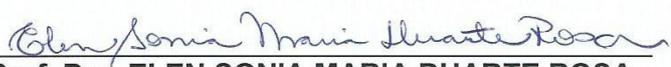
Prof. Dr. DOUGLAS CÉRQUEIRA GONÇALVES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. MARCUS ANTÔNIO DA COSTA NUNES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Me LUANA FRIGULHA GUISSO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dra. ELEN SONIA MARIA DUARTE ROSA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

À minha mãe Lenita que muito contribuiu para minha formação, não medindo esforços e nem palavras de incentivo.

Ao meu esposo Rodney, grande incentivador para que tudo isso acontecesse.

Gabriel, meu filho que tão pequeno procurava entender minhas ausências.

E em especial ao meu orientador, pelo apoio, dedicação e orientações, que se tornou meu amigo, mestre e incentivador Douglas Cerqueira Gonçalves.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu saúde, forças e persistência para continuar o trabalho.

À minha família que soube esperar e entender meus momentos de ausência.

Ao Professor Douglas, meu orientador, incentivador e amigo que mesmo à distância sempre me encorajou a continuar sendo um capitão que acertava o “leme desta embarcação”.

À Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga (CAVI) por possibilitarem esta pesquisa.

A empresa Controller, responsável pelo projeto de implantação da CAVI, que me forneceu informações importantes sobre a atividade da cooperativa.

A senhora Adelina Santana Soares da Silva presidente da CAVI, ao senhor Adão Miranda, diretor administrativo e aos gerentes e demais funcionários, que possibilitaram todo este trabalho.

À Comunidade de Pouso Alegre, pela recepção e colaboração nesta pesquisa.

As associações denominadas Pouso Alegre e Constelação, pela receptividade.

À Minha mãe Lenita, pela paciência, amor e colaboração ao ficar com meu filho em todos os momentos turbulentos de minha jornada.

Ao meu esposo Rodney, pelo amor, compreensão, incentivo, apoio e carinho em todos os momentos difíceis desta caminhada.

Ao meu filho Gabriel, que com apenas 5 anos compreendeu a ausência da mãe durante esta jornada.

A todos meus colegas de mestrado por me apoiarem e proporcionarem momentos de amplo conhecimento.

Aos que indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos meus sinceros agradecimentos.

Nada é mais precioso que o humano. Ele é a fonte das outras riquezas, critérios e portador vivo de todo o valor é por isso que defendemos que é preciso ser economista do humano, que é bom cultivá-lo, valorizá-lo, variá-lo e multiplicá-lo, e não esbanjá-lo, esquecê-lo. Deixá-lo morrer por falta de cuidados e de reconhecimento. É necessário igualmente forjar instrumentos – conceitos, métodos, técnicas – que tornem cessível, mensurável, organizável, em suma, praticável o progresso em direção a uma economia do humano (PIERRE LÉVY, 1998).

RESUMO

VILELA, K.F. **Associativismo, cooperativismo e desenvolvimento local, estudo de caso: Pouso Alegre, Alcobaça - BA.** 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus. 2014.

O presente estudo objetivou analisar as contribuições do associativismo e cooperativismo junto às comunidades rurais que vivem da agricultura familiar, tendo em vista o fomento do desenvolvimento local. O universo empírico do estudo foi representado pela comunidade rural de Pouso Alegre localizada no Extremo Sul da Bahia, no município de Alcobaça. Com o propósito de conhecer as parcerias existentes na comunidade e descrever as ações realizadas em prol do desenvolvimento local. O percurso metodológico compreendeu a realização de pesquisa bibliográfica sobre os temas agricultura familiar, desenvolvimento, associativismo, responsabilidade social e cooperativismo, bem como uma pesquisa de campo através da observação, elaboração de entrevistas junto aos gestores da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga e a presidente da Associação Constelação. Os questionários foram aplicados junto aos membros das associações de Pouso Alegre, Constelação e comerciantes da comunidade. Os resultados da pesquisa evidenciam que a dinâmica do associativismo e cooperativismo é reconhecido pelos membros das associações e pela própria comunidade como uma verdadeira conquista, tornando-se um exemplo de desenvolvimento local capaz de garantir a solidez e o futuro de comunidades rurais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento. Associativismo.

ABSTRACT

VILELA, K.F. **Associations, cooperatives and local development case study: Pouso Alegre, Alcobaça - BA.** 2014. 119 f. Master's Thesis (Master in Social Management, Education and Regional Development) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus. 2014.

This study aimed to analyze the contributions of associativism and cooperativism next to the rural communities living on family farming, with a view to promoting local development. The empirical study population was represented by the rural community of Pouso Alegre located in the extreme south of Bahia, with belongs to the municipality of Alcobaça. In order to understanding existing partnerships in the community and describe the actions taken to promote local development. The methodological approach consisted of conducting literature review on themes of family agriculture, development, associativism, cooperativism and social responsibility as well as a study field surveys, the elaboration of interviews with the managers of Vale do Itaitinga's Agricultural Cooperative and the President of the Association Constelação. The questionnaires were applied to the members of the associations Pouso Alegre, Constelação and local traders. The survey results show that the dynamics of associativism and cooperativism is recognized by the members of the associations, as well by the community as a real achievement, becoming an example of local development capable of propel development and ensure the future of rural communities.

Keywords: Family Farming. Development. Associations.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - População de Alcobaça/BA de 1991 a 2010..... | 57 |
| Tabela 2 - Crescimento da População de Alcobaça X Migração | 57 |
| Tabela 3 - Produção da lavoura permanente no Município de Alcobaça de 2004 a 2012.... | 58 |
| Tabela 4 - Produção da Lavoura Temporária em Alcobaça, de 2004 a 2012 | 59 |
| Tabela 5 - Produção da Pecuária no Município de Alcobaça de 2004 a 2012 | 59 |
| Tabela 6 - Extração vegetal e silvicultura no Município de Alcobaça de 2004 a 2012..... | 60 |
| Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal | 62 |
| Tabela 8 - Síntese dos indicadores de Alcobaça | 62 |
| Tabela 9 - Principais problemas apontados pela população de Alcobaça..... | 63 |
| Tabela 10 - O que é mais importante em seu município e que deveria ser preservado para sempre? | 64 |
| Tabela 11 - Investimentos e receitas do PDRT na comunidade de Pouso Alegre em 2011. | 66 |
| Tabela 12 - Tamanho das propriedades dos membros das Associações Pouso Alegre e Constelação | 72 |
| Tabela 13 - As 5 principais ações das duas associações da comunidade | 73 |
| Tabela 14 - As 5 principais dificuldades da Associação Pouso Alegre | 74 |
| Tabela 15 - As 5 principais dificuldades da Associação Constelação | 75 |
| Tabela 16 - Principais dificuldades encontradas pela Controller para implantação e gestão da CAVI | 91 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Diferenças entre Associação e Cooperativa..... | 52 |
| Figura 2 - Localização do Extremo Sul da Bahia..... | 55 |
| Figura 3 - Localização do Município de Alcobaça, Bahia | 56 |
| Figura 4 - Mapas da área de Mata Atlântica em 1945, 1960 e 1974 | 56 |
| Figura 5 - Localização da Comunidade de Pouso Alegre, Alcobaça/BA..... | 64 |
| Figura 6 - Localização da Comunidade Pouso Alegre na BR 101 | 65 |
| Figura 7 - Distância da Comunidade Pouso Alegre a Teixeira de Freitas e Itamaraju | 65 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Nível de escolaridade dos membros da Associação Pouso Alegre..... | 70 |
| Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos membros da Associação Constelação | 70 |
| Gráfico 3 - Tempo em que os membros da Associação Pouso Alegre residem na comunidade..... | 70 |
| Gráfico 4 - Tempo de residência dos membros da Associação Constelação | 71 |
| Gráfico 5 - Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas em sua propriedade? Associação Pouso Alegre..... | 75 |
| Gráfico 6 - Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas em sua propriedade? Associação Constelação | 76 |
| Gráfico 7 - Se você não fizesse parte de uma associação, teria conseguido a sua propriedade rural? Associação Pouso Alegre..... | 77 |
| Gráfico 8 - Se você não fizesse parte de uma associação, teria conseguido a sua propriedade rural? – Associação Constelação | 77 |
| Gráfico 9 - Como você avalia as ações das associações dentro da Comunidade de Pouso Alegre? – Associação Pouso Alegre..... | 78 |
| Gráfico 10 - Como você avalia as ações das associações dentro da Comunidade de Pouso Alegre? – Associação Constelação | 78 |
| Gráfico 11 - Melhoria da qualidade de vida de sua família após a entrada na associação? - Associação Pouso Alegre..... | 79 |
| Gráfico 12 - Melhoria da qualidade de vida de sua família após a entrada na associação? – Associação Constelação | 79 |
| Gráfico 13 - Você trabalha na cooperativa (CAVI) ou tem membros da família que trabalham lá? – Associação Pouso Alegre | 80 |
| Gráfico 14 - Você trabalha na cooperativa (CAVI) ou tem membros da família que trabalham lá? – Associação Constelação..... | 80 |
| Gráfico 15 - Após a implantação da cooperativa (CAVI) sua renda familiar? – Associação Pouso Alegre..... | 81 |
| Gráfico 16 - Sobre renda familiar após a implantação da cooperativa (CAVI) – Associação Constelação | 82 |
| Gráfico 17 - Se não participa da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, pretende participar? – Associação Pouso Alegre | 83 |
| Gráfico 18 - Se não participa da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, pretende participar? - Associação Constelação..... | 83 |

| | |
|---|----|
| Gráfico 19 - Qual é a sua expectativa de melhoria da Comunidade com a participação das Associações? – Associação Pouso Alegre | 84 |
| Gráfico 20 - Qual é a sua expectativa de melhoria da Comunidade com a participação das Associações? – Associação Constelação | 84 |
| Gráfico 21 - Expectativa de melhoria da Comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga? – Associação Pouso Alegre | 85 |
| Gráfico 22 - Expectativa de melhoria da Comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga ? – Associação Constelação..... | 86 |
| Gráfico 23 - Tempo em que os comerciantes residem na comunidade | 87 |
| Gráfico 24 - Nível de escolaridade dos comerciantes da Comunidade de Pouso Alegre | 87 |
| Gráfico 25 - Como você avalia as vendas do seu estabelecimento comercial, após criação das Associações Constelação e Pouso Alegre?..... | 89 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CODES | Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia |
| DAP | Declaração de Aptidão ao Pronaf |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| OCEPAR | Organização das Cooperativas do Paraná |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PDRT | Plano Desenvolvimento Rural Territorial |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| RSC | Responsabilidade Social Corporativa |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| ZEE | Zoneamento Ecológico Econômico |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPITULO I | 25 |
| AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO | 25 |
| 1.1 Agricultura Familiar | 25 |
| 1.2 Desenvolvimento Econômico e Endógeno | 28 |
| 1.2.1 Desenvolvimento Local | 31 |
| 1.2.2 Desenvolvimento Sustentável | 34 |
| CAPITULO II | 36 |
| ASSOCIATIVISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL | 36 |
| 2.1 Associativismo | 36 |
| 2.2 Origem e Evolução da Responsabilidade Social | 39 |
| 2.2.1 As Diversas Definições da Responsabilidade Social Corporativa | 41 |
| 2.2.2 Responsabilidade Social das Empresas | 43 |
| 2.2.3 Cidadania Empresarial | 45 |
| 2.3 Estratégia Organizacional e Planejamento Estratégico | 46 |
| 2.4 Cooperativismo | 48 |
| CAPITULO III | 55 |
| REGIONALIZAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE POUSO ALEGRE | 55 |
| CAPITULO IV | 69 |
| O ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL | 69 |
| 4.1 Caracterização dos Membros das Associações | 69 |
| 4.2 Ações Socioeconômicas das Associações | 72 |
| 4.3 As Associações na Visão: dos Comerciantes Locais, da Empresa de Consultoria e da Cooperativa | 86 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 94 |
| REFERÊNCIAS | 97 |
| APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA PRESIDENTE DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES VALE DO ITAITINGA | 106 |
| APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS PRODUTORES RURAIS | |

| | |
|---|-----|
| MEMBROS DAS ASSOCIAÇÕES DA COMUNIDADE DE POUSO ALEGRE ... | 108 |
| APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PARA OS COMERCIANTES DA COMUNIDADE DE POUSO ALEGRE | 110 |
| APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA O GESTOR DA EMPRESA CONTROLLER | 111 |
| APÊNDICE E - ENTREVISTA COM O DIRETOR E A PRESIDENTE DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES VALE DO ITAITINGA | 112 |
| ANEXO A - REPORTAGEM SOBRE A INAUGURAÇÃO DA COOPERATIVA DE AGRICULTORES VALE DO ITAITINGA | 116 |
| ANEXO B - ARTIGO 151 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA | 119 |

INTRODUÇÃO

Atualmente, há intenso debate teórico sobre as definições dos termos desenvolvimento econômico, endógeno, local, regional e durável. Estas discussões estão presentes no cotidiano e servem de reflexão sobre as práticas adotadas pelas empresas, independentemente de seu ramo de atividade ou porte, comunidades, escolas, poder público, enfim por toda a sociedade civil.

Na agricultura, as inquietações relativas ao desenvolvimento acontecem com ênfase na manutenção e na sobrevivência das comunidades rurais. Há centenas de anos a agricultura familiar foi se destacando naturalmente nas comunidades rurais, utilizando-se dos recursos renováveis. Nesse contexto, os agricultores apresentam uma relação solidária que atravessa gerações, sobretudo, nas relações de trabalho e subsistência.

O desenvolvimento tem transformado a agricultura familiar em um setor moderno e competitivo, porém o desafio é possibilitar o progresso da modernização da agricultura, mantendo a eficácia da produção e preservando ao mesmo tempo, os valores, cultura e costumes locais. Dessa forma, os trabalhadores rurais se unem para ganharem forças por meio do Associativismo e Cooperativismo, e essa ação tem também apresentado resultados positivos, sobretudo no campo social, pois defendem os interesses comuns e contribuem para minimizar diferenças entre as regiões onde atuam.

Neste sentido, a agricultura familiar tem vencido as barreiras que dificultam a produção e a distribuição de seus produtos impostas pelas complexidades do mundo globalizado e tem mostrado que o desenvolvimento local é o instrumento para vencê-las. O desenvolvimento local pode contribuir para que comunidades e sociedades alcancem o almejado desenvolvimento sustentável (DIEGUES *apud* DIEGUES, 2003), pois se acredita que as comunidades reunidas em forma de associativismo e em parceria com planos desenvolvidos por grandes corporações, por meio das ações de responsabilidade social corporativa, possam estruturar, fortalecer e promover o desenvolvimento local de pequenas comunidades baseadas na agricultura familiar.

O desenvolvimento local ocupa importante espaço no mundo e, especialmente, em pequenas comunidades. Para Veiga (2010, p. 9), “[...] o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária porém não suficiente”. Com isso, são necessárias as ações que concretizem interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento por meio de práticas associativas que consolidam comunidades reunidas em um conjunto de iniciativas para melhorar as condições de vida dos indivíduos, possibilitando trocas de experiências entre seus membros e se constituindo em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

De acordo com Veiga (2010, p. 56), “[...] não deve se esquecer de que, no crescimento, a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento ela é qualitativa. Essas mudanças estão intimamente ligadas, mas não são a mesma coisa”. A coleta de dados qualitativos junto à comunidade rural de Pouso Alegre implica em dizer a comunidade passou e está passando pelo processo do crescimento econômico.

Portanto, o associativismo constitui-se historicamente como uma exigência para melhorar a qualidade de vida da existência humana. Assim, pode-se destacar a tradição e a força do associativismo e do cooperativismo no estado da Bahia, a exemplo do município de Cruz das Almas, situado no Recôncavo Sul do estado da Bahia, distante 146 quilômetros da capital, com população estimada em 58 mil habitantes (IBGE, 2010). De acordo com o mapeamento realizado em 2005 e 2007 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cruz das Almas possuía 11 empreendimentos econômicos solidários, sendo que 82% atuavam na área rural e urbana. Desse total de empreendimentos, 55% eram de organizações cooperativas; 36% constituíam-se de grupos informais e 9% se organizavam como associações (OLAIDE et al., 2007).

É sobre o prisma das discussões existentes com ênfase na agricultura familiar, desenvolvimento local, associativismo, cooperativismo e responsabilidade social que busca-se compreender a comunidade de Pouso Alegre no município de Alcobaça, BA, e ao mesmo tempo justifica-se esta pesquisa.

Os membros da comunidade em estudo, inicialmente uniram-se em forma de associativismo e dessa união receberam em forma de doação as terras para trabalharem. Posteriormente por meio do associativismo foram incentivados a se organizarem desta vez em forma de cooperativismo e constituíram a Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga - CAVI, composta pelas associações denominadas Constelação, Itaitinga, Pouso Alegre e Novo Destino (Ver Anexo A). Essas comunidades estão envolvidas com a operação de uma farinheira comunitária, implantada por meio de parcerias entre as associações, lei orgânica do município e uma empresa de papel e celulose.

Os agricultores familiares da comunidade de Pouso Alegre, até então, comercializavam somente a mandioca *in natura*. Hoje, por meio da Cooperativa e representados por uma pessoa jurídica, os mesmos podem planejar, organizar e operacionalizar a farinheira comunitária e afirmam que a produção de farinha na comunidade rural modificou significativamente, uma vez que podem agregar valor ao produto final e padronizar os processos produtivos, além de aumentar a competitividade desses produtos no mercado.

Este estudo encontra relevância tanto para a sociedade local e regional quanto para o meio acadêmico, pois se pretende analisar, na comunidade de Pouso Alegre, as ações do associativismo que proporcionam a inclusão social de famílias de pequenos agricultores. Assim, tem-se como questão de pesquisa: O associativismo tem apresentando condições para que a comunidade de Pouso Alegre possa se desenvolver?

Para responder a tal questionamento, fez-se necessário entender as ações e o papel de cada membro dentro das associações, as parcerias estabelecidas, assim como entender o papel da agricultura familiar como alternativa para o desenvolvimento, além de observar como essas ações têm influenciado o desenvolvimento da comunidade, pois “[...] o desenvolvimento entra em cena a partir de uma longa reflexão sobre o futuro da humanidade” (SACHS, 2009, p. 9); pretende-se ainda conhecer as ações implantadas pelo associativismo na comunidade no intuito de preservar e fortalecer a agricultura familiar, assim como, contribuir com o objeto de estudo, para fortalecer ações já implantadas.

Com isso o objetivo geral desta pesquisa é analisar as ações desenvolvidas pelas associações de Pouso Alegre e Constelação dentro da comunidade e como objetivos específicos:

- Entender as ações e o papel de cada membro dentro das associações locais;
- Conhecer as parcerias estabelecidas entre a comunidade e outras instituições/empresas;
- Compreender o papel da agricultura familiar como alternativa para o desenvolvimento da comunidade, e
- Observar como as ações das associações têm influenciado no desenvolvimento da comunidade.

O município de Alcobaça/BA, onde se situa a comunidade de Pouso Alegre, apresenta uma crescente produção de maciços florestais destinados a grandes empresas de papel e celulose e a política da monocultura do eucalipto se contrapõe com a redução da lavoura e da pecuária. Conseqüentemente, esse processo refletiu nas alternativas de emprego e renda neste município.

A pesquisa inicialmente foi realizada a partir de um estudo bibliográfico baseado em livros, periódicos, dissertações e teses retiradas de sites de universidades, abordando assuntos relacionados ao tema, onde foi evidenciado que a agricultura familiar não é simplesmente uma forma aleatória, momentânea, prestes ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico complexo e importante para o país e para o mundo, onde é possível encontrar as bases do desenvolvimento. Nesse sentido, destaca-se a crescente preocupação com as comunidades rurais tanto pelo poder público quanto pelas grandes corporações afim de fortalecer e garantir a sobrevivência desses pequenos agricultores.

O estudo realizado permitiu a obtenção de conhecimento acerca dos fenômenos relacionados ao desenvolvimento. De acordo com Gil (2010), o estudo de caso é baseado num estudo aprofundado de um ou poucos objetos, no intuito de adquirir o máximo de conhecimento a seu respeito. Porém a intenção deste tipo de estudo não

é conhecer de forma precisa as características de uma população, mas sim entender todo o problema e identificar os fatores que estão relacionados a ele.

As informações utilizadas em uma pesquisa podem ser coletadas de várias formas. Neste trabalho as técnicas adotadas foram observação, entrevistas e aplicação de questionários (Apêndices A, B, C e D). As entrevistas foram direcionadas à Presidente e ao Diretor da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga (Apêndice E), sendo a primeira também presidente da Associação Constelação. Os questionários foram elaborados com o objetivo de responder às questões levantadas no projeto de pesquisa e dar sustentação a elaboração de questões (anexo) que foram aplicadas juntos à presidente da CAVI, aos 85 membros das duas associações locais, 12 comerciantes da Comunidade e o gestor da empresa Controller.

De acordo com Haguette (1997), a entrevista é definida como sendo um processo de interação entre duas pessoas no qual uma das partes, o entrevistador objetiva obter informações da outra parte entrevistada. O entrevistador teve como ferramenta de coleta de dados um roteiro semiestruturado constando uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos em função do problema e objetivos da pesquisa. Essa entrevista foi realizada dentro das dependências da Cooperativa no mês de fevereiro de 2014.

A escolha da entrevista semiestruturada justifica-se como sendo uma técnica para coletar dados, devido a maior facilidade de obtenção de respostas na presença do entrevistador. A presença do entrevistador, para Babbie (1999, p. 260), “[...] reduz a incidência de perguntas sem respostas, evitando confusões além de poder observar as reações dos entrevistados às perguntas”. Caso o entrevistado venha a não entender a intenção da pergunta ou indicar que não a entendeu, o entrevistador poder ajudar esclarecendo o assunto e assim obter respostas relevantes (BABBIE, 1999).

A entrevista semiestruturada nesta pesquisa objetivou obter informações sobre a realidade local, tais como:

- Melhorias alcançadas;
- Necessidades;
- Problemas existentes na comunidade;
- Alternativas para solucionar as necessidades na visão dos entrevistados;
- Pontos fortes e fracos da comunidade de Pouso Alegre;
- Participação da comunidade nos projetos criados para desenvolvimento local;
- Prática de participação dos membros na comunidade.

Para isso foram elaborados (quatro) modelos de questionário, direcionados para cada público. O questionário destinado aos membros das Associações, foi elaborado com questões objetivas e subjetivas. Em 14 de março de 2014, o questionário foi aplicado para uma amostragem de 10 associados com objetivo de validar o instrumento de coleta de dados. Após validação, foram selecionadas duas moradoras da comunidade, ambas com ensino médio concluído, que foram treinadas pela pesquisadora, afim de aplicar os questionários aos 85 membros das duas associações; a participação das moradoras foi importante, no intuito de dar liberdade aos moradores da comunidade e evitar que os entrevistados fossem influenciados pela pesquisadora e tivessem suas respostas direcionadas, tornando as respostas tendenciosas. Com isso pode-se observar que a metodologia adotada, proporcionou liberdade aos entrevistados, facilitando assim a interpretação das perguntas e liberdade de expressão nas respostas.

As aplicações dos questionários pelas moradoras, foram realizadas entre o período de 17 de abril a 17 de maio de 2014. Os demais questionários foram aplicados pela própria pesquisadora nesse mesmo período aos comerciantes e lideranças locais. Nessa etapa da pesquisa, as lideranças, membros das duas associações, comerciantes locais, a empresa Controller responsável por realizar o plano de negócio da farinha comunitária e auxiliar na gestão administrativa inicial da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga – CAVI, proporcionaram um levantamento de dados para análise do desenvolvimento da comunidade.

De posse dos dados coletados nas entrevistas e questionários as informações foram classificadas em quantitativas e qualitativas. Quantitativas, pois considera que tudo pode ser quantificável; isso significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las; qualitativa, porque considera a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. No caso da pesquisa o ambiente natural foi a fonte direta para coleta de dados pesquisados.

Para melhor compreensão dos propósitos desta pesquisa e ao mesmo tempo facilitar sua organização, foi delineada a construção teórico-empírica deste estudo, estruturando a dissertação em quatro capítulos.

O Capítulo I aborda as questões sobre a relevância da agricultura familiar, fundamentando-se teoricamente nos estudos de Prezotto (2005) e Wanderley (2000). O desenvolvimento econômico, endógeno, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável encontra embasamento em autores referência no assunto, tais como Vázquez Barqueiro (2001) e Furtado (1961), Veiga (2006, 2007 e 2010) e Sachs (1986 e 2009).

O Capítulo II traz o associativismo, que vem fundamentado por autores como Ricciardi e Lemos (2000) e Frantz (2012), que apresentam o associativismo rural como um mecanismo de luta dos pequenos produtores. O papel da Responsabilidade Social foi abordado à luz dos estudos de Ashley (2003) e Savitz (2007) e o cooperativismo em estudos de autores como Bialoskorki Neto (1997) e Lauschner (1993), que apontam o cooperativismo como uma manifestação real da busca de uma alternativa para enfrentar a crise instalada no meio rural, apostando na união dos membros de pequenas comunidades, permitindo autogestão e cooperação nas relações de trabalho e produção.

O Capítulo III demonstra a regionalização, contextualização e caracterização da comunidade de Pouso Alegre.

O Capítulo IV contempla a apresentação dos resultados dos dados coletados. Esta fase permitiu avaliar o município de Alcobaça e a comunidade rural estudada, bem como os aspectos econômicos e sociais por meio de depoimentos obtidos durante

entrevistas e aplicação de questionários. Estes instrumentos alinhados à observações específicas permitiram analisar o associativismo na comunidade. Por fim, apresenta-se as Considerações Finais e, por não pretender encerrar esta pesquisa com uma conclusão definitiva, optou-se por indicar algumas considerações, as quais retomam aspectos levantados e analisados, tanto teórico quanto empiricamente.

CAPITULO I

AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO

1.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar é de suma importância para o desenvolvimento local e regional, sua produção é destinada aos mais diversos mercados alimentícios, predominando assim uma dessemelhança nos sistemas de produção agrícola das grandes corporações, trazendo desafios para a sobrevivência desses pequenos agricultores (HURTIENNE, 2005).

Hurtienne (2005) destaca que atualmente o sistema de produção agrícola na pequena produção inclui culturas permanentes de pequena criação, extração vegetal e até pecuária. Dentre este tipo de agricultura pode-se verificar as plantações de mandioca, que tem se mostrado altamente lucrativa aos agricultores da região Extremo Sul da Bahia e que demanda menos tempo de trabalho em comparação a outras culturas.

De acordo com Ferraz et al. (2008), o conceito de agricultura familiar é muito amplo e permite diversas abordagens e análises. Porém, algumas generalidades do conceito que permitem dar atributos comuns, sendo os principais, família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestações de valores e tradições. Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2000), a agricultura familiar é baseada em três características:

- A gerência da propriedade rural é feita pela família.
- O trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família.
- Os fatores de produção pertencem a família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento.

Nos países capitalistas que possuem os melhores indicadores de desenvolvimento humano, é possível perceber uma vigorosa presença da agricultura familiar, cujo

crescimento revela um papel fundamental na estruturação das economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas (GUANZIROLI et al., 2001).

A agricultura familiar, em países desenvolvidos, foi relevante para a minimização da pobreza e para alicerçar as sociedades democráticas e estáveis. Seu desenvolvimento e grandiosidade consistem na garantia de acesso à terra, pois a agricultura familiar exerce um papel estratégico que tem sido disseminado em muitas análises, como o de garantir uma transição socialmente balanceada entre uma economia de base rural rudimentar/artesanal para uma economia industrializada (PREZOTTO, 2005).

Segundo a *Food and Agriculture Organization (FAO)*,¹ os agricultores familiares, os pescadores, as pessoas que dependem da floresta, os pastores e as comunidades tradicionais e indígenas são fundamentais para a segurança alimentar na maioria dos países mas, ao mesmo tempo, estão entre as populações mais vulneráveis do mundo (FAO, 2014).

De acordo com Prezotto (2005), o país evidencia um dos piores indicadores de desenvolvimento humano dentre os países de similar renda *per capita*, tornando-se um caso notório de desenvolvimento desigual. A ideia que se criou no Brasil durante muitas décadas foi a de que viver no campo era ter vida miserável, as poucas oportunidades de trabalho eram diferenciadas, além das informações técnicas chegarem tardiamente (WANDERLEY, 2000).

O país passou séculos vivenciando um cenário em que a agricultura familiar estava sempre às margens da sociedade. Os grandes proprietários de terras sempre tinham benefícios, em todos os sentidos, em detrimento dos pequenos, especialmente no que se refere a incentivos governamentais. A divisão de terra figurava-se desigual, uma vez que, com a falta de oportunidade no meio rural o homem do campo buscava na cidade o que lhe faltava no campo, provocando a emigração rural e o acúmulo de terras nas mãos de poucos.

Vale ressaltar que as pressões sindicais, em 1996, conduziram o governo a criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no intuito de

¹ Organização para Alimentação e Cultura. ONU

prover financiamentos agrícolas e de oferecer apoio institucional aos pequenos produtores. A política nacional de assentamento e o Pronaf explicitam um impulso que contraria a visão dominante na relação campo x cidade no processo de desenvolvimento, partindo da suposição preliminar de que existe potencial de geração de renda no meio rural, porém, a sociedade parece incapaz de valorizá-lo.

Apesar de os investimentos serem destinados com vistas à melhoria da vida no campo, Wanderley (2000) endossa que existe uma dificuldade, propagada em todo o Brasil, de se elucidar o que seria agricultura familiar, principalmente, após a criação do Pronaf. Este autor define a agricultura familiar de forma operacional, comparando o agricultor familiar com sua aptidão de atendimento. Nessa concepção, a agricultura familiar está associada a agricultores que são capazes de se moldar às exigências do mercado, em detrimento aos demais “pequenos produtores”, que possuem dificuldades de relacionar tais modificações.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu Art. 3º, considera como empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para Guanziroli et al. (2001), é um grande engano pensar que a eficiência da agricultura familiar desenvolveu-se contrariando o desenvolvimento industrial, e que a produção familiar é atrasada.

A vantagem competitiva da produção familiar relaciona-se entre o valor líquido agregado por unidade de trabalho e o seu custo de oportunidade, em condições inerentes de igualdade de acesso a serviços básicos como educação e saúde, entre os habitantes rurais e urbanos (GUANZIROLI et al., 2001).

A agricultura familiar, apesar de ter pouco incentivo do poder público, tem subsistido e é responsável por gerar emprego e renda, bem como pelo enraizamento do homem ao campo, além de minimizar o êxodo rural, de acordo com dados do IBGE (2006). No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, representando 84,4% do total, porém ocupando apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. No caso dos estabelecimentos não familiares, a representação chegava 15,6% do total e a ocupação era 75,7% da sua área.

Atualmente, pode-se dizer que as políticas públicas, tais como Programa Nacional de Agricultura Familiar, possibilitam à agricultura familiar se tornar um importante ator social. Para Wanderley (2000), esta revalorização do meio rural como sendo um local de trabalho e de preservação de vidas se evidencia na retomada da permanência à terra.

Guanziroli et al. (2001) destaca que, quando ocorre políticas agrícolas com o apoio à agricultura familiar como o Pronaf, os agricultores tendem a se solidificar e se fortalecer. É importante destacar que a agricultura familiar no Brasil é, atualmente, a principal fonte de suprimento de alimentos do nosso mercado interno. Contudo, ainda ocorre uma carência de sistemas de produção adequados e de um investimento concretos, tanto na produção como na orientação dos agricultores, em vista de uma gestão da produção mais eficaz.

Para as associações Pouso Alegre e Constelação destaca-se dentro do Pronaf a declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Muitos membros das associações já foram beneficiados com a DAP, que é o instrumento de identificação dos agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na comunidade Rural.

1.2 Desenvolvimento Econômico e Endógeno

Historicamente, o desenvolvimento econômico se apresenta como um fenômeno que ocorre nos países e regiões capitalistas e produtivas, e se caracterizam pelo aumento sustentado da comunidade e, conseqüentemente, da renda por habitante,

acompanhado por um processo de acumulação de capital. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente sustentável na medida em que o sistema receba apoio tanto do Estado como da iniciativa privada e, principalmente, dos membros da comunidade em que se insere. Isso não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, irão variar substancialmente dependendo da capacidade de cada comunidade se organizar.

O desenvolvimento econômico é uma combinação dos fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho. Ele ocorre quando todos os envolvidos no processo, seja administração pública, pessoas físicas e pessoas jurídicas, se comprometem e assumem responsabilidades diante do seu país (FURTADO, 1961). Isso quer dizer que a luta pela competitividade e sobrevivência não é só de um, mas de todos.

O desenvolvimento provoca mudanças. Por meio de indicadores preestabelecidos de experiências renomadas de sucesso, é possível caracterizar o desenvolvimento endógeno, termo aprovado pela UNESCO na década de setenta. Para Vázquez Barqueiro (2001, p. 47):

O desenvolvimento endógeno ocorre em uma sociedade organizada, cujas formas de organização e cultura condicionam os processos de mudança estrutural e que, por sua vez, respondem as condições do processo de desenvolvimento. É por que razão que os estudos realizados sobre os sistemas produtivos locais atribuem um valor estratégico ao componente sociocultural do desenvolvimento endógeno.

Vázquez Barqueiro (2001) evidencia ainda que a comunidade passa a ter um papel essencial nesse processo, uma vez que tanto o desenvolvimento quanto o não desenvolvimento irá afetar a vida da comunidade num todo. Dessa forma, pode-se deduzir que é dever da comunidade participar das decisões que irão afetar suas vidas, pois o desenvolvimento endógeno atenderá às demandas e às necessidades da população local, através da participação, apoio e comprometimento. Quando a comunidade local é capaz de utilizar todo o potencial existente naquela região onde estão inseridos e conseguem ter uma visão de futuro, liderando todo o processo, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno.

O desenvolvimento endógeno de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que possuem cultura e mecanismos próprios de organização (VÁZQUEZ BARQUEIRO, 2001). Sendo assim, constata-se que o desenvolvimento endógeno tem ciência de que existe a necessidade de crescimento econômico, mas só isso não basta: faz-se necessário que os envolvidos no processo transformem este crescimento em desenvolvimento econômico sustentável.

As Instituições são de extrema importância para que ocorra desenvolvimento econômico e a maneira como são constituídas em uma sociedade é que determina o seu grau de desenvolvimento. É importante distinguir instituição de organização. Nesse sentido, North (apud CAVALCANTE, 2007) sugere que as organizações, ao lado dos indivíduos, são jogadores que elaboram as estratégias que os levam aos melhores resultados, ou que lhes permitem tirar proveito dos incentivos fornecidos pela matriz institucional e as organizações, assim pensadas, são formas de instituições, como partidos políticos, agências reguladoras, firmas, sindicatos, cooperativas, Igrejas, clubes, Universidades etc.

O desenvolvimento econômico de cada sociedade pode ser medido pela forma como as instituições se constituem e se transformam com o passar dos anos. A sociedade evolui em conjunto com as instituições que se moldam para atender às novas necessidades. Para a estrutura institucional é necessária a adaptação ao novo cenário econômico.

De acordo com Veiga (2010) existe uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. O crescimento econômico é um processo quantitativo, e o desenvolvimento econômico é um processo qualitativo. Para que desenvolvimento econômico possa existir torna-se necessário o crescimento econômico, pois, se não houver inovação, criatividade, agilidade, transformação e flexibilização nos processos produtivos, não haverá evolução. Vazquez Barquero (2001) sintetiza esse pensamento ao afirmar que o crescimento econômico é o caminho para o desenvolvimento sustentado. Além das instituições, a sociedade também tem papel importante no desenvolvimento econômico.

Essa afirmação fica evidentemente clara quando a sociedade passa a entender que o desenvolvimento somente poderá ocorrer se houver a participação de todos os atores envolvidos. Ou seja, as decisões devem ser tomadas por toda a sociedade, ninguém melhor para identificar os anseios e necessidades de uma sociedade que seus envolvidos.

1.2.1 Desenvolvimento Local

A expressão desenvolvimento local suscita uma série de reflexões acerca de seu significado, espaço de implantação e metodologia. Sachs (2009) relata que, para iniciar um estudo sobre desenvolvimento sustentável, uma das primeiras perguntas que vem à tona é a delimitação quanto ao espaço analítico.

A dimensão do desenvolvimento local vai além das vantagens ou obstáculos geográficos de localização. Ela assimila a preocupação em se entender e apoiar através da união das ações cooperativas que incluem a conquista de bens públicos, como educação, saúde, emprego e informação capazes de enriquecer certa localidade.

Na abrangência espacial do desenvolvimento sustentável, “local” ou “lugar” é relativo ou pertencente ao espaço. Um “lugar” pode ser compreendido como sendo a posição de um corpo entre outros corpos, assim local remete a algo relativo ou pertencente a determinado “lugar”, limitado a uma região. Sobre a abrangência mencionada referente a espaço local (CARON, 2003 apud SALANEK FILHO, 2007, p. 37) diz que, “[...] em determinados momentos, ‘local’ é a abrangência do espaço Estado-Nação para diferenciá-lo do espaço nacional de outros países. Local pode ser também o espaço subnacional contemplando Estados e regiões internas de um país”. Pode-se dizer também que “local” é o espaço territorial do município ou a consorciação de municípios visando o desenvolvimento de uma região.

Partindo de uma análise da decomposição do termo, desenvolvimento apresenta um significado bem mais abrangente e completo do que o compreendido logo após a Segunda Guerra Mundial, quando, de acordo com Scotto, Carvalho e Guimarães (2010), a necessidade de reconstrução das cidades afetadas pela guerra e a disparidade entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas e os países

periféricos predominantemente rurais e com baixa industrialização nos levou ao crescimento econômico. Embora seja necessária a passagem por este crescimento econômico, o desenvolvimento deve estender-se também à qualidade de vida da população, respeitando seus aspectos sociais, culturais e as práticas de conservação ambiental.

Para Veiga (2007, p. 11) “[...] foram necessários pelo menos três decênios de intensos debates sobre a necessidade de se entender o crescimento econômico como um meio para atingir o desenvolvimento, e não como sinônimos”. Contudo, o grande desafio é garantir que os benefícios oriundos deste crescimento se propaguem amplamente a fim de que possa ser caracterizado por desenvolvimento inclusivo, gerador de impacto na vida de todos os cidadãos.

De acordo com Franco (2000) a expressão “local” não possui o caráter reducionista, uma vez que o sentido é de alvo socioterritorial das ações podendo se referir a uma nação, um país, um estado, município ou distrito. Franco (2000) faz referência ao processo de desenvolvimento local como criador de comunidades, por ser capaz de retirar comunidade de sociedade, através de seus métodos de promoção que incluem necessariamente, entre outros fatores, a identificação das potencialidades e vocações locais, a cooperação entre os atores envolvidos capacitados e em condições de assumir iniciativas, responsabilidades e riscos e, gerar novos empreendimentos. Destaca-se aqui, a importância da educação, identificada como caminho para a competitividade do país e como construtora da cidadania.

Dessa forma, o desenvolvimento local reúne em sua metodologia um conjunto de práticas envolvendo diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional, científico-tecnológica e a intensa participação dos atores locais.

Coriolano (2003, p. 50) afirma que “[...] o desenvolvimento local é uma forma de desenvolvimento preocupada com o homem e suas necessidades sociais”. Há, pois na ideia de desenvolvimento local, o compromisso moral de focar seus interesses no homem. Ao mesmo tempo em que o nível do local garante a flexibilização de regras para o mercado melhor atuar, também influencia na formação de novas molduras

socioeconômicas, buscando sustentabilidade e construindo uma cidadania mais participativa (ZAPATA et al., 2001).

Quando a comunidade local é capaz de utilizar todo o potencial existente na região onde está inserida e, ao mesmo tempo, consegue ter uma visão de futuro onde está liderando o processo, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno. Nesse sentido, Vázquez Barqueiro (2001, p. 24) afirma que “[...] o desenvolvimento endógeno de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que têm uma cultura e mecanismos próprios de organização”.

Vázquez Barqueiro (2001) evidencia que a comunidade passa a ter um papel essencial neste processo, uma vez que tanto o desenvolvimento como o não desenvolvimento irá afetar a vida da comunidade. Portanto é dever da comunidade participar das decisões que irão afetar suas vidas, pois o desenvolvimento endógeno irá procurar atender às demandas e necessidades da população local, através da participação, apoio e comprometimento de cada membro desta comunidade local.

Ademais, para o desenvolvimento local é imperativo a existência de iniciativas colaborativas entre diversos setores, compreendendo a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e públicas e o próprio governo. A atuação conjunta dos atores de determinada localidade contribui para melhoria das condições de vida de todos os moradores.

Destacamos a importância das Instituições para que ocorra o desenvolvimento, haja visto que, a maneira como elas são constituídas em uma sociedade é que determina o grau de desenvolvimento desta sociedade.

Para Veiga (2006, p. 47) “O processo de desenvolvimento depende essencialmente da qualidade das instituições de cada sociedade”. E, para ele, as instituições são a síntese das crenças de seu povo. Ou ainda: a expressão concreta da mentalidade de seu povo.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico de cada sociedade pode ser medido pela forma como as instituições se constituem e se transformam com o passar dos anos. Neste trabalho vamos evidenciar as lutas das associações Pouso

Alegre e Constelação para promover o desenvolvimento local da comunidade rural de Pouso Alegre.

1.2.2 Desenvolvimento Sustentável

Percebe-se hoje que existe uma inquietação com relação às preocupações decorrentes do desenvolvimento do planeta. As discussões que a ONU começou a promover em 1970 a Conferência sobre Meio Ambiente em Estocolmo, é um bom exemplo disso.

A conscientização cada vez mais crescente sobre os problemas ambientais oriundos da primeira crise do petróleo em 1973, que legalizava os estudos de que o meio ambiente não era uma fonte de recursos ilimitados e que o chamado “ouro negro” tratava-se de um recurso limitado, vai ao encontro das ideias de Maurice Strong e Ignacy Sachs (1986) que preconizam os princípios do eco-desenvolvimento: contentamento das necessidades básicas; ser solidário com as gerações futuras; envolvimento da população no contexto; conservação dos recursos naturais e do meio ambiente; composição de um sistema social que assegure emprego, segurança social e afeição a outras culturas e programas de educação. Contrariamente, o conceito do eco desenvolvimento ao contestar o relatório *The limits to growth*² (MEADOWS et al., 1972), admitindo um novo viés minucioso em que o processo de desenvolvimento não pode ficar estagnado, porém agregando cuidados, com o que antes idêntico ao externo à sua ação objetiva: o meio ambiente.

Van Bellen (2005, p. 43) ressalta que “[...] nessa mesma época iniciou-se uma análise que vai desencadear o surgimento do conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, divulgando-se uma forma de desenvolvimento que garanta qualidade de vida para as gerações futuras”.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, evidenciou a imprescindibilidade da

² Os limites do crescimento (tradução livre).

conveniência mundial pelo planeta vindouro. Diversos países deixaram de desconhecer as relações entre desenvolvimento socioeconômico e alterações no meio ambiente, fortalecendo o conceito de sustentabilidade através da elaboração da Agenda 21.

O aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se velozmente unânime em todos os segmentos da sociedade, eventualmente o enraizamento da discussão sobre a sua concreta aceção teórica e prática (VAN BELLEN, 2005).

As comunidades que almejam desenvolver a harmonia e, ao mesmo tempo, assegurar melhor qualidade de vida para seus membros, encontram na ideia de sustentabilidade um pilar que sustenta o convívio sem exageros de consumo.

Capra (2002, p. 15) menciona que “[...] uma comunidade sustentável deve manter sua relação simbiótica com o meio ambiente, fortalecendo os laços de parceria entre a antroposfera e a biosfera”.

Uma comunidade sustentável é coordenada de maneira a fomentar a vida, os negócios, a economia local, infraestrutura e tecnologia sem intrometer na herança da natureza de sustentar a vida. O primeiro passo deste desafio é compreender a gênese da organização dos ecossistemas para favorecer a rede da vida. Quando se estuda os princípios básicos da ecologia, atina-se que eles são os gêneses de organização de todos os sistemas vivos (CAPRA, 2002).

No momento em que a biosfera excede a sua capacidade de carga, passa a existir uma redução da geração de serviços à sociedade. Essa relação entre o homem e a natureza, quando tende para a assimetria, gera inevitavelmente um cenário que expede ao crescimento econômico à custa de impactos ambientais negativos.

A comunidade rural de Pouso Alegre está em constante luta pela busca do desenvolvimento sustentável, para isso desenvolve diversas ações junto à seus membros no intuito de caminhar rumo ao sonhado desenvolvimento durável.

CAPITULO II

ASSOCIATIVISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

2.1 Associativismo

Nesta pesquisa, fez-se necessária a discussão sobre o associativismo, considerando que o trabalho foi desenvolvido em uma comunidade rural que, através das associações de produtores rurais, os moradores se uniram e criaram uma cooperativa. Assim, serão apresentadas algumas definições de associativismo, bem como de associativismo rural.

Para Ricciardi e Lemos (2000), o associativismo rural pode ser compreendido, como um mecanismo de luta dos pequenos produtores, proporcionalizando a preservação na terra, ampliação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é tão somente uma organização de pessoas com objetivos e ideais comuns para proporcionar uma melhor multiplicação econômica de seus sócios, mas sim uma organização mais profunda com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes funções por meio de estatutos e regimentos. Para os Ricciardi e Lemos (2000, p. 82) o termo associativismo

Designa por um lado à prática social da criação e gestão das associações (organizações ordenadas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou amparo dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para atingir finalidades comuns.

De acordo com a definição apresentada, associação é uma organização social de pessoas com um objetivo comum definido. Vale destacar que ninguém é coagido a vincular-se à nenhuma associação, sendo livre a participação nela. Outra característica da associação é sua organização interna, com diretoria e conselho fiscal, subordinado a uma assembleia geral. Pode-se inferir que uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para acolher aos seus interesses, de forma democrática. Ela existe porque seus associados possuem um objetivo comum, e trabalham em grupo para a realização desse objetivo. Outra característica das associações é que o objetivo do grupo torna-se mais importante que os objetivos individuais. As associações não possuem um

dono definido; todos os associados são agentes responsáveis pela gestão, funcionamento e organização dela. É muito comum a confusão entre associação e cooperativa. De acordo com Ricciardi e Lemos (2000, p. 60):

A cooperativa é considerada uma sociedade ou empresa constituída por membros de um determinado grupo econômico ou social, que conjugando esforços e recursos, visa estimular a ascendência dos padrões de qualidade de vida dos que se associam sob suas regras, prestando legítimos serviços às suas comunidades e à própria sociedade.

Pelas descrições aqui apresentadas, o contraste entre as duas entidades está na geração de renda, ou seja, enquanto a associação não possui a finalidade de geração de renda, a cooperativa possui objetivos econômicos. Além desta, a cooperativa é uma empresa, enquanto a associação é apenas uma reunião social. Na concepção de Frantz (2012, p. 25),

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas.

Frantz (2012) considera que desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local, é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

O associativismo contribui para demandas sociais e tornam os homens mais próximos da busca pela autonomia e da promoção do desenvolvimento local. A cooperação, por sua vez, passa a ser a força propulsora que modifica comportamentos, abre caminhos para incorporar novos conhecimentos, pois

Cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos atores, produzindo um todo harmônico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a identidade do associativismo e a dimensão humana (CANTERLE, 2004, p. 6).

O associativismo rural possui uma característica particular: ele deve ser administrado pelos próprios agricultores. A convicção e a participação são os

princípios essenciais do associativismo rural. A convicção se faz necessária para conservar a união entre os produtores associados e a participação é o que vai garantir se os benefícios da associação serão válidos ou não (BEZERRA, 2003).

Nos espaços dos empreendimentos econômicos solidários, como por exemplo, no caso das associações da comunidade rural de Pouso Alegre, destaca-se a importância do associativismo no desenvolvimento, seja ele social ou local. Primeiramente, o desenvolvimento deve atingir as pessoas inseridas na comunidade. O indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento; ele é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida, primeira condição, para se atingir o desenvolvimento social e, conseqüentemente, o local.

Nesse sentido, as associações de Pouso Alegre são um espaço associativo solidário que oferece aos produtores rurais locais o apoio necessário que os ajuda a superar obstáculos e concentrar esforços no sentido de desenvolver seu mercado de atuação. O apoio dado aos produtores se estende aos demais setores da economia, pois as associações são como o complemento necessário para que o comércio local se desenvolva, diminuindo, com isso, o êxodo rural.

Pode-se afirmar que, nessa perspectiva, o associativismo vem sendo concebido como um instrumento de desenvolvimento local, porque promove, fortalece e divulga a agricultura familiar.

Na comunidade rural de Pouso Alegre existiam duas grandes fazendas que empregavam aproximadamente 136 trabalhadores rurais e que cultivava limão e tangerina, conforme depoimento de membros. A propriedade foi vendida para uma empresa de papel e celulose e estes trabalhadores rurais tendo conhecimento da Lei Orgânica do Município de Alcobaça, onde em seu artigo 151 (Anexo B) cita que empresas ou indústrias, iniciativa privada ou pública que adquirir propriedades rurais acima de 1.000 ha, deveria por lei deixar 30% dessa área para:

- Preservação ecológica
- Cultivo das agriculturas de subsistência

- Pecuária

No intuito de se organizarem e ganharem forças estes trabalhadores das antigas fazendas criaram 2 (duas) associações, surgindo assim as associações locais denominadas Pouso Alegre fundada em 2001 e Constelação fundada em 2004. A lei foi aplicada e ambas as associações conquistaram sua propriedade rural.

2.2 Origem e Evolução da Responsabilidade Social

No período de 1900 a 1960, como fruto do desapontamento diante ao Liberalismo, provocado pelo *crash* da bolsa de Nova York, em 1929, da aspiração por parte das empresas em aperfeiçoar sua imagem em um momento em que os lucros demasiados acarretavam a fúria da maioria, além do aperfeiçoamento das ciências administrativas, foi nesta ocasião em que os empresários deram início ao tema responsabilidade social das empresas (KREITLON, apud BATISTA, 2013).

A responsabilidade social corporativa era agregada ao compromisso de gerar bens e serviço, lucros, originar empregos e assegurar a segurança no ambiente de trabalho. Percebe-se a presença de dois princípios: a filantropia e a governança. Dedicava-se a divulgar nas mais variadas situações os princípios éticos tradicionais (KREITLON, apud BATISTA, 2013).

Para Carroll (1999), neste período, a principal produção acadêmica sobre Responsabilidade Social surgiu nos Estados Unidos, onde os primeiros escritos com esta inquietação iniciaram-se em 1930 e 1940, com os autores Charles Bernad, JM Clark, Theodore Kreps e Bowen sendo esse último considerado o “pai da Responsabilidade Social”. Foi ele quem definiu essa responsabilidade como “o compromisso do empresário de aderir práticas, tomar decisões ou seguir linhas de ação que são aspirações segundo os objetivos e valores da sociedade”.

De acordo com Carroll (1999), na década de 60, destacou-se o crescimento das tentativas de desmistificar uma definição de responsabilidade social corporativa. O autor destaca ainda as pesquisas de Keith Davis realizadas em 1960, para quem a responsabilidade social dos empresários era diretamente equilibrada ao seu poder

diante da sociedade. Esta argumentação ficou conhecida na sociedade como “Lei de Ferro da Responsabilidade” (CARROLL, 1999, p. 26).

Na década de 70, relata (FRIEDMAN, apud LEANDRO, 2011), em seu trabalho divulgado no jornal *The New York Times*, que os empresários agoniados não apenas com o lucro, mas com o bem-estar social, são simples marionetes involuntárias de forças intelectuais que se procriaram na última década. Ainda segundo este autor, um negócio não pode ter responsabilidade, pois quem tem responsabilidade são as pessoas.

A finalidade de Friedman era a de clarear as questões legais e éticas envolvidas neste debate. Portanto, se uma empresa fizer uma doação para a caridade sem o aval dos acionistas, indica que os gestores estão dirimindo como gastar o dinheiro de outras pessoas.

Na concepção de Vieira (2007), Friedman, assim como outros estudiosos tradicionalistas, parte da premissa de que a prática da responsabilidade social corporativa não está de acordo com a economia de mercado, pois acarreta um encargo à empresa que reduz sua eficácia no que diz respeito aos lucros almejados.

É de obrigação da empresa para avaliar os efeitos de seu processo de tomada de decisão sobre o sistema social externo de uma maneira que irá realizar benefícios sociais, juntamente com ganhos econômicos tradicionais que a empresa procura (DAVIS, 1973 apud CARROLL, 1999).

Para Kreitlon (2004, apud BATISTA, 2013), a ideia de responsabilidade diferencia-se da ideia de filantropia e passa a se referir às inferências da própria atividade desenvolvida pelas empresas. A partir dos anos 80 grandes organizações locais passaram a fazer parte de redes corporativas, a mão de obra passa a ser terceirizada e a operar de qualquer parte do mundo, graças à tecnologia de Informação. Manter um relacionamento positivo com seus *stakeholders*³ incluindo nele a própria comunidade é fundamental para o sucesso não só da empresa, mas

³ *Stakeholders* é uma pessoa ou um grupo, que legitima as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização. É formado pelos funcionários da empresa, gestores, gerentes, proprietários, fornecedores, concorrentes, ONGs, clientes, o Estado, credores, sindicatos, associações, cooperativas e diversas outras pessoas ou empresas que estejam relacionadas com uma determinada ação ou projeto. (Kotler, 1998).

também da comunidade. Para Savitz (2007), as empresas modernas procuram alcançar a realidade de transformação do mercado e tentam desenvolver ações proativas que minimizem ou até mesmo solucione conflitos, almejando o equilíbrio de interesses entre os seus *stakeholders*.

Ainda nos anos 1980, Carroll (1999) salienta que a literatura sobre as definições de responsabilidade social corporativa fragmentou-se em conceitos mútuos complementares, como ética, teoria dos *stakeholders*, entre outros.

Ashley (2003) destaca o estudo de Jones realizados em 1996, em que este faz uma apreciação crítica do conceito de responsabilidade social corporativa, assegurando que o conceito e o discurso dela demandam de coesão teórica.

Schwartz e Carroll (2007 apud FREIRE et al., 2008) afirmaram que em derivação da obscuridade sobre o tema não se conseguiu encontrar um modelo, por sua amplitude e a percepção de assuntos complementares.

2.2.1 As Diversas Definições da Responsabilidade Social Corporativa

Com a globalização, o mercado em geral passou a se preocupar unicamente com o lucro e as questões sociais ficaram a cargo do Estado, o qual se tornou ordenador do bem-estar social. Entretanto, o pouco crescimento do Estado neste setor fez com que a sociedade discernisse que as empresas, como geradoras de riquezas, poderiam adotar maior responsabilidade com as questões sociais (SCHROEDER, J.; SCHROEDER, I., 2004).

Essa nova expectativa da sociedade em união com a evolução tecnológica e o processo de globalização ajustaram alterações relevantes às empresas. Os impactos que as organizações provocam, na sociedade têm sido cada vez mais significativos (ASHLEY, 2003).

Ao longo das décadas, ocorreu um número crescente de movimentos sociais, cada um exercendo um tipo de ameaça sobre as empresas, e desta forma a responsabilidade social foi evoluindo ao passar do tempo (SAVITZ, 2007).

Maximiano (2006) afirma que existem duas correntes da responsabilidade: a primeira é a ideologia da responsabilidade social, e a segunda é a ideologia do interesse do acionista. A primeira corrente afirma que a responsabilidade social considera que as organizações só existem a partir da “aprovação” da sociedade, pois suas atividades são decorrentes dos recursos naturais e humanos, em consequência, deveriam assegurar um retorno positivo à sociedade. A segunda corrente retém que não cabe à empresa solucionar os problemas sociais e sim ao governo, sendo contraditória a apreciação da corrente anterior.

O conceito categórico de responsabilidade social ainda se encontra em construção contínua. Percebe-se que várias são as tentativas de apresentar a concepção de responsabilidade social. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização designada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que tem como missão estimular, impressionar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. O Instituto Ethos define responsabilidade social como

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Nota-se que a responsabilidade social é mais que um acordo da empresa com a sociedade é uma forma de prestação de contas de sua performance, ordenado na apropriação e uso de recursos que não são da empresa e sim da sociedade como um todo. Para Almeida (2007), a responsabilidade social evidencia o papel importante que as organizações representam em uma sociedade, contribuindo para o contínuo desenvolvimento do bem-estar social.

De acordo com o Instituto Ethos (2014), as diversidades existentes no Brasil aliadas às ineficiências do Estado têm conferido maior destaque à responsabilidade social.

Este fato está ligado aos inúmeros problemas sociais encontrados no país, como as mazelas, a fome e a violência que têm determinado uma mudança na forma a qual as empresas conduzem suas atividades (SCHROEDER; SCHROEDER, 2004).

As empresas, segundo Melo Neto e Froes (2001), passam a se preocupar com os problemas da sociedade, ajudando a solucioná-los, deixando de ser vistas como vilãs e passam a ser vistas como empresas responsáveis. Os autores ainda ressaltam que este título – empresa responsável – não só traz vantagens competitivas relevantes, como também contribui na solidez das atividades da organização, visto que a sociedade é quem legitima suas atividades.

Esta empresa de papel e celulose que atua na comunidade rural de Pouso Alegre avalia sistematicamente, os impactos provocados por suas operações na comunidade, para tanto realizam diagnóstico e buscam eliminar ou mitigar os impactos detectados. Em 2010 esta empresa de papel e celulose criou dentro de seu programa de responsabilidade social o intitulado Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), contribuindo para o desenvolvimento da comunidade. (FIBRIA, 2011, p. 81).

2.2.2 Responsabilidade Social das Empresas

As empresas, de modo geral, não se preocupavam com os impactos que suas atividades provocavam, além dos prejuízos sociais. O que as organizações almejavam era acumular um volume de capital satisfatório por meio da exploração na sociedade e após isto, restituí-lo por seu acúmulo de riquezas (SAVITZ, 2007).

Na olhar de Savitz (2007), eventualmente, a noção de responsabilidade social se deu através de ações filantrópicas. Prova disso é que grandes empresas da época possuíam fundações benignas. Ashley (2003) pactuam com esta ideia, e ressaltam que após o ano de 1953, quando o caso A. P. Smith⁴ foi levado à justiça, é que se

⁴ O caso A. P. Smith *Manufacturing Company versus Barlow*, em que um grupo de acionistas da empresa buscava ressarcimento de valores doados à Universidade Princeton, a título de filantropia. O resultado do julgamento foi favorável à empresa, pois, na opinião dos magistrados, as empresas podem utilizar recursos próprios para estabelecer o desenvolvimento social de seus *stakeholders*. (REIS; MEDEIROS, 2009).

consentiu que uma corporação pudesse alcançar o desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa.

Os defensores da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) passaram a demonstrar que as ações filantrópicas eram uma atividade legítima, ou seja, sendo reconhecida pela sociedade, por sua ação social, melhoravam a imagem da empresa e aumentavam os lucros.

De acordo com Carroll (1999), a responsabilidade social empresarial implica a prática concomitantemente de responsabilidades filantrópicas, éticas, econômicas e jurídicas, ou seja, em termos práticos, a empresa deve se esforçar para trazer lucro aos seus acionistas, cumprir as leis e ser ética.

É comum confundir ações de responsabilidade social com ações de filantropia, porém, as ações filantrópicas são apenas parte das ações da responsabilidade social empresarial, que não se delimita somente a essa concepção. Consequentemente, a filantropia está compreendida no conjunto de ações da responsabilidade social empresarial. Apesar disso, ela é regular e soluciona questões em curto prazo e, por si só, não é considerada responsabilidade social, pois não desenvolve todas as práticas demandadas à realização de responsabilidade social.

De acordo com o Instituto Ethos (2014), a responsabilidade social distingue-se da filantropia, pois seu cerne está na cadeia de negócios da empresa e ela abarca preocupações com um público maior (acionistas, prestadores de serviço em geral, fornecedores internos e externos, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), distinguindo-se, dessa forma, da filantropia, que trabalha com grupos e ações pormenorizadas, indo então além das atividades desenvolvidas no cotidiano pelas empresas.

Quando a administração pública, aplicou o artigo 151 da Lei Orgânica do município de Alcobaça/BA, junto a esta empresa de papel e celulose, a empresa fez a doação das terras aos associados das associações Constelação e Pouso Alegre. Em 2010 esta empresa de papel e celulose criou dentro de seu programa de responsabilidade

social o Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

2.2.3 Cidadania Empresarial

Nossa sociedade é formada por organizações que desempenham um papel de fundamental importância. Suas ações são asseguradas como imprescindíveis na sociedade e seus intuitos deixaram de ser focados apenas em seus acionistas com a finalidade de lucro.

As organizações devem estar conscientes de que suas ações precisam levar em consideração a relevância de todos os que, de alguma forma ou de outra, sentem o choque de sua atuação.

A literatura empresarial vem se aperfeiçoando com o passar dos anos para explicar e precaver as organizações sobre as mudanças na sociedade. De acordo com Schommer e Fischer (1999), novas definições têm surgido tanto no glossário empresarial quanto no acadêmico, tais como: cidadania empresarial, filantropia estratégica, responsabilidade social. Ainda de acordo com Schommer e Fischer (1999), a cidadania empresarial, na prática, envolve diversos conceitos e pode ser compreendida como ações que vão desde a filantropia até aos programas associados a estratégias de sobrevivência da empresa em longo prazo. O hábito de ações de cidadania empresarial passa a fazer parte do quesito social à cultura da empresa, o que de fato é extremamente importante para sua perpetuação na sociedade.

Segundo Barros e Tenório (2007), a cidadania empresarial abre espaço para a discussão sobre quem são os empenhados nas ações sociais das empresas, ou seja, quem realmente tem interesse nas ações de responsabilidade social. Outra questão é como se dá, nos meios empresariais, a relação entre os empenhados nas ações sociais e a empresa. Esta relação pode se dar de maneira tanto interna quanto externa à organização, e, nesse caso, faz-se necessária a compreensão da responsabilidade social sob a ótica dos *stakeholders*.

A definição de cidadania empresarial tem sido aplicada para atestar o abarcamento da empresa em programas sociais de envolvimento comunitário, com incentivo ao trabalho voluntário, associando aptidões gerenciais e investindo em projetos sociais (BARROS; TENÓRIO, 2007).

Na concepção de Schommer e Fischer (1999), a visão brasileira delimita o termo à colaboração empresarial em programas desenvolvidos com a participação da comunidade. Ao analisar a literatura sobre conceitos voltados à responsabilidade social, Ashley (2003) demonstra que é aceitável, no conceito de responsabilidade social, uma aplicabilidade que necessita de um novo conceito de empresa, ou seja, um novo padrão das relações sociais, econômicas e políticas.

Ainda assim, na concepção elaborada pelos autores acima citados, a literatura define a cidadania empresarial como a que vem demonstrando caminhos mais instrumentais e normativos.

A responsabilidade Social está associada a cidadania empresarial, ou seja ações adotadas dentro dos programas de responsabilidade social que contribuem para o desenvolvimento das comunidades, melhoram a imagem da empresa junto a sociedade e, no caso das empresas de papel celulose estas, ações ainda minimizam o furto de madeira (FIBRIA, 2011).

2.3 Estratégia Organizacional e Planejamento Estratégico

A integração organizacional depende da interação de todos os setores de forma conjunta. O objetivo das organizações tem uma expansão de nível global, sendo este o foco a ser alcançado para que a empresa possa atingir suas metas. Onde a empresa está e aonde ela quer chegar. Tem-se que o objetivo é parte suplementar e determinadora para o sucesso da empresa. Portanto, pode-se rever algumas das principais vantagens dos objetivos organizacionais (CERTO; PETER, 1993).

Os administradores devem usar os objetivos para servir como diretrizes na tomada de decisões: a tomada de decisão correta depende de como e quando o objetivo está claro para todos os membros da organização.

Os administradores devem usar os objetivos como roteiro para elevar a eficiência e eficácia organizacional: em condições normais a empresa com seus administradores se apoiam na definição e nesses objetivos propostos para fomentar resultados positivos.

Os objetivos podem também ser usados como guia para avaliação do desempenho: a relação entre o administrador e sua equipe está amarrada à condição da busca de resultados concretos, para isso os objetivos auxiliam o administrador a avaliar o desempenho de sua atividade fim.

A estratégia é a norma de realimentação da empresa ao seu ambiente no tempo. Ela vincula as pessoas e os outros recursos aos estímulos e ameaças expostos pelo mundo exterior (FERREIRA et al. 1997). Com a apreciação exposta, é possível situar a estratégia em uma visão global e macro da organização, na qual está inserida e envolvida com o nível da administração estratégica organizacional.

O método na dimensão prazo se situa no futuro, pois cria uma associação entre o ontem, hoje, sendo o amanhã sua resposta. São apontadas duas situações, das quais a estratégia é essencial: para apurar uma ameaça ou para se apropriar de uma oportunidade. D'aveni (2002) afirma que a maioria das empresas, contraditoriamente, alteram a ameaça, elas contra-atacam. Na segunda conjuntura, a estratégia é elaborada para aprimorar a empresa diante de uma oportunidade.

Hamel e Prahalad (1995) asseguram que esta é a ocasião certa para se construir uma estratégia, apontando quais as competências devem ser laboradas para que a oportunidade seja mencionada.

Tanto diante de uma ameaça quanto diante de uma oportunidade, a responsabilidade social é fundamental para as organizações, pois melhora sua imagem. Se as organizações não se preocuparem com RSC, certamente poderão colaborar com o aumento das ameaças. Para Oliver (2002), a antiga metáfora da estratégia como organização auxilia a compor as empresas para o desmembramento dos seus recursos em escalas globais e em contradição está eclodindo a nova metáfora da qual sua principal característica é a agilidade.

Os esclarecimentos auxiliam para comprovar a relevância de uma estratégia organizacional. Isso ocorre diante das oportunidades e das ameaças e ainda ajuda para designar o que está localizado no nível estratégico da organização, e para tanto, se reserva no direito de ser vital para com o objetivo de manter a empresa salubre. Esses apontamentos enquadram-se em responsabilidade social como sendo uma estratégia essencial para elevar a imagem positiva da empresa diante da sociedade e ainda sustentar a sua saúde organizacional.

Os objetivos e estratégias organizacionais levam ao questionamento do peso de um planejamento estratégico no intuito de se desenvolver estratégias voltadas para RSC. É indispensável que essa técnica de fortalecimento de estratégias para que a organização vislumbre o que pretende com o seu ambiente. A amplitude do planejamento estratégico é deliberar pelas tomadas de decisões da liderança que acometerão a empresa no longo prazo. Dessa forma, o planejamento estratégico se torna uma técnica da administração que coordena as ideias das pessoas, criando uma estrada a ser percorrida para, em seguida, serem delineadas as ações, que uma vez tomadas, consolidarão o planejamento estratégico implantado (ALMEIDA, 2003).

As estratégias construídas por esta empresa de papel e celulose junto as associações da comunidade rural de Pouso Alegre atuam em prol do desenvolvimento, e dentro do planejamento estratégico empresarial a empresa realiza a separação entre manutenção de programas existentes, criação de novos programas além de planejar as ações e execução dos mesmos junto à comunidade.

2.4 Cooperativismo

Robert Owen, considerado o pai das ideias do cooperativismo, nasceu em Newton no ano de 1771. Sua iniciativa pioneira aconteceu numa aldeia chamada Rochdale, na Inglaterra no ano de 1844. Owen organizou e prosperou uma fábrica de tecidos, oferecendo aos colaboradores participação nos lucros da empresa. Este modelo de sociedade seria considerado o embrião das cooperativas.

Essa ideia pode ser fomentada junto a várias comunidades, com o objetivo de construir associações, consolidar ligações, cooperar, e se tornou o espaço onde cada um conhece as aptidões, habilidades e ao mesmo tempo as necessidades dos demais inseridos naquele espaço. Nos locais onde ocorrem processos de expansão baseados em parcerias entre múltiplos atores, tais como: governamentais, empresariais e sociais, pode se dizer metaforicamente, é claro, que todos os parceiros progridem, estabelecendo entre si relações onde todos ganham (FRANCO, 2000).

No Brasil, o cooperativismo surgiu em 1902, como Crédito Agrícola Cooperativo. O padre suíço T. Amsterad inaugurou na cidade de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, a primeira Caixa Rural Raiffaisen. Em 1907, no Estado de Minas Gerais, apareceram as primeiras cooperativas agropecuárias. Nesse mesmo ano João Pinheiro, Governador, impulsionou seu projeto cooperativista no intuito de suprimir os intermediários da produção agrícola, pois a comercialização era monitorada por estrangeiros. Sendo o café o produto crucial das suas preocupações foi criada ainda uma seção específica para o produto, provendo-lhe isenções fiscais e estímulos materiais (OCB, 2011).

O sistema foi alicerçado com a imigração europeia, ocorrida principalmente no sul do país. De acordo com Salanek Filho (2007), As primeiras cooperativas surgiram no ramo de consumo, porém a consolidação foi mais lenta devido à falta de incentivo do Governo.

As cooperativas agropecuárias também foram brotando em diversas regiões do Brasil, principalmente no sul do país entre as comunidades de origem alemã e Italiana, consciente do arranjo cooperativista europeu. As cooperativas se intensificaram no Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, depois ganharam força em Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro, com menor evolução no Piauí, Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Hoje esse cooperativismo agropecuário se espalhou em todo território brasileiro.

O cooperativismo no Brasil foi regulamentado em 1932, e em 1971, através da Lei 5.764, rege esta lei que as cooperativas exercem atividade econômica sem objetivar lucro.

A Organização das Cooperativas Brasileiras é o órgão que representa as Cooperativas. Tem como competência a promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista. No Brasil, segundo OCB (2011), existem 6.586 cooperativas, com total de 10.009 cooperados, nos ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transportes, turismo e lazer. No período de 2001 a 2011 o número de cooperados passou de 4.779 para 10.009 milhões de cooperados.

A OCEPAR (2006) descreve os ramos do cooperativismo como:

- a) Agropecuário: composto por cooperativas de produtores rurais ou agropecuários, sendo os meios de produção pertencentes aos cooperados, com atividades diversas e boa participação no PIB;
- b) Consumo: relacionam-se as cooperativas com atividade de compra em comum. Este é o ramo mais antigo do país;
- c) Crédito: conjunto de cooperativas destinadas a promover poupança e financiar necessidades dos cooperados;
- d) Educacional: composto por cooperativas de professores, que se organizam para prestar serviços educacionais;
- e) Especiais: cooperativas fomentadas para organização e gestão de serviços sócio-sanitários e educativos, para ajudar pessoas com necessidades especiais, egressos entre outros;
- f) Habitacional: cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais;
- g) Infraestrutura: criada para atender diretamente o quadro social, como as de eletrificação rural;
- h) Mineral: função de pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;
- i) Produção: cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos;

- j) Saúde: cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana;
- k) Trabalho: dedicam-se à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não contemplados em outros ramos;
- l) Transportes: cooperativas que atuam no transporte de cargas e passageiros;
- m) Turismo e lazer: cooperativas que prestam serviços turístico, artístico, de entretenimento, de esportes e de hotelaria.

O cooperativismo agropecuário é o mais lembrado pela sociedade brasileira com participação ampla nas exportações além de ser o responsável pelo abastecimento do mercado interno.

As cooperativas agropecuárias integram, hoje, o segmento economicamente mais potente do cooperativismo brasileiro.

De acordo com Machado Filho et.al (2003) o sistema cooperativista agroindustrial evidencia-se pela associação de um grupo de (geralmente pequenos) produtores, normalmente com uma base cultural comum, dedicados a atividades agrícolas específicas, que se agrupam tendo uma estrutura organizacional. As cooperativas reúnem produtores e buscam obter uma melhora da competitividade deste produtor.

As cooperativas agropecuárias são extremamente relevantes no cenário nacional. Conforme dados do Censo das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2011), as cooperativas agrícolas vêm se destacando na comercialização de produtos, geração de empregos, exportações de produtos, inclusive industrializados. Ainda considerando dados do OCB, no Brasil existem 1.624 cooperativas agropecuárias. O total de associados a esse segmento é de 865.494. O faturamento ou PIB estimado das cooperativas agropecuárias é em torno de R\$ 13 bilhões.

Abrantes (2004) propõe alguns critérios de comparação entre Cooperativa e Associação

| DIFERENÇAS ENTRE ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVA | | |
|---|---|---|
| | ASSOCIAÇÃO | COOPERATIVA |
| DEFINIÇÃO | Sociedade civil sem fins lucrativos | Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos |
| OBJETIVOS | <ul style="list-style-type: none"> - Promover a implementação e a defesa dos interesses dos seus associados - Incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes | <ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar e desenvolver a atividade produtiva dos seus associados - Transformar bens, atuando no mercado - Armazenar e comercializar - Dar assistência técnica e educacional aos associados |
| AMPARO LEGAL | <ul style="list-style-type: none"> - Constituição (Art. 5º.) - Código Civil | <ul style="list-style-type: none"> - Constituição (Art. 5º.) - Código Civil - Lei 5.764/71 |

Figura 1 - Diferenças entre Associação e Cooperativa
 Fonte: Adaptado de Abrantes (2004, p. 86)

De acordo com a Figura 1 nota-se, que o principal objetivo do associativismo nas comunidades é a participação, a solidariedade e a cooperação em torno de objetivos comuns, assegurando melhores condições de vida para a comunidade. Todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos próprios associados ou membros, logo, as associações não possuem fins lucrativos. Possuindo amparo legal no Artigo 5.º da constituição e no Código Civil.

Já o cooperativismo tem como principal objetivo a comercialização e a produção dos seus membros, permitindo que seus cooperados gerem renda e possa reinvestir parte desses benefícios para o bem comum. Assim, todos os membros das cooperativas são também donos delas. Tendo como amparo legal o Artigo 5.º da Constituição, o Código Civil e a Lei 5.764/71.

Conforme Silber (1997), a globalização move-se basicamente seguindo três rotas: a primeira pela ascendente abertura do mercado mundial às exportações e importações (hoje as transações comerciais representam 20% do PIB mundial); a segunda, pela ágil expansão do mercado financeiro internacional da desregulamentação e da inovação tecnológica representada pelas tecnologias de informação e, finalmente, pela internacionalização das decisões de produção, investimento e de tecnologia, com a crescente presença das empresas multinacionais no mercado mundial. Este novo ambiente de negócios leva as

cooperativas a um momento de reflexão, em que seus dirigentes entendem os novos desafios que deverão encarar para sobreviver nesse ambiente de alta turbulência.

Por um lado, exibem-se desafios e oportunidades, mas, por outro, o fomento à cultura da competição nas sociedades contemporâneas demonstra uma ameaça ao modelo atual de gestão cooperativista. Porém com a globalização, o chamado mundo sem fronteiras, as cooperativas enfrentam dificuldades de manter suas convicções doutrinárias e continuarem competitivas. As vantagens fiscais (isenção de alguns impostos) e acesso às linhas de crédito diferenciadas, com menores custos garantem alguma competitividade ao segmento, porém muitas ações ainda se fazem necessárias quando o assunto é cooperativismo.

Importante ressaltar que os produtores devem tentar minimizar seus custos, empregando, para isso, técnicas de produção adequadas e agindo de forma conjunta, ou seja, todos unidos por um mesmo ideal, destacando-se a importância da sua integração. O que constitui exatamente o papel da cooperativa, pois a eficiência do cooperativismo alicerça-se nos princípios da livre entrada, democracia e no retorno das sobras, e é o sistema que melhor harmoniza os interesses individuais e sociais dos produtores.

Nesse sentido, “[...] o modelo cooperativo exige, no caso da agroindústria, que sejam garantidos dois pontos essenciais: verdadeira participação do associado e eficiência empresarial em função da eficácia, isto é, em função de cada associado” (LAUSCHNER, 1993, p. 136). Um exemplo de aumento da eficiência é a exclusão de associados inativos, sem participação, pois associados que operam pouco com a cooperativa causam-lhe custos adicionais, ao mesmo tempo em que associados pouco abertos a inovações tecnológicas também restringem a eficiência do grupo.

As cooperativas possibilitam o aumento da renda média do associado e de sua utilidade, ao mesmo tempo em que o êxito da empresa cooperativada depende do fato de que o grau de integração vertical ou horizontal possibilite a permanência do associado na cooperativa. Isso acontece quando o condutor de benefícios é maior que o condutor de custos, maximizando o lucro e a utilidade do associado (BIALOSKORSKI NETO, 1997).

Assim, os produtores associados devem ser conhecedores de que o sucesso da cooperativa, no sentido de alcançar os objetivos econômicos de ambas as partes, depende em grande parte da sua efetiva participação e colaboração.

Através do Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) esta empresa de papel e celulose em parceria com as associações implantaram uma farinha comunitária e para geri-la as associações formaram um cooperativa, denominada Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga (CAVI).



Figura 3 - Localização do Município de Alcobça, Bahia
Fonte: Google Maps (2014)

Alcobça é um dos portais para o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, conhecido como costa das baleias. Sendo portanto uma cidade de destaque e relevância para o Extremo Sul da Bahia no quesito de turismo, recebendo turistas em nível mundial, o município pertence ao Território de Identidade Extremo Sul, composto ao litoral pelas cidades de Alcobça, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa e Prado e no interior pelas cidades de Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto e Vereda.

Vale destacar que entre a ocupação acelerada da região em estudo, acentuou-se o desmatamento conforme mostra Figura 4.

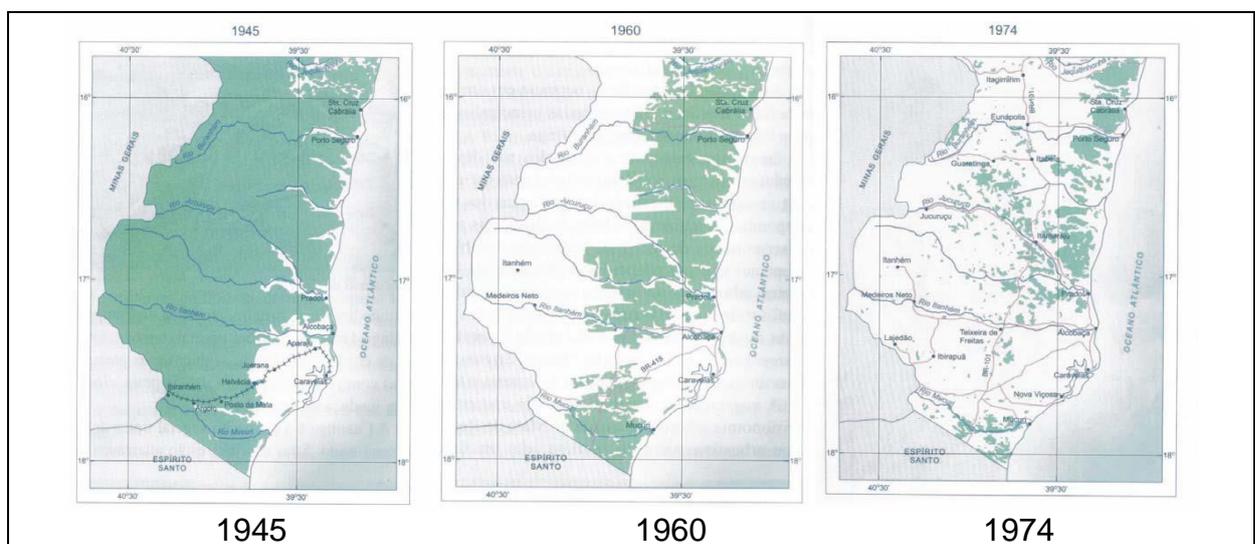


Figura 4 - Mapas da área de Mata Atlântica em 1945, 1960 e 1974
Fonte: Silva et al. (2004)

Pode se observar na Figura 4, que de 1945 a 1974 o desmatamento avançou sobre todo Extremo Sul da Bahia. Após a significativa perda populacional em meados da década de 1970, com o desmembramento do município de Alcobaça que deu origem ao município de Teixeira de Freitas (Silva et. al.2004), a população urbana de Alcobaça retomou seu crescimento na década seguinte, e manteve-se praticamente estável durante a última década, atingindo em 2010, o total de 21.271 habitantes, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - População de Alcobaça/BA de 1991 a 2010

| População de Alcobaça | Censo IBGE | | | | | |
|------------------------------|------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | 1991 | | 2000 | | 2010 | |
| | Pessoas | % | Pessoas | % | Pessoas | % |
| População residente - Urbana | 5.464 | 35,45% | 7.446 | 35,63% | 11.085 | 52,11% |
| População residente - Rural | 9.946 | 64,54% | 13.454 | 64,37% | 10.186 | 47,89% |
| População residente | 15.410 | 100,00% | 20.900 | 100,00% | 21.271 | 100,00% |

Fonte: IBGE, 2014

Percebe-se que a distribuição entre a população urbana e rural, de 1991 a 2000, manteve-se praticamente estável, o que não ocorre quando se compara o período entre 2000 a 2010, em que se verifica claramente um aumento no percentual da população urbana e conseqüentemente uma redução no percentual da população rural.

Tabela 2 - Crescimento da População de Alcobaça X Migração

| Crescimento x Migração | 1991/2000 | | 2000/2010 | |
|------------------------------|-------------|--------|-------------|---------|
| | Crescimento | % | Crescimento | % |
| População residente - Urbana | 1.982 | 36,27% | 3.639 | 48,87% |
| População residente - Rural | 3.508 | 35,27% | - 3.268 | -24,29% |
| Total | 5.490 | 35,63% | 371 | 1,7% |

Fonte: IBGE, 2014

Através dos resultados da Tabela 2, pode-se verificar que o município de Alcobaça teve um crescimento na população urbana de 1991 a 2000 de 36,27%. Entre 2000 a 2010, esse crescimento foi de 48,87%. Já a população rural de 1991 a 2000 teve um crescimento de 35,27% acompanhando o crescimento da população urbana. Entre 2000 a 2010 o município apresentou uma redução na população rural de -24,29%.

Percebe-se que, na última década, apesar da população manter-se quase a mesma, com um crescimento de apenas 1,7%, ocorreu um êxodo rural elevado, provocando migração da população da zona rural para zona urbana.

O êxodo rural pode ser comparado quando se verifica a produção da lavoura permanente, da lavoura temporária e da pecuária no município de Alcobaça entre 2004 a 2012, conforme dados das Tabelas 3, 4 e 5.

Tabela 3 - Produção da lavoura permanente no Município de Alcobaça de 2004 a 2012

| Lavoura Permanente/ Quant. produzida por ano | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | MEDIDA / SITUAÇÃO |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------------------|
| Banana | 653 | 816 | 808 | 812 | 935 | 440 | 385 | 385 | 385 | t ↓ |
| Borracha (látex coagulado) | 8 | 9 | 9 | 9 | 9 | 8 | 9 | 11 | 10 | t ↑ |
| Cacau (em amêndoa) | 74 | 72 | 88 | 12 | 13 | 13 | 16 | 18 | 18 | t ↓ |
| Café (em grão) | 1.103 | 1.090 | 1.185 | 1.379 | 1.362 | 254 | 240 | 240 | 240 | t ↓ |
| Castanha de caju | 14 | 14 | 6 | 5 | 3 | 2 | 4 | 4 | - | t Ⓞ |
| Coco-da-baía | 11.396 | 11.526 | 11.465 | 11.220 | 12.000 | 12.000 | 10.800 | 10.800 | 10.800 | Mil frut. ↓ |
| Dendê (coco) | 63 | 450 | 473 | 462 | 441 | 400 | 400 | 380 | - | t Ⓞ |
| Goiaba | 43 | 43 | 120 | 121 | 48 | 36 | 48 | 60 | 55 | t ↑ |
| Laranja | 1.050 | 1.071 | 760 | 755 | 750 | 600 | 330 | 280 | 280 | t ↓ |
| Limão | 517 | 522 | 738 | 626 | 1.800 | 900 | 810 | 645 | 651 | t ↑ |
| Mamão | 21.540 | 30.555 | 32.385 | 47.616 | 49.600 | 29.920 | 31.500 | 30.600 | 15.750 | t ↓ |
| Manga | 235 | - | 108 | 96 | 240 | 200 | 264 | 180 | - | t Ⓞ |
| Maracujá | 4.200 | 6.000 | 8.000 | 11.231 | 4.200 | 6.600 | 1.320 | 5.175 | 7.150 | t ↑ |
| Pimenta-do-reino | 78 | 400 | 480 | 495 | 480 | 450 | 429 | 315 | 315 | t ↑ |
| Tangerina | 70 | - | 56 | 95 | - | - | - | - | - | t Ⓞ |
| Urucum (semente) | 46 | 132 | 145 | 145 | 166 | 168 | 135 | 162 | 216 | t ↑ |

Fonte: IBGE, 2014

Pode se verificar (Tabela 3) que houve uma redução na produção das seguintes lavouras permanentes: banana, cacau, café, castanha de caju, coco-da-baía, Laranja e Mamão. Houve um aumento em algumas lavouras como: borracha, goiaba, limão, maracujá, pimenta-do-reino e urucum. A produção de outras lavouras desaparecerem como: castanha de caju, dendê (coco), manga e tangerina.

Tabela 4 - Produção da Lavoura Temporária em Alcobaça, de 2004 a 2012

| Lavoura Temporária / Quant. Produzida por ano | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | MEDIDA / SITUAÇÃO |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|-------------------|
| Abacaxi | 1.210 | 1.100 | 1.105 | 1.665 | 330 | 198 | 200 | 230 | 450 | mil frut.. ↓ |
| Amendoim (em casca) | 26 | 38 | 33 | 30 | 28 | 29 | 32 | 36 | 27 | t ↑ |
| Arroz (em casca) | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | t ⊗ |
| Batata-doce | 840 | 700 | 1.700 | 2.340 | 1.200 | 300 | 200 | 120 | - | t ⊗ |
| Cana-de-açúcar | 7.050 | 7.050 | 6.975 | 6.900 | 4.600 | 4.800 | 4.500 | 4.725 | 4.725 | t ↓ |
| Feijão (em grão) | 663 | 669 | 608 | 280 | 310 | 59 | 72 | 85 | 85 | t ↓ |
| Mandioca | 23.564 | 27.864 | 19.418 | 19.536 | 20.160 | 12.300 | 9.800 | 11.200 | 11.200 | t ↓ |
| Melancia | 13.440 | 11.280 | 12.000 | 8.000 | 16.800 | 6.120 | 5.000 | 6.500 | 6.160 | t ↓ |
| Milho (em grão) | 414 | 472 | 429 | 125 | 375 | 350 | 144 | 151 | 158 | t ↓ |
| Tomate | 109 | 336 | 348 | 336 | 360 | 300 | 350 | - | - | t ⊗ |

Fonte: IBGE, 2014

Nota-se, conforme dados da Tabela 4, que a produção da lavoura temporária diminuiu entre 2004 a 2012, tais como abacaxi, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia e milho. Algumas lavouras como a do arroz, batata-doce e do tomate desapareceram, e houve aumento pequeno apenas na produção de amendoim.

Tabela 5 - Produção da Pecuária no Município de Alcobaça de 2004 a 2012

| Pecuária | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Unid. / Situação |
|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|------------------|
| Bovinos | 47.272 | 41.212 | 43.285 | 40.539 | 30.640 | 34.332 | 37.188 | 35.577 | 37.887 | Cabeças ↓ |
| Suínos | 2.777 | 2.065 | 1.690 | 1.569 | 1.480 | 1.470 | 1.540 | 1.450 | 1.510 | Cabeças ↓ |
| Equinos | 1.730 | 1.522 | 1.324 | 1.244 | 1.240 | 1.250 | 1.000 | 930 | 940 | Cabeças ↓ |
| Asininos | 392 | 372 | 301 | 275 | 275 | 270 | 285 | 260 | 270 | Cabeças ↓ |
| Bubalinos | 945 | 831 | 872 | 130 | 150 | - | 7 | 8 | 7 | Cabeças ↓ |
| Muare | 330 | 297 | 473 | 476 | 460 | 460 | 470 | 460 | 480 | Cabeças ↑ |
| Caprinos | 692 | 626 | 507 | 405 | 405 | 400 | 395 | 350 | 360 | Cabeças ↓ |
| Ovinos | 973 | 962 | 784 | 656 | 660 | 650 | 660 | 580 | 600 | Cabeças ↓ |
| Galinhas | 6.739 | 5.458 | 4.470 | 3.866 | 3.800 | 3.850 | 3.900 | 3.800 | 3.900 | Cabeças ↓ |

| | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|-------|--------|--------------|
| Galos, frangas, frangos e pintos | 9.247 | 7.767 | 6.291 | 5.344 | 5.250 | 5.260 | 5.280 | 5.180 | 5.200 | Cabeças ↓ |
| Vacas ordenhadas | 7.570 | 7.260 | 7.986 | 7.241 | 8.250 | 10.667 | 11.204 | 7.986 | 11.422 | Cabeças ↑ |
| Leite de vaca | 4.595 | 4.951 | 5.510 | 5.214 | 6.023 | 11.520 | 12.100 | 5.510 | 7.881 | Mil litros ↑ |
| Ovos de galinha | 45 | 37 | 31 | 27 | 26 | 28 | 28 | 28 | 28 | Mil dúz. ↓ |
| Mel de Abelha | 1.304 | 9.500 | 7.500 | 6.500 | 7.000 | - | 9.500 | 9.400 | 9.600 | Kg ↑ |

Fonte: IBGE, 2014

Observa-se na Tabela 5, que na pecuária houve uma redução no número dos seguintes rebanhos: bovinos, suínos, equinos, asininos, bubalinos, caprinos, ovinos, galinhas e conseqüentemente galos, frangas(os) pintos e ovos. Mesmo o rebanho bovino tendo reduzido a sua quantidade de cabeças, nota-se que houve aumento na produção de vacas ordenhadas e, conseqüentemente, aumento na produção de leite e também aumento na produção de mel de abelha.

A redução das lavouras e da pecuária no município de Alcobaça reforça os dados apresentados na Tabela 6, onde pode ser verificado um alto crescimento na extração vegetal nativa e ou agrícola, para implantação da monocultura do eucalipto implantada nas últimas décadas pelas indústrias de papel e celulose na região.

Tabela 6 - Extração vegetal e silvicultura no Município de Alcobaça de 2004 a 2012

| Extração Vegetal e Silvicultura / quantidade produzida | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Unid./ Situação. |
|--|---------|---------|------|---------|--------|--------|--------|-----------|-----------|------------------|
| Madeiras - lenha | 90 | - | - | - | - | - | - | - | - | m ³ Ⓢ |
| Madeiras - madeira em tora | - | 92 | - | - | - | - | - | - | - | m ³ Ⓢ |
| Produtos da Silvicultura - carvão vegetal | 25.450 | - | - | - | - | - | - | 37.475 | 48.055 | t ↑ |
| Produtos da Silvicultura - lenha | 30.279 | 67.936 | - | 56.930 | 34.706 | 19.743 | 42.058 | - | - | m ³ Ⓢ |
| Produtos da Silvicultura - madeira em tora | 432.570 | 112.693 | - | 109.714 | - | - | - | 2.444.895 | 1.725.759 | m ³ ↑ |

| | | | | | | | | | | |
|--|---------|-----------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------------|
| Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose | 350.866 | 1.609.908 | - | 2.194.285 | 1.384.357 | 1.061.926 | 1.248.185 | 2.442.826 | 1.684.059 | m ³ ↑ |
| Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades | 81.704 | 1.502.205 | - | 2.012.592 | 1.318.436 | 997.411 | 1.091.253 | 2.069 | 41.700 | m ³ ↓ |
| Produtos da Silvicultura - acácia-negra (casca) | - | 107.703 | - | 181.693 | 65.921 | 64.515 | 156.932 | - | - | t Ⓢ |

Fonte: IBGE, 2014

A extração de madeira para lenha, madeiras em tora, produtos da silvicultura para lenha e produtos da silvicultura como da acácia-negra (Tabela 6) praticamente teve sua produção exaurida no período de 2004 a 2012, já produção da silvicultura para carvão, madeira em tora e madeira em tora para papel e celulose cresceu muito, chegando esse último em 2012 a um crescimento na produção de 596%.

Segundo CAR (1994) a implantação do transporte rodoviário e o baixo valor das terras, associadas aos incentivos oferecidos pelos governos estaduais e as altas potencialidades naturais da região do Extremo Sul da Bahia, atraíram diversos agentes econômicos tais como: madeireiros, pecuaristas, agricultores e industriais do setor de celulose e papel. Vale destacar que o município de Teixeira de Freitas, polariza a região.

A instalação de maciços florestais no Extremo Sul orientou-se, inicialmente, para o atendimento a diversos fins. Porém, de meados dos anos 1980 [...] a criação de florestas de pinos e, sobretudo eucaliptos, para suprir as necessidades presentes e futuras das indústrias de papel e celulose que vieram a se implantar mais recentemente na região (a Bahia Sul e a Veracel Celulose, instaladas em Mucuri e Eunápolis, respectivamente) ou em regiões vizinhas (a Aracruz e a CAF Florestal, instaladas no Espírito Santo) (SEI, 1996, p. 238).

Hoje o município de Alcobaça, BA, de acordo com dados do IBGE/2010, demonstra que IDHM tem melhorado nos últimos anos (Tabela 7).

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM | Índice |
|---|--------|
| IDHM 2010 | 0,608 |
| IDHM 2000 | 0,453 |
| IDHM 1991 | 0,272 |

Fonte: IBGE/2010

Com esses dados pode ser inferenciado que a agricultura é o principal componente do PIB do município de Alcobaça/BA. O setor segundo o IBGE responde por 49,8% do PIB municipal, seguido pelo setor de comércio e serviços com 25,09%, a administração pública aparece com peso significativo de 19,97 % e o setor industrial corresponde a apenas 5,07%.

Em 2013 no estado da Bahia foi criado o Decreto 14.530, que institui o chamado Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE/BA) dos territórios considerados identidades do estado. O objetivo do ZEE/BA é orientar o planejamento, a gestão, as atividades e as decisões do poder público, do setor privado e da sociedade em geral, relacionadas ao uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações do meio físico, biótico e socioeconômico, visando à implementação prática do desenvolvimento sustentável. O ZEE define critérios orientadores para atividades produtivas em cada porção do território (Zona), indicando prioridades para conservação da biodiversidade e disponibilizando um banco de dados georreferenciados para a gestão territorial.

Outro fator relevante para o município de Alcobaça foi o desempenhado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia (CODES), que em parceria com empresas como: Arcelor Mittal, Fibria e Suzano Papel e Celulose realizam o diagnóstico de fragilidades e potencialidades de toda a região, através de pesquisas sobre a população, economias populares, políticas públicas, desenvolvimento local, cultura regional, entre outros (Tabelas 8, 9 e 10).

Tabela 8 - Síntese dos indicadores de Alcobaça

| Indicadores | Referência | Alcobaça |
|--|------------|------------|
| População | 2010 | 21.271 |
| Taxa Geométrica de Crescimento Anual "TGCA" da população (%) | 2001-2010 | 0,20 |
| PIB (em mil R\$) | 2008 | 152.156,20 |
| Taxa Geométrica de Crescimento Anual TGCA do PIB (%) | 2002-2008 | 0,28 |
| PIB Agropecuário (%) | 2008 | 49,87 |
| PIB Industrial (%) | 2008 | 5,07 |
| PIB Administração Pública (%) | 2008 | 19,97 |

| | | |
|---|------|-------|
| PIB demais atividades de Comércio e Serviço (%) | 2008 | 25,09 |
| Empregados formais (em quantidade) | 2009 | 1.544 |
| Estabelecimentos formais (em quantidade) | 2009 | 157 |
| Participação dos empregados formais no total da população (%) | 2009 | 7,63 |

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias (2012, p.19).

Percebe-se, de acordo com a Tabela 8, que em 2009 o município contava apenas com 1.544 empregados formais, sendo um número extremamente baixo em relação ao número da população, deixando claro que o desemprego era realidade no município. Na Tabela 9 são apresentados o que na visão da população de Alcobaça são considerados os principais problemas existentes no município, evidenciando como principais problemas sinalizados pela população, a falta de emprego, saúde pública e criminalidade, reforçando assim os dados apresentados na tabela 8.

Tabela 9 - Principais problemas apontados pela população de Alcobaça

| Opções | % |
|---|------|
| Saúde | 38,3 |
| Falta de emprego/desemprego | 34,0 |
| Segurança/violência/criminalidade | 26,2 |
| Educação | 16,3 |
| Falta de coleta e tratamento de esgoto/saneamento | 13,5 |
| Falta de opção de esporte e lazer | 3,5 |
| Limpeza Pública | 3,5 |
| Consumo de drogas | 2,8 |
| Tráfico de drogas | 2,8 |
| Servidores municipais insatisfeitos | 2,8 |
| Falta de calçamento/pavimentação de ruas | 1,4 |
| Coleta de lixo | 1,4 |
| Falta ou deficiência de iluminação pública | 1,4 |
| Transporte coletivo | 1,4 |
| Estradas ruins | 0,7 |
| Alagamentos | 0,7 |

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias (2012, p. 20).

Nota-se ainda na tabela 9 que a educação e falta de coleta e tratamento de esgoto também é algo que preocupa a população e as demais questões como lazer, limpeza pública, drogas, etc. não são problemas tão alarmantes no município na visão da população.

De acordo com dados da Tabela 10, a população entrevistada foi questionada sobre as potencialidades do município e neste quesito apontaram o meio ambiente, patrimônio histórico, agricultura familiar, festas culturais, turismo e qualidade de vida como os principais itens que deveriam ser preservados eternamente no município.

Tabela 10 - O que é mais importante em seu município e que deveria ser preservado para sempre?

| Opções | % |
|---|------|
| Meio ambiente/belezas naturais/matias/biodiversidade e praias | 27,7 |
| Patrimônio histórico | 9,2 |
| Agricultura/Agricultura familiar | 7,8 |
| Cultura/festas | 5,7 |
| Turismo/agro turismo/ecoturismo | 3,5 |
| Qualidade de vida | 2,1 |

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Costa das Baleias (2012, p. 22).

Torna-se claro, portanto, o reconhecimento da população sobre a importância que a agricultura familiar tem para o município, ainda mais pelo fato de Alcobaça ter apresentado uma população rural em 2010 de 10.186 habitantes, dentre os quais se apresenta a comunidade foco desta dissertação, a comunidade Rural de Pouso Alegre.

**Figura 5** - Localização da Comunidade de Pouso Alegre, Alcobaça/BA

Fonte: Google Maps (2014).

A Comunidade de Pouso Alegre é também conhecida por Pixixica, nome atribuído a uma formiga predadora de pragas do cacau, fruto desta região da Bahia. A comunidade de Pouso Alegre fica situada a 8 km da BR 101, que dá acesso a partir daí, a importantes cidade como Teixeira de Freitas (17 km), Itamaraju (50 km) e a aproximadamente a 62km da sede do município de Alcobaça, sendo desses 31km em estrada de chão.



Figura 6 - Localização da Comunidade Pouso Alegre na BR 101
Fonte: Acervo do autor (2014)



Figura 7 - Distância da Comunidade Pouso Alegre a Teixeira de Freitas e Itamaraju
Fonte: Acervo do autor (2014)

A comunidade rural de Pouso Alegre já chegou a ter 500 alunos matriculados em suas escolas e hoje a comunidade possui apenas 397 habitantes, distribuídos em aproximadamente 100 famílias, conforme entrevistas.

Segundo dados do SEI (1996) a região do Extremo Sul da Bahia apresenta 2 vetores econômicos: o de celulose e o de turismo. Diante da influência da monocultura na região pesquisada, Pouso Alegre se viu com o conseqüente êxodo rural e no intuito de juntar forças para que a comunidade de Pouso Alegre não fosse exaurida, sugeriram as associações locais.

Na comunidade rural de Pouso Alegre, conforme explanado anteriormente, existiam duas grandes fazendas que empregavam aproximadamente 136 trabalhadores rurais e que cultivava limão e tangerina. A propriedade foi vendida para uma grande empresa de papel e celulose.

Com o conhecimento da Lei Orgânica do Município de Alcobaça, onde em seu artigo 151 cita que empresas ou indústrias da iniciativa privada ou pública que adquirirem propriedades rurais acima de 1.000 ha, deveriam por lei deixar 30% dessa área para: Preservação ecológica; Cultivo das agriculturas de subsistência e Pecuária.

Os trabalhadores rurais das antigas fazendas no intuito de se organizarem e ganharem forças criaram as 2 (duas) associações locais denominadas Pouso Alegre fundada em 2001 e Constelação fundada em 2004. Essas duas associações, através de ações, recorreram ao poder público municipal e a Lei foi aplicada a esta grande empresa de papel e celulose

A empresa de papel e celulose fez a doação/devolução das terras aos membros das associações Constelação e Pouso Alegre e atualmente essa mesma empresa está em constante diálogo com a comunidade, contribuindo para seu desenvolvimento, incentivando programas de geração de renda e emprego. A exemplo de um destes incentivos pode-se citar o programa criado pela empresa de papel e celulose em 2010, o chamado Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT).

O PDRT realiza parceria com diversos órgãos públicos e procura se basear numa rede de compartilhamento de informações e recursos existentes na própria comunidade, o programa envolve a oferta de assistência técnica especializada aos moradores, a orientação para a comercialização dos produtos, no caso de Pouso Alegre da comercialização da farinha em programas federais de incentivo de agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e cursos de capacitação profissional oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar.

Todas as decisões do PDRT são tomadas de forma colegiada e transparente, em reuniões abertas com as associações. Definidas as culturas e os planos de plantio para cada produtor, o Comitê Gestor, com um representante de cada associação, coordena os trabalhos e presta contas de suas ações.

Através dos resultados apresentados na Tabela 11, pode-se observar que a empresa investe em projetos sociais junto à comunidade, uma vez que a mesma tem consciência dos impactos gerados por suas atividades florestais e através da responsabilidade social procura mitigar estes impactos na comunidade.

Tabela 11 - Investimentos e receitas do PDRT na comunidade de Pouso Alegre em 2011

| Especificação | Comunidade de Pouso Alegre |
|---|-----------------------------------|
| 1. INVESTIMENTO | |
| Total investimento Fibria | 26.265,00 |
| Total contrapartida das associações | 77.175,00 |
| Número de famílias atendidas | 40 |
| Total investimento por família/ano | 2.661,00 |
| 2. RENTABILIDADE | |
| Renda média família/ano | 4.797,00 |
| Relação do retorno <i>versus</i> investimento por família | 80% |

Fonte: Fibria, Relatório de sustentabilidade 2011

No anseio de conhecer um pouco mais sobre a realidade desta comunidade e sobre as ações das associações fizeram-se necessário conhecer a natureza do trabalho indo além da experiência de vida, onde, de acordo com PINTO (1979), em qualquer campo de atividade é essencial que o pesquisador reflita sobre seu trabalho a ser executado, o lado cultural e social. Esses aspectos fornecerão suporte à formação teórica do pesquisador, ajudando-o a descobrir a importância dos aspectos teóricos, sobre seu trabalho.

Com isso, em 2012, foi realizada uma visita à comunidade rural de Pouso Alegre, cujo objetivo era obter informações para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Na oportunidade, a pesquisadora pôde conhecer e conversar informalmente com membros da comunidade. Nesse primeiro momento da pesquisa, pode ser identificado algumas lideranças da comunidade bem como obter informações do cotidiano da comunidade. A comunidade, em 2012, esperava a concretização de um sonho, fruto de lutas consecutivas de anos e anos das associações junto a uma grande empresa de papel e celulose no intuito de promover o desenvolvimento local, conforme relatado no apêndice F.

Da parceria com a empresa de papel e celulose, as associações formaram um cooperativa para gerenciar uma farinha comunitária, sendo esta farinha comunitária geradora de emprego e renda para a comunidade. Para a empresa de papel e celulose esta parceria designa-se responsabilidade social e para a comunidade a farinha é o resultado de lutas e concretização do sonho de ter um emprego digno e ofertar uma melhor qualidade de vida.

A declaração de uma liderança da comunidade foi fonte motivadora para que a pesquisadora conhecesse mais sobre a comunidade e acompanhasse este processo em prol do desenvolvimento local.

Pode-se dizer que a primeira fase do trabalho de campo foi significativa para que a pesquisadora elaborasse a proposta de pesquisa e também deu-se a escolha das técnicas para coleta de dados.

Vale ressaltar que o projeto da farinha envolve quatro associações de produtores rurais, sendo elas: Constelação, Itaitinga, Pouso Alegre e Novo Destino, associações essas que representam três comunidades rurais que lutaram e constituíram a

Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga (CAVI), que é a pessoa jurídica responsável pelos trabalhos da farinha comunitária. Porém, o foco desta pesquisa é analisar o papel do associativismo e cooperativismo apenas na comunidade de Pouso Alegre e a sua busca pelo desenvolvimento local, onde estão inseridas as associações Constelação e Pouso Alegre.

CAPITULO IV

O ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O associativismo em pequenas comunidades constituir-se como uma possibilidade de desenvolvimento local, onde pequenos agricultores interagem, trabalham e ao mesmo tempo afirmam sua identidade. As organizações de tipo associativo constituem um pilar decisivo na construção de solidariedades, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania. As associações são entidades voluntárias, movidas por fins e metas, que não se traduzem em lucratividade, mas em mobilização e concretização de fins sociais para a própria comunidade.

Cada vez mais percebe-se a população colaborando com este tipo de atividade, onde a vida associativa só tem sentido quando vivenciada com ética, como sendo a mola propulsora para ação, intervenção e cidadania. O reconhecimento é claramente percebido no olhar dos membros das associações sobre os caminhos que todos juntos percorrem, de forma solidária.

Neste capítulo será feita abordagem geral das associações dentro da comunidade rural de Pouso Alegre e suas estratégias para promover o desenvolvimento local.

4.1 Caracterização dos Membros das Associações

As informações que se seguem foram respondidas por 85 membros das associações locais denominadas Pouso Alegre e Constelação. Ao analisar o nível de escolaridade entre os membros das duas associações pesquisadas, verificou-se que os membros da associação Pouso Alegre apresentam um nível de escolaridade superior aos dos membros da associação Constelação, conforme Gráficos 1 e 2.

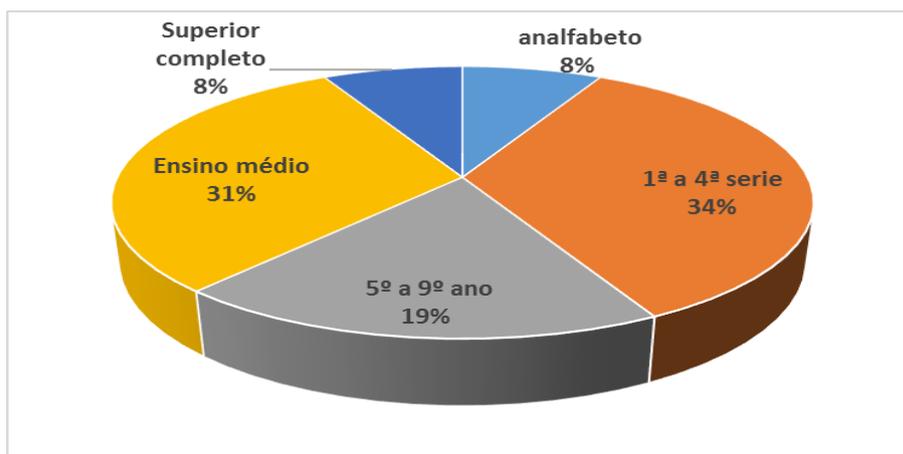


Gráfico 1 - Nível de escolaridade dos membros da Associação Pouso Alegre

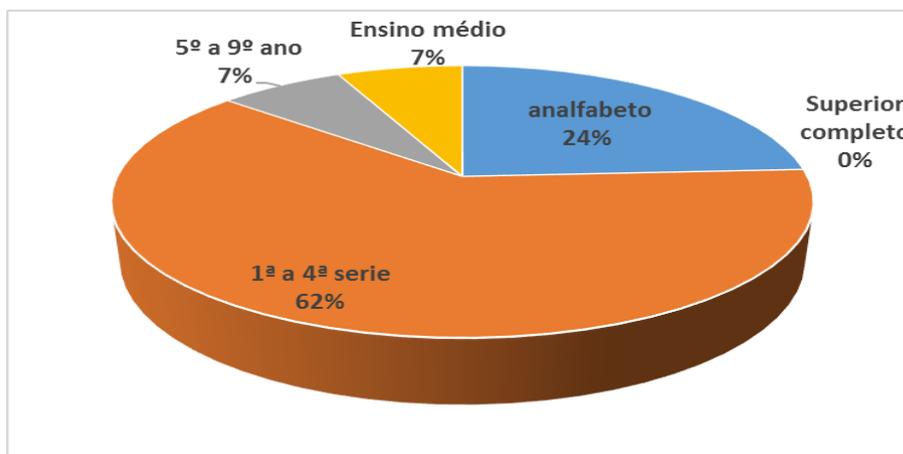


Gráfico 2 - Nível de escolaridade dos membros da Associação Constelação

Dos 85 entrevistados, a maioria dos membros das duas associações da Comunidade de Pouso Alegre reside há mais de 20 anos na mesma comunidade, conforme informações contidas nos Gráficos 3 e 4. Esse dado é importante para mostrar que os entrevistados tiveram tempo para construir relações interpessoais com a comunidade de Pouso Alegre, possuindo assim experiências e informações relevantes dos aspectos que dizem respeito às lutas, expectativas, ações e anseios dos membros das associações junto à comunidade.

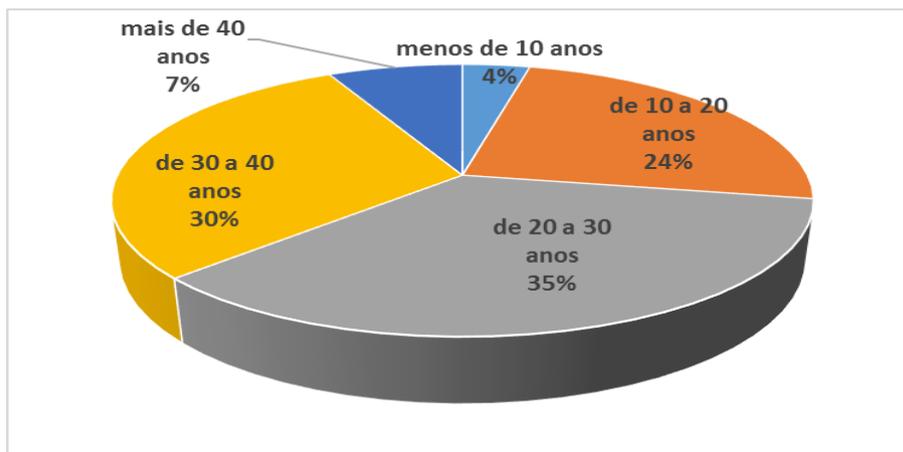


Gráfico 3 - Tempo em que os membros da Associação Pousos Alegres residem na comunidade

No Gráfico 3 é demonstrado que 59% dos membros da comunidade possuem entre 10 e 30 anos na comunidade e 37% tem mais de 30 anos de residência na comunidade e apenas 4% tem menos de 10 anos. Situação semelhante foi verificada nos dados (Gráfico 4) coletados da Associação Constelação onde 56% dos membros têm entre 10 e 30 anos morando na comunidade e 44% tem mais de 30 anos que residem na comunidade de Pousos Alegres.

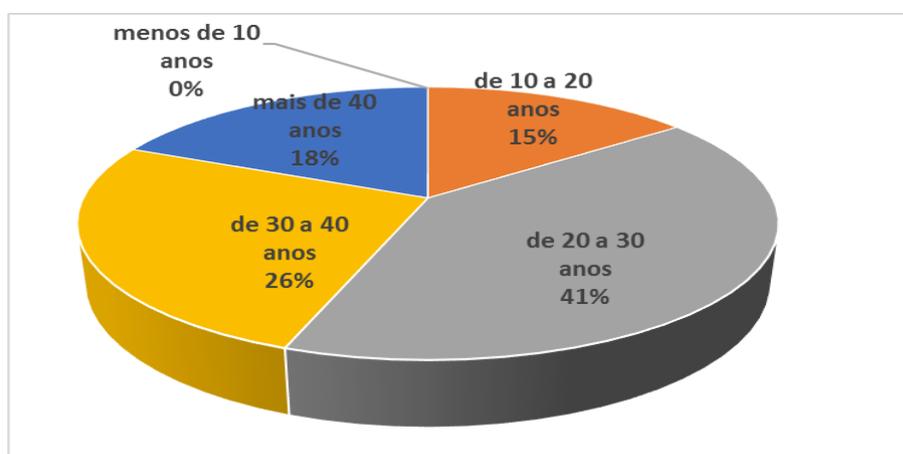


Gráfico 4 - Tempo de residência dos membros da Associação Constelação

Dos 85 membros entrevistados nas duas associações locais (Pousos Alegres e Constelação), pode-se verificar que a Associação Pousos Alegres possui 55 associados e a Associação Constelação 30 associados, com as seguintes distribuição de terras conforme tabela 12.

Tabela 12 - Tamanho das propriedades dos membros das Associações Pouso Alegre e Constelação

| Tamanho da área | Ass. Pouso Alegre | | Ass. Constelação | |
|-----------------|-------------------|------|-------------------|------|
| | Quant. Associados | % | Quant. Associados | % |
| 1 hectare | 18 | 33% | 9 | 30% |
| 1,5 hectares | 6 | 11% | 8 | 27% |
| 2,0 hectares | 22 | 40% | 13 | 43% |
| 2,5 hectares | 7 | 13% | | 0% |
| 3 hectares | 2 | 4% | | 0% |
| Sub total | 55 | 100% | 30 | 100% |
| Total | 85 | | | |

Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se que a maioria das propriedades doadas são de 2,0 hectares. As demais variações existem, pois conforme relatos durante as entrevistas com os membros das associações sobre as divisões das propriedades, se obteve a seguinte resposta:

No início o tamanho da área demarcada era apenas no olho, ficando assim alguns com propriedades maiores e outras menores (ENTREVISTA com os membros das Associações de Pouso Alegre e Constelação, 2014).

É importante destacar, que durante a pesquisa os membros da comunidade não demonstraram descontentamento quanto a forma da divisão da área ou quanto ao tamanho.

4.2 Ações Socioeconômicas das Associações

Quando questionados sobre os motivos pelos quais se tornaram membros das associações, constatou-se que 96% dos entrevistados relataram que a motivação para participar das associações foi a necessidade e a vontade de trabalhar, 2% apontaram o medo do desemprego e a preocupação com a qualidade de vida de seus familiares e outros 2% disseram que entraram pelo ganho da terra. Dados estes que vão de encontro com os resultados das tabelas 08 e 09 e que apontam os principais problemas da população de Alcobaça/BA., sendo que o desemprego aparece em 2.º lugar.

Ao serem questionados sobre a participação dentro da associação, pode-se comprovar que ambas possuem a seguinte estrutura organizacional: presidente, vice-presidente, secretário, 2 fiscais, suplente fiscal, conselheiro fiscal, tesoureiro, vice tesoureiro e os demais como sendo membros efetivos.

Outro fator analisado durante a pesquisa foi se os associados faziam parte do quadro de cooperados da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga (CAVI), empresa essa criada pela união das associações da microrregião, porém com sede na Comunidade de Pouso Alegre, 76% responderam que não faziam parte e os outros 24% responderam positivamente que faziam parte do quadro de cooperados e destacaram que junto a CAVI os mesmos adquirem a cada dia mais conhecimento com relação a gestão de empresas. Na entrevista com a presidente e associada da associação Constelação e também presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga, percebe-se, da mesma, a declaração emocionada do aprendizado que a associação e agora a cooperativa trazem para ela e para os demais membros:

Junto às associações e junto a cooperativa a cada dia a gente está aprendendo é um aprendizado constante (Entrevista com a Presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga e Presidente da Associação Constelação, 2014).

Outra variável da pesquisa diz respeito às ações que foram ou estão sendo implantadas junto às associações em benefícios dos produtores. Foi solicitado ainda que os mesmos destacassem as 05 principais ações desenvolvidas pelas associações.

Tabela 13 - As 5 principais ações das duas associações da comunidade

| Classificação | Principais Ações |
|----------------------|---|
| 1º | União dos associados |
| 2º | A conquista da terra |
| 3º | PDRT (Plano de Desenvolvimento Rural Territorial) |
| 4º | DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) |
| 5º | Trator |

Fonte: Elaborado pela autora

Como se pode observar através dos resultados (Tabela 13), a principal ação foi o reconhecimento obtido com a união dos associados (Tabela 15), sendo uma das dificuldades encontradas a divergência de opiniões entre os membros; esse ponto também pode ser observado na entrevista com o consultor financeiro que colaborou com as associações para implantação da Cooperativa de agricultores Vale do Itaitinga. Foi apontado ainda como principais ações em 2º lugar a conquista da terra, participação no Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), programa

este implantado na comunidade rural de Pouso Alegre pela empresa de celulose que cultiva o eucalipto na região, acesso ao DAP, documento que possibilita os pequenos produtores a terem acesso a crédito através do Pronaf, assim como a aquisição de um trator pelas associações de Pouso Alegre e Constelação para prestação de serviços aos associados.

Quando indagados se estar inserido nas associações proporcionava-lhes algumas facilidades em relação ao desenvolvimento de sua propriedade, houve um consenso por parte de todos os membros, que responderam de forma positiva, comentando que, sendo associado os mesmos ganham adubo, sementes, atendimento técnico, aprendizado na agricultura e aumento da renda familiar. Pode-se verificar, que por unanimidade os benefícios conquistados pelas associações são reconhecidos e valorizados pelos associados.

Ao serem questionados sobre as 5 principais dificuldades das associações, observou que as duas associações apesar de estarem na mesma comunidade rural, possuem alguns problemas diferentes (Tabelas 14 e 15). Na Associação Pouso Alegre os principais problemas levantados são:

Tabela 14 - As 5 principais dificuldades da Associação Pouso Alegre

| Classificação | Principais problemas |
|----------------------|-------------------------------|
| 1º | Falta de água |
| 2º | Falta de cerca na propriedade |
| 3º | Animais soltos |
| 4º | Falta da grade do arado |
| 5º | Deslocamento |

Fonte: Elaborado pela autora

Pode se constatar durante as entrevistas que as terras doadas para os membros da Associação Pouso Alegre localizam-se a 5 km da Comunidade de Pouso Alegre, além de ser local de difícil acesso algumas propriedades não tem água, falta cerca e os animais de outras propriedades invadem e destroem as plantações. As terras necessitam de preparo para plantio, com isso destaca-se também a dificuldade que é a falta de uma grade de arado para trator.

Já a Associação Constelação os problemas elencados são os apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 - As 5 principais dificuldades da Associação Constelação

| Classificação | Principais problemas |
|---------------|------------------------------------|
| 1º | Caramujo |
| 2º | Falta da grade do arado |
| 3º | Deslocamento |
| 4º | Trator |
| 5º | Divergência de opinião dos membros |

Fonte: Elaborado pela autora

Como se pode verificar na Tabela 15, o caramujo é o principal problema apresentado pelos membros da Associação Constelação, durante as entrevistas foi relatado que o Caramujo tem atacado todo tipo de plantação, como feijão, milho, café, etc., que as plantações são destruídas ainda enquanto estão como mudas, há relatos de alguns entrevistados que o caramujo tem começado a atacar até as plantações de mandioca. As terras doadas para os membros da Associação Constelação, conseguem água com mais facilidade, porém apresentaram os mesmos problemas que a Associação Pousos Alegres como: falta da grade do arado e deslocamento. Apresentaram ainda como dificuldade a divergência de opinião dos membros, o que pode ser comprovado durante entrevista com o Consultor que prestou serviços as associações para criação e implantação da CAVI.

Mesmo com as dificuldades apresentadas nas tabelas 14 e 15, pode-se constatar que 100% dos entrevistados das Associações Pousos Alegres e Constelação cultivam mandioca, sendo essa a principal atividade econômica encontrada nas terras dos associados.

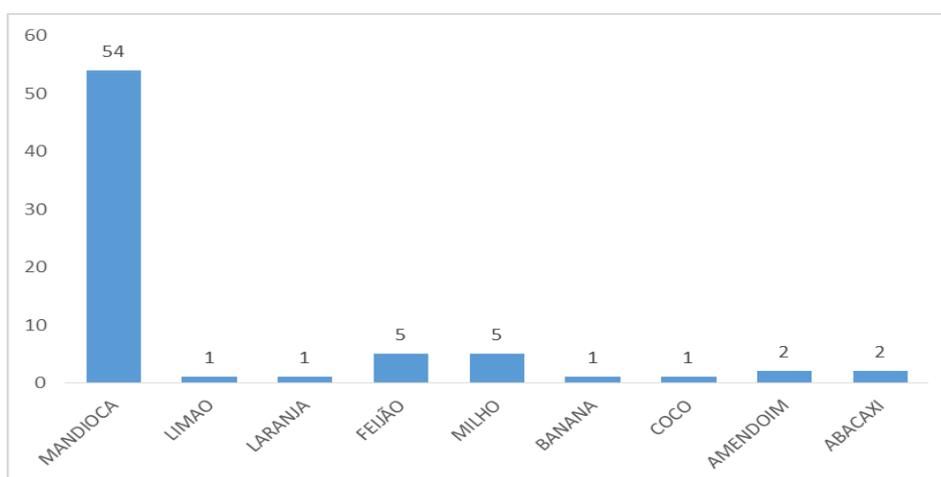


Gráfico 5 - Quais as principais atividades agrônomicas desenvolvidas em sua propriedade? Associação Pousos Alegres

É verificado, portanto, no gráfico 5 que dos 55 membros da associação Pousos Alegre, 54 cultivam mandioca e outras culturas, em menor intensidade como: feijão, milho, amendoim, abacaxi, limão, laranja, banana e coco, relatadas por um grupo menor de produtores.

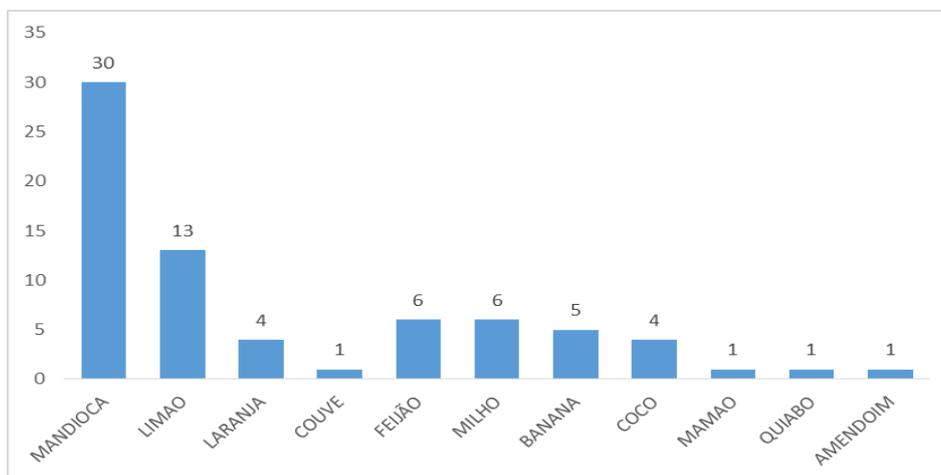


Gráfico 6 - Quais as principais atividades agrônômicas desenvolvidas em sua propriedade? Associação Constelação

O gráfico 6, mostra que todos os 30 membros da associação Constelação cultivam mandioca, outras importantes lavouras foram apresentadas. Tais como o limão cultivado por 13 membros em sequência feijão, milho, banana, laranja, coco, mamão, quiabo, amendoim e couve.

Todos os membros das duas associações afirmam que estão investindo no cultivo da mandioca porque além de ser simples, o produto, atualmente, tem apresentado um melhor preço no mercado. Vale lembrar (Tabela 4), que de 2001 a 2012 a lavoura de mandioca caiu 47,53% e atualmente com a farinha comunitária gerida pelos cooperados da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga volta ser aquecida na comunidade rural de Pousos Alegre.

Outro parâmetro avaliado foi o questionamento feito aos membros da associação Pousos Alegre: se não fizessem parte da associação, teriam conseguido a sua propriedade rural? Pode verificar (Gráfico 7) que 87% dos entrevistados responderam que não sendo membro de uma associação não teriam conseguido sua propriedade rural. Essa também é uma confirmação do reconhecimento da associação para seus membros e para comunidade, 9% relataram que talvez conseguissem sua propriedade rural sem fazer parte da associação, porém isso

seria com muita dificuldade, já 4% afirmam que conseguiriam sem fazer parte da associação.

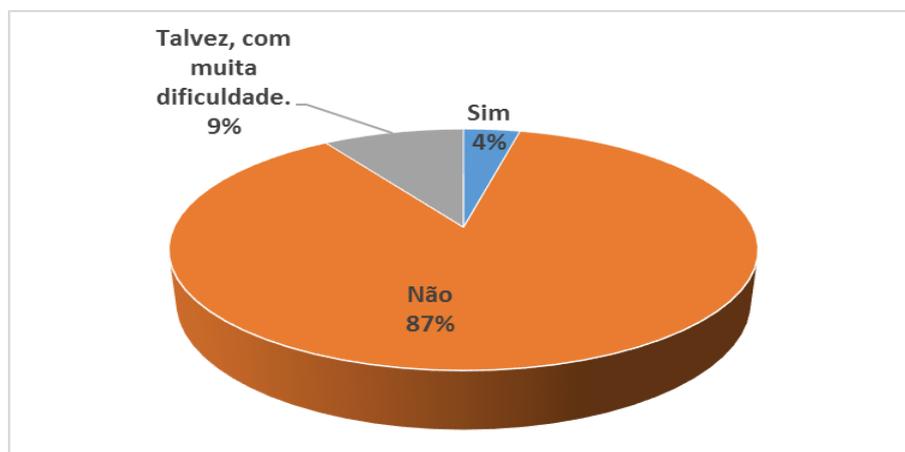


Gráfico 7 - Se você não fizesse parte de uma associação, teria conseguido a sua propriedade rural? Associação Pouso Alegre

Observa-se no Gráfico 8 que, junto aos membros da associação constelação, 83% dos entrevistados responderam que se não fossem membros de uma associação não teriam conseguido sua propriedade rural, 7% relataram que talvez conseguissem sua propriedade rural sem fazer parte da associação, porém isso seria com muita dificuldade, já 10% afirmam que conseguiriam sua propriedade rural sem fazer parte da associação. Os Gráficos 7 e 8 vão ao encontro das idéias de Ricciardi e Lemos (2000), ao declararem que o associativismo rural é compreendido como fruto de luta dos pequenos produtores para preservação da terra.

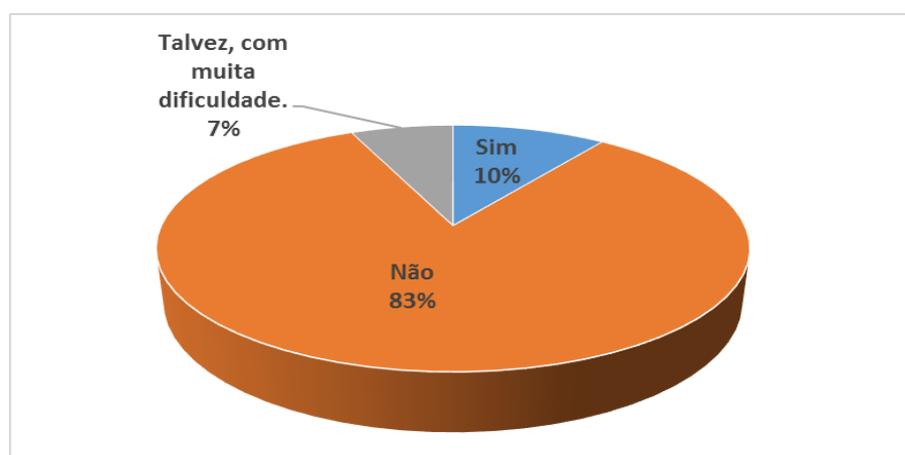


Gráfico 8 - Se você não fizesse parte de uma associação, teria conseguido a sua propriedade rural? – Associação Constelação

Ao serem questionados sobre a avaliação que fazem da Associação Pouso Alegre dentro da comunidade, 65% consideram boa, 15% classificam as ações como sendo ótima, 13% declaram ser excelentes as ações enquanto que apenas 7% acreditam que as ações são regulares (Gráfico 9).

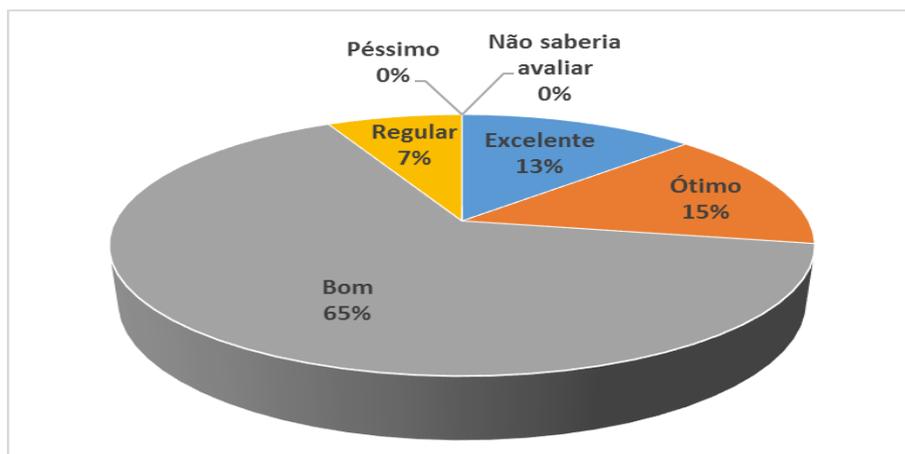


Gráfico 9 - Como você avalia as ações das associações dentro da Comunidade de Pouso Alegre? – Associação Pouso Alegre

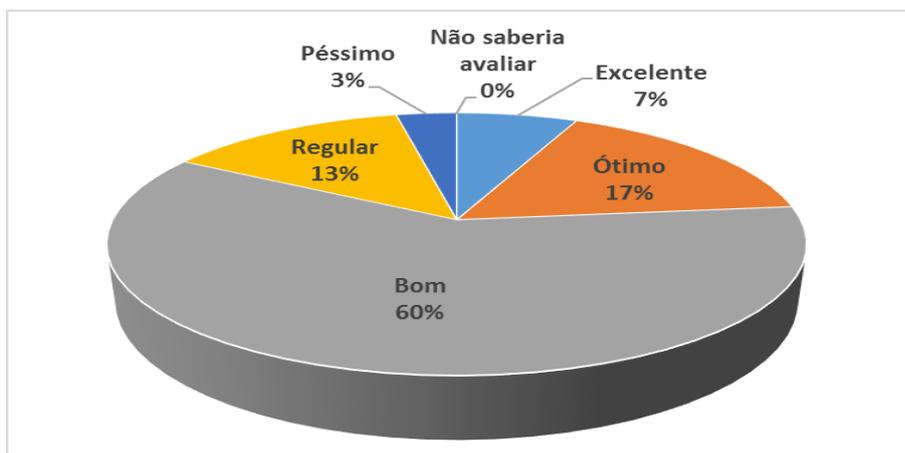


Gráfico 10 - Como você avalia as ações das associações dentro da Comunidade de Pouso Alegre? – Associação Constelação

O Gráfico 10 demonstra que os entrevistados ao serem questionados sobre sua avaliação das ações da associação Constelação dentro da comunidade 60% consideram boas, 17% classificam as ações como sendo ótimas, 7% declaram ser excelentes as ações, 13% acreditam que as ações são regulares e 3% julgam as ações como sendo péssimas. Pode se notar nos Gráficos 9 e 10 que a maioria dos

membros das duas associações reconhecem as ações desenvolvidas em benefício da Comunidade de Pouso Alegre.

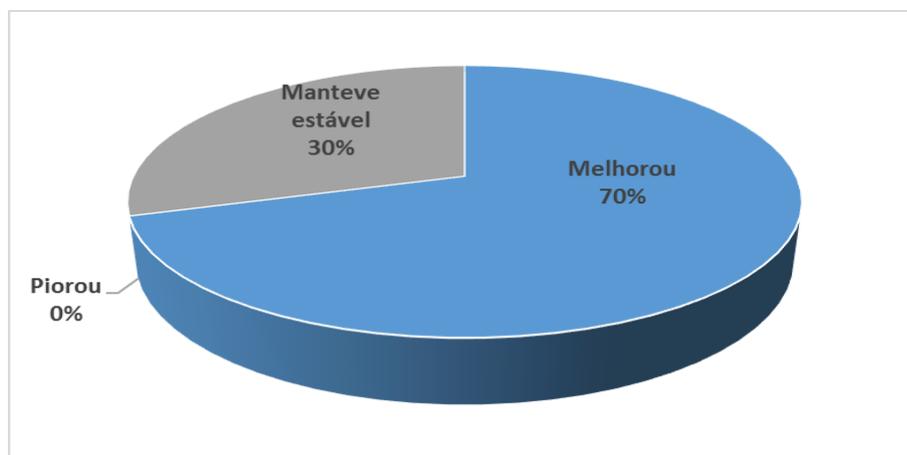


Gráfico 11 - Melhorar a qualidade de vida de sua família após a entrada na associação? - Associação Pouso Alegre

Observou-se, no Gráfico 11, o quanto os associados estão satisfeitos por fazerem parte de uma associação, pois quando interrogados se após entrarem na associação Pouso Alegre sua qualidade de vida melhorou, piorou ou manteve-se estável, 70% ou seja, mais da metade dos entrevistados disseram que sua qualidade de vida e de sua família melhorou e 30% afirmaram que sua qualidade de vida e de sua família manteve-se estável.

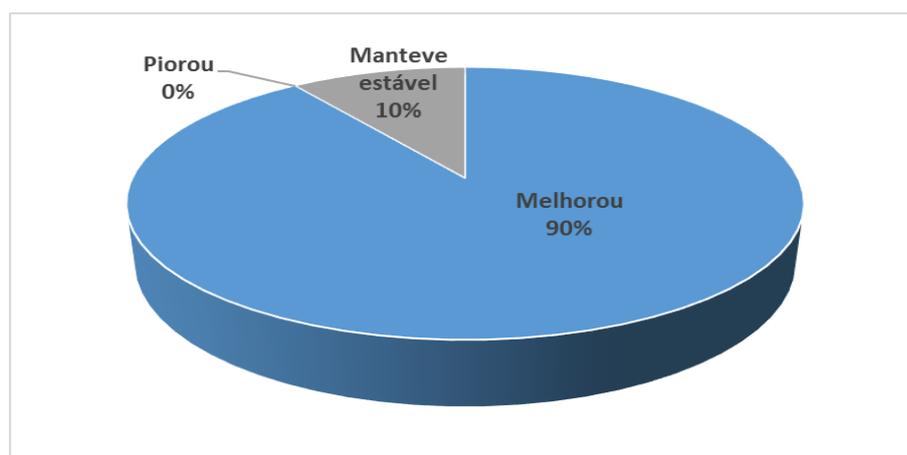


Gráfico 12 - Melhorar a qualidade de vida de sua família após a entrada na associação? Associação Constelação

Constata-se no Gráfico 12, o contentamento dos associados Constelação por fazerem parte da associação, pois quando interrogados se após entrarem na

associação Constelação sua qualidade vida melhorou, piorou ou manteve-se estável, 90% ou seja um índice próximo de satisfação plena dos entrevistados relataram que sua qualidade de vida e de sua família melhorou já 10% afirmaram que sua qualidade de vida e de sua família manteve-se estável. Dados que corroboram com a afirmação de (Frantz, 2012) de que o associativismo e a cooperação comportam o desenvolvimento local.

Os Gráficos 11 e 12 reforçam os dados apresentados nos Gráficos de 7 a 10, demonstrando mais uma vez o papel e a importância das associações para melhoria da qualidade de vida de seus membros das associações e automaticamente o desenvolvimento da comunidade de Pouso Alegre.

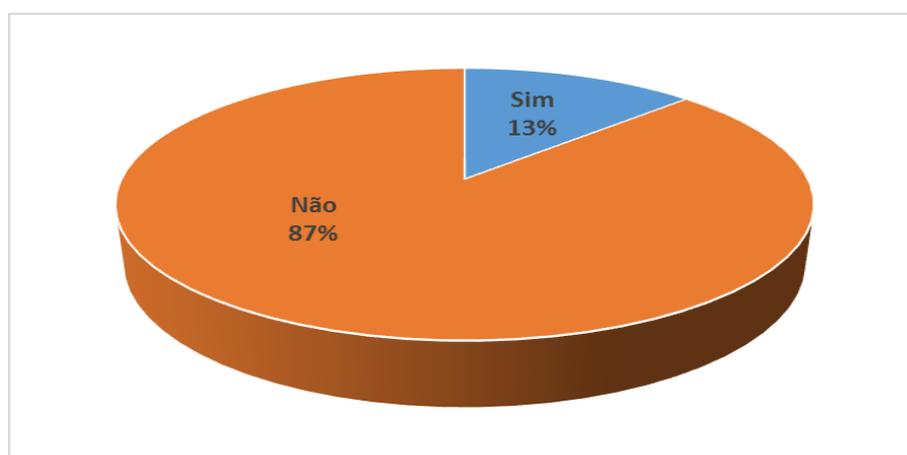


Gráfico 13 - Você trabalha na cooperativa (CAVI) ou tem membros da família que trabalham lá? – Associação Pouso Alegre

No Gráfico 13, pode-se observar que dos 55 membros da associação Pouso Alegre, 87% afirmam que não trabalham na Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga e nem possuem membros da família empregados na mesma. 13% confirmam trabalhar junto à cooperativa ou ter familiares empregados como mão de obra direta.

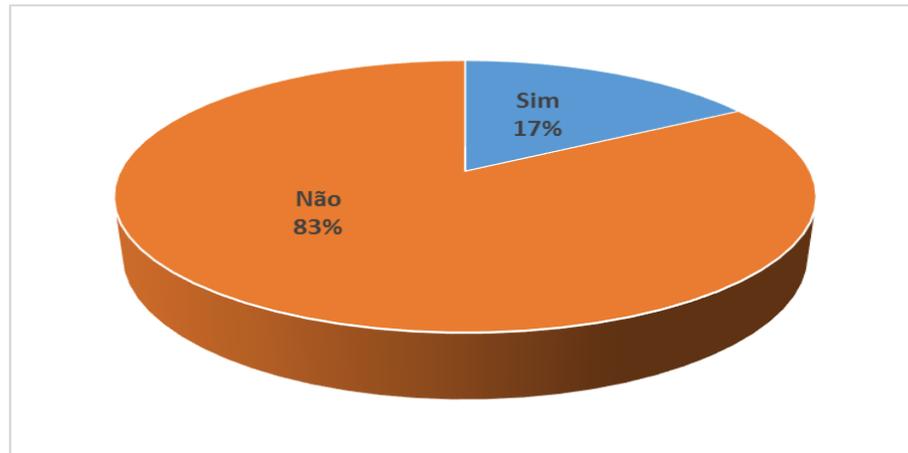


Gráfico 14 - Você trabalha na cooperativa (CAVI) ou tem membros da família que trabalham lá? – Associação Constelação

Dos 30 membros entrevistados junto à associação Constelação, 83% afirmam que não trabalham na Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga e nem possuem membros da família empregados na associação; já 17% confirmam trabalhar junto a cooperativa ou ter familiares empregados como mão de obra direta conforme mostra Gráfico 14.

Mesmo a Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga sendo uma empresa nova, tem gerado empregos diretos para comunidade, com percentuais pequenos. 13% e 17% são considerados pelos membros como bons, levando em consideração o tempo de criação da cooperativa que é menos de um ano.

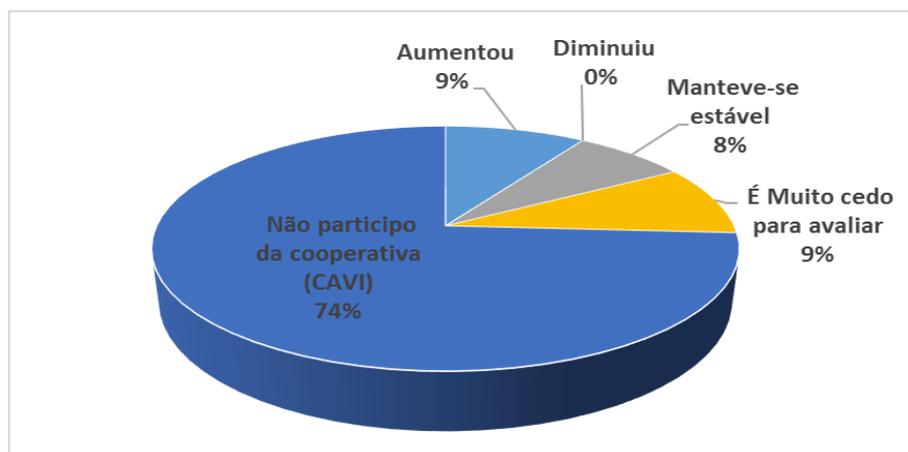


Gráfico 15 - Após a implantação da cooperativa (CAVI) sua renda familiar? – Associação Pouso Alegre

Sobre o aumento, diminuição ou estabilidade da renda ou se ainda não se pode avaliá-la, após a implantação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, a renda familiar dos associados da associação Pouso Alegre, 74% não são cooperados da cooperativa, portanto não podem avaliar; 9% acreditam que ainda é muito cedo para avaliar; 9% afirmam que a renda familiar aumentou após implantação da Cooperativa e 8% relatam que sua renda familiar manteve-se estável.

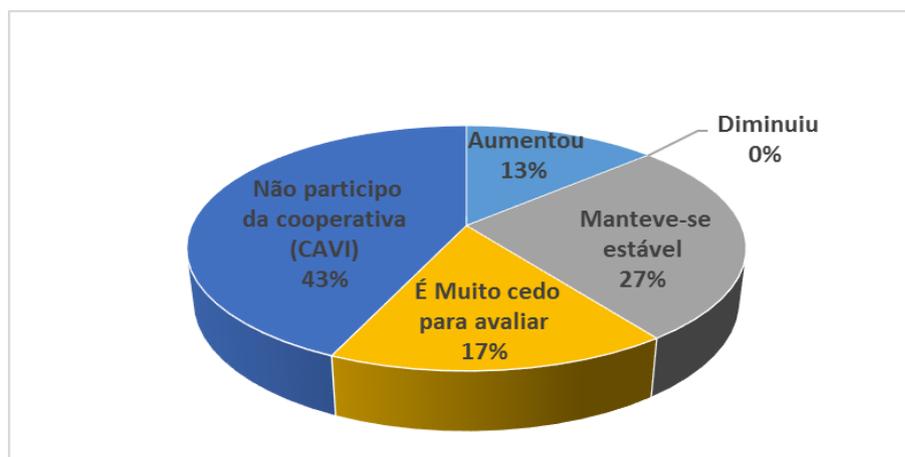


Gráfico 16 - Sobre renda familiar após a implantação da Cooperativa (CAVI) – Associação Constelação

Sobre a renda após a implantação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, os associados da Constelação, constatou-se que renda familiar dos associados aumentou, diminuiu, manteve-se estável, muito cedo para avaliar ou não podem avaliar uma vez que não participam da associação. E o resultado foi de acordo com Gráfico 16 em que 43% não são cooperados, portanto não podem avaliar; 17% acreditam que ainda é muito cedo para avaliar; 17% afirmam que a renda familiar manteve-se estável após implantação da Cooperativa e 13% relatam que sua renda familiar aumentou.

Os Gráficos 15 e 16, mostram que muitos dos membros das associações ainda não aderiram à cooperativa. Pode se verificar durante as entrevistas que muitos não participam por desconfiança, querem ver dar certo para depois entrarem, mas nenhum associado declarou que sua renda diminuiu. Nota se que a Associação

Constelação é mais presente na cooperativa, apresentando 40% entre os que aumentaram sua renda e os que a renda manteve-se estável.

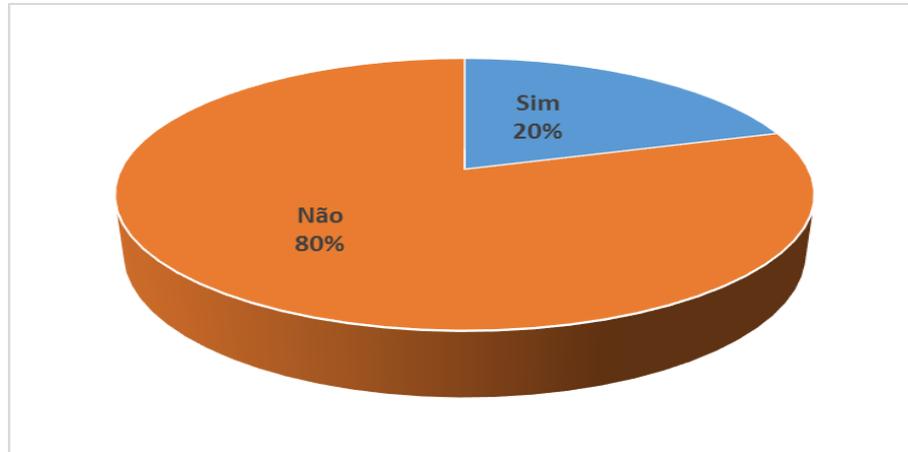


Gráfico 17 - Se não participa da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, pretende participar? – Associação Pouso Alegre

Quando os membros da associação Pouso Alegre foram questionados se não participam da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, pretendiam participar, os membros da associação Pouso Alegre, conforme podem ser analisado no gráfico 17, 80% alegam que não tem interesse de participar da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga e 20% responderam que sim tem o interesse de participar da Cooperativa.

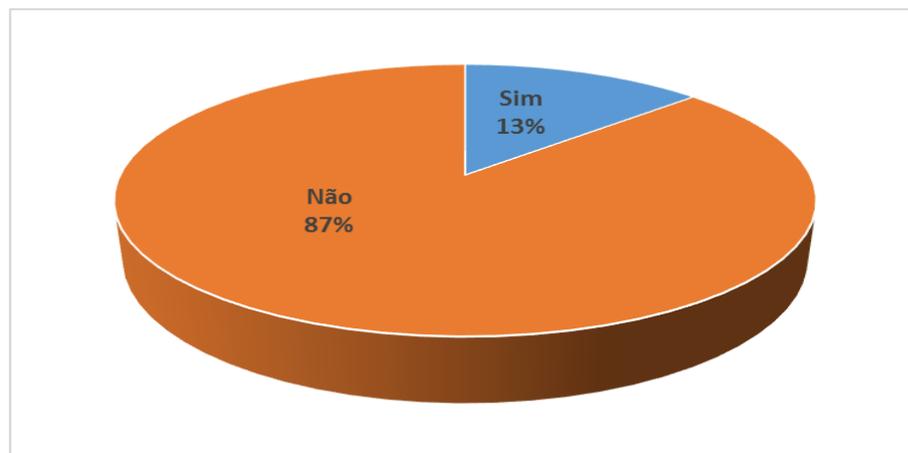


Gráfico 18 - Se não participa da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, pretende participar? - Associação Constelação

Já os membros da associação Constelação ao serem questionados se não participam da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, pretendiam participar, os membros de acordo com o gráfico 18, demonstram que 87% não tem interesse de participar da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga e 13% tem o interesse de participar da Cooperativa.

Sobre a participação na cooperativa, os gráficos 17 e 18 mostram que não participam por desconfiança, por achar que ainda é muito cedo para avaliar e entrar na cooperativa, pois alguns entrevistados têm medo da cooperativa “quebrar” e eles terem que pagar o prejuízo, outros porque preferem somente vender a mandioca para a cooperativa ou outros compradores. Segue relato dos entrevistados que não participam como cooperados da cooperativa:

Ai meu Deus, imagina se eu entro na cooperativa e a cooperativa não dá certo ai eu levo prejuízo (Entrevista com associados das Associações Pouso Alegre e Constelação, 2014).

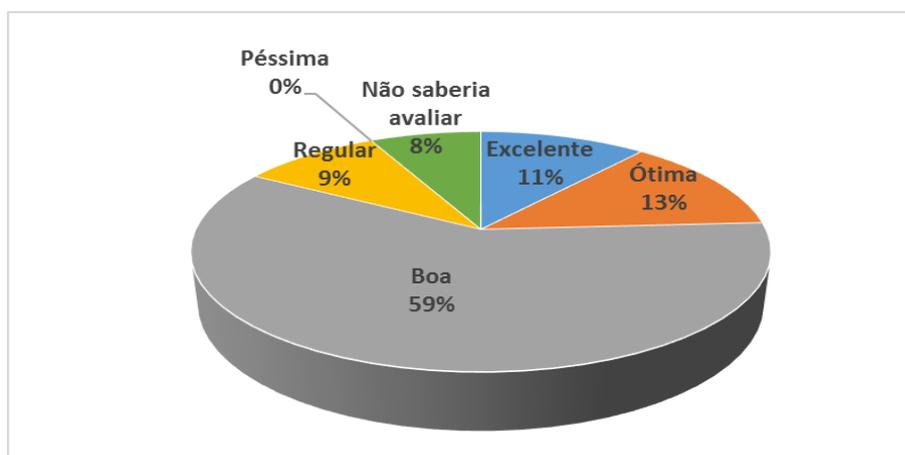


Gráfico 19 - Qual é a sua expectativa de melhoria da Comunidade com a participação das Associações? – Associação Pouso Alegre

Por outro lado, o Gráfico 19 mostra que, quando interrogados quanto as expectativas que os membros da associação Pouso Alegre têm com relação à melhoria da comunidade com a participação das associações: 59% disseram que as expectativas são boas, 13 % consideram ótimas, 11% indicam serem excelentes as expectativas, 9% relatam serem regular e 8% expressam que não saberiam avaliar.

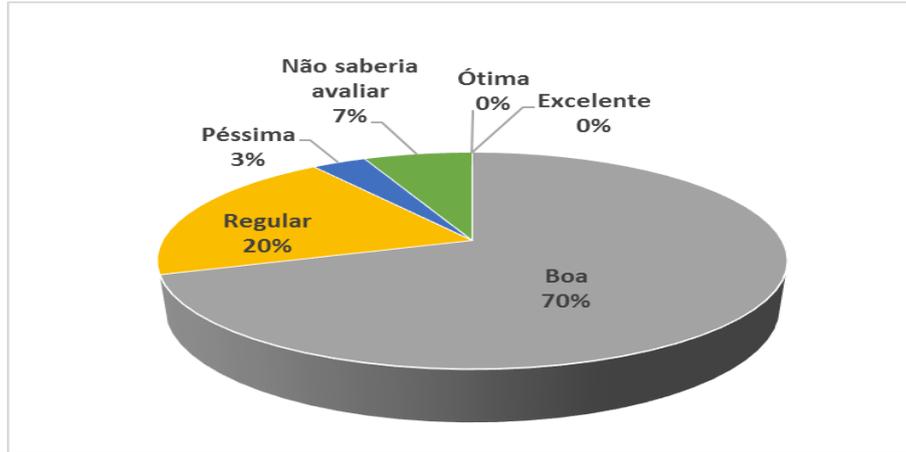


Gráfico 20 - Qual é a sua expectativa de melhoria da Comunidade com a participação das Associações? – Associação Constelação

Sobre a expectativa de melhoria da Comunidade com a participação das Associações, dos membros da associação Constelação, 70% disseram que as expectativas são boas; 20% consideram regulares; 7% não saberiam avaliar e 3% relatam que são péssimas as expectativas. Além do reconhecimento já apresentado nos gráficos de 7 a 12, pode-se comprovar que os membros das duas associações têm grandes expectativas de melhoria para comunidade de Pouso Alegre, através das ações das associações, conforme apresentado nos gráficos 19 e 20.

Estou aqui há 27 anos, luto pela minha comunidade. Queremos ver nossa comunidade melhorar e através das associações gerar emprego e renda para meu povo (Entrevista com a Presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga e Presidente da Associação Constelação, 2014).

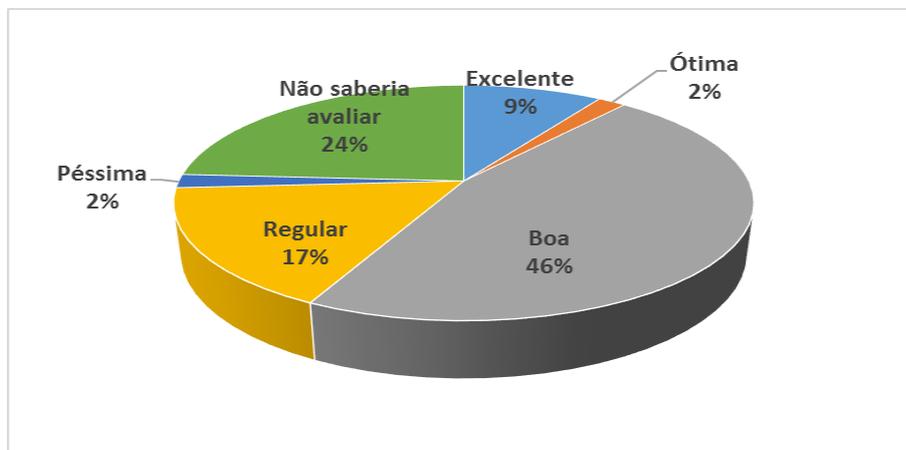


Gráfico 21 - Expectativa de melhoria da Comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga? Associação Pouso Alegre

Constata-se no Gráfico 21 que, 46% dos membros da associação Pouso Alegre quando interrogados sobre suas expectativas de melhoria da comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, 46% consideram que as expectativas são boas, 24% afirmam que não saberiam avaliar, 17% consideram as expectativas regulares, 9% apontam como excelente e 2% julgam as expectativas como péssimas, ou seja, a maioria tem o consenso que as expectativas são positivas.

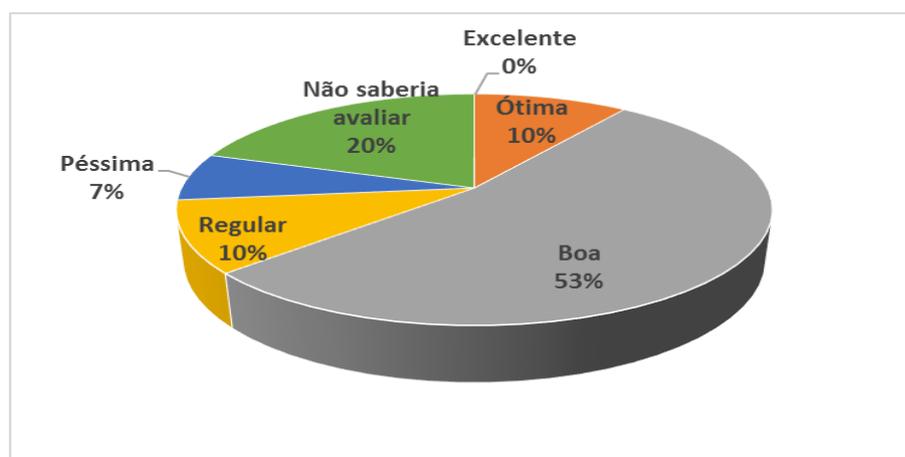


Gráfico 22 - Expectativa de melhoria da Comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga? – Associação Constelação

Nota-se no Gráfico 22 que 53% dos membros da associação Constelação quando questionados sobre suas expectativas de melhoria da comunidade com a participação da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, 53% julgam que as expectativas são boas; 20% afirmam que não saberiam avaliar; 10% classificam as expectativas como ótimas; 10% consideram as expectativas regulares e 7% apontam como péssimas. Mesmo os que não participam da CAVI ou acham que ainda é muito cedo para avaliar as contribuições da CAVI para comunidade, verifica-se através de dados da pesquisa que ambos os membros das duas associações acreditam na expectativa de melhoria da comunidade através da cooperativa (CAVI).

4.3 As associações na Visão: dos Comerciantes Locais, da Empresa de Consultoria e da Cooperativa

Após entrevista com os membros das associações Pouso Alegre e Constelação, foi feito uma entrevista com todos os Comerciantes da Comunidade, sendo os seguintes estabelecimentos comerciais presentes: 3 Açougues, 1 Borracharia e

Oficina mecânica, 1 Minimercado, 1 Lanchonete, 3 Bares e 3 Bar/Mercearia, totalizando 12 estabelecimentos comerciais.

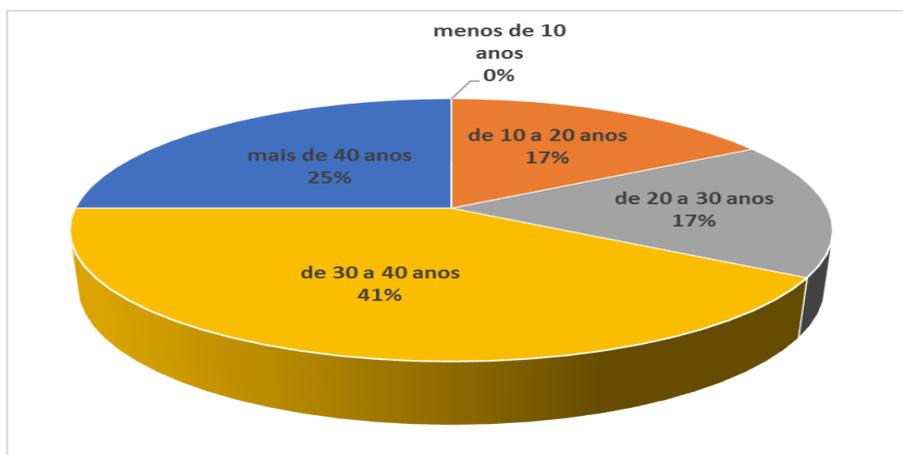


Gráfico 23 - Tempo em que os comerciantes residem na comunidade

Verifica-se no gráfico 23 que todos os comerciantes têm mais de 10 anos na comunidade, sendo que desses 66% têm mais de 30 anos que residem na comunidade de Pouso Alegre, demonstrando que conhecem de perto os membros das associações e suas lutas.

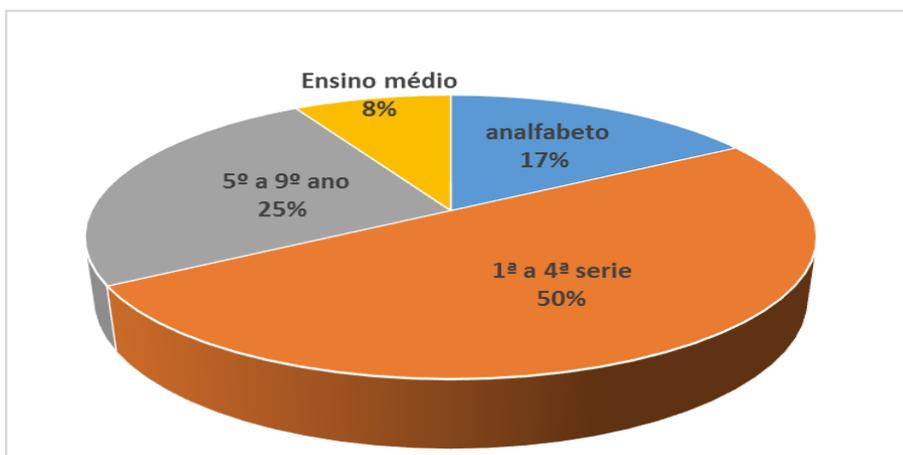


Gráfico 24 - Nível de escolaridade dos comerciantes da Comunidade de Pouso Alegre

O gráfico 24 mostra que 50% possuem o nível de escolaridade até a 4ª série da educação básica, 25% possuem do 5º ao 9º ano, 17% são analfabetos e 8% concluíram o ensino médio.

Questionou-se aos comerciantes, quais são as principais contribuições que as associações Constelação e Pouso Alegre trouxeram para a Comunidade de Pouso Alegre (Pixixica)? Mais de 83% concordaram que a comunidade melhorou muito nos últimos anos, após criação das duas associações dentro da comunidade, tendo como principais contribuições, aumento na circulação de dinheiro dentro da comunidade, geração de emprego, mais gente trabalhando, doação de terras, doação de sementes e adubos, aumento do poder aquisitivo das pessoas.

Segue abaixo alguns relatos importantes dos comerciantes, onde um deles comentou:

Foram as associações que levantaram a comunidade de Pouso Alegre, se não fosse elas a comunidade existiria só com os aposentados (ENTREVISTA com comerciantes da comunidade de Pouso Alegre, 2014).

Este relato foi reforçado com o depoimento de outro comerciante:

A doação de terras ajudou muito, hoje com a renda das roças, as pessoas podem comprar suas casas, reformar, comprar moveis, comprar carro, moto e fazer empréstimo junto ao Pronaf (ENTREVISTA com comerciantes da comunidade de Pouso Alegre, 2014).

Este relato mostra que as ações desenvolvidas pelas duas associações tem aumentado os postos de trabalho na comunidade, melhorando assim o poder aquisitivo das pessoas e automaticamente fazendo com que o dinheiro circule dentro da própria comunidade rural. 17% dos entrevistados disseram que ainda não viram melhoria na comunidade, pode-se confirmar que esses são donos de pequenos estabelecimentos comerciais e reclamaram que devido à proximidade com Teixeira de Freitas, as pessoas ao receberem seus salários ou a renda com a venda de seus produtos, esses vão direto para cidade de Teixeira de Freitas fazer compra, pois muitos já possuem algum veículo ou facilidade para deslocamento até a cidade vizinha. Com isso tem deixando de comprar no comercio local.

Ao serem questionados de como seria a comunidade hoje sem as associações Constelação e Pouso Alegre? Todos foram unanimes em reconhecer mais uma vez a importância das associações, podendo destacar três depoimentos importantes dos comerciantes, que se repetiram durante todas as entrevistas, como:

Se não fosse as associações a comunidade de Pouso Alegre teria poucos moradores, pois a maioria teria mudado para procurar emprego (ENTREVISTA com comerciantes da comunidade de Pouso Alegre, 2014).

Sem as associações a comunidade estaria de forma precária (ENTREVISTA com comerciantes da comunidade de Pouso Alegre, 2014).

Se não fosse as associações a Comunidade teria hoje apenas aposentados (ENTREVISTA com comerciantes da comunidade de Pouso Alegre, 2014).

Ao verificar a opinião dos comerciantes, se as Associações Constelação, Pouso Alegre e a Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga tem contribuído para desenvolvimento da comunidade de Pouso Alegre? A maioria, 83%, afirmaram que sim, que ambas têm contribuído para desenvolvimento da comunidade de Pouso Alegre, através da geração de emprego, produção de renda para comunidade, criado condições de trabalho, pode se destacar a fala de um comerciante que disse:

Tem dado mais condições de trabalho para o povo, na época das fazendas não tinha oportunidade de cada um ter sua roça e ter a sua própria renda (ENTREVISTA com comerciantes da comunidade de Pouso Alegre, 2014).

Informação esta que foi reforçada com o depoimento de outro comerciante:

Entra mais dinheiro na comunidade, tinha gente que não tinha nada antes das associações e hoje tem casa, moto e até carro (ENTREVISTA com comerciantes da comunidade de Pouso Alegre, 2014).

Isso demonstra que a comunidade vem se desenvolvendo com as ações feitas pelas associações de Pouso Alegre e Constelação. 17% disseram que não saberia dizer, sendo esses os mesmos que reclamaram que a população tem gastado o dinheiro na cidade de Teixeira de Freitas e não na comunidade rural de Pouso de Alegre.

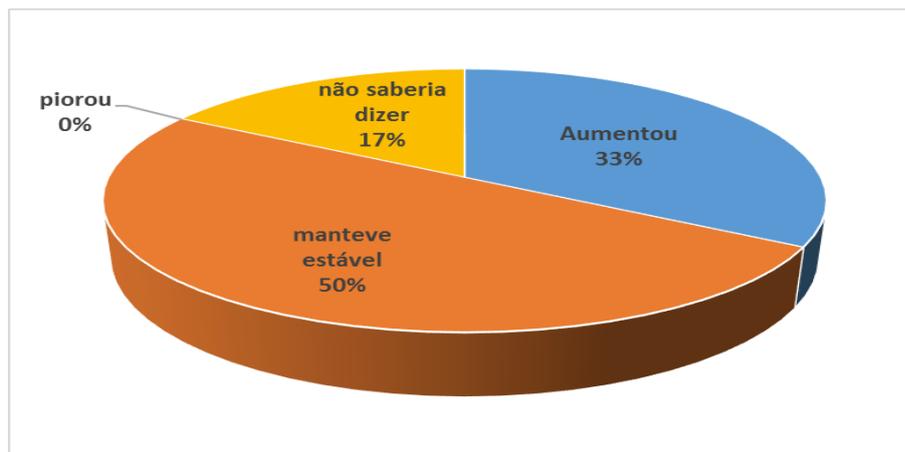


Gráfico 25 - Como você avalia as vendas do seu estabelecimento comercial, após criação das Associações Constelação e Pouso Alegre?

O Gráfico 25 mostra que 50% dos comerciantes disseram que suas vendas mantiveram-se estáveis após a criação das duas associações, 33% disseram que aumentou; 17% não saberia dizer e vale destacar que nenhum dos comerciantes entrevistados disseram que piorou. Como justificativa os que mencionaram que manteve-se estável comentaram mais uma vez que o maior problema é que quando as pessoas recebem o dinheiro dos salários ou da venda de suas roças, eles vão direto para a cidade de Teixeira de Freitas para fazer compra, 33% relataram que aumentaram suas vendas e que pretendem ampliar o seu negócio. Outros 17% elencaram que não saberiam dizer, são proprietários de bar e disseram que não viram nenhuma melhoria na comunidade com as ações das associações e que está do mesmo jeito. Esses por sua vez são os mesmos apresentados no gráfico 24 que não possuem nenhum nível de escolaridade.

No intuito de reforçar as contribuições do associativismo para comunidade rural de Pouso Alegre, foi realizada uma entrevista com o gestor da empresa Controller – Consultoria em Gestão Empresarial e Empreendimentos Solidários. De acordo com o gestor da empresa, a Controller foi contratada em abril/2010 – para elaboração do projeto de viabilidade econômica e financeiro assim como para a Constituição da cooperativa e apoio à gestão administrativa e financeira da cooperativa.

Foi questionado ao gestor da Controller, sua opinião em relação a importância das associações para a comunidade de Pouso Alegre, e o mesmo relatou que as associações possuem um papel importante na representação dos pequenos

produtores rurais, pois apoiam a produção e geração de renda na comunidade e em conjunto com as associações constituíram a cooperativa que hoje compra a mandioca plantada pelos membros das associações.

Sobre a relação entre Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) e Responsabilidade Social, o gestor da Controller respondeu de maneira sucinta que a empresa de papel e celulose investe no PDRT como forma de apoio estruturante às comunidades nas quais ela está inserida, apoiando projetos que venham ao encontro das atividades tradicionais desta comunidade. O PDRT é fruto da responsabilidade social desta grande empresa alinhada à economia solidária das associações, ambas atuando juntas resgatando cidadania e mantendo o homem no seu local de origem com acesso à trabalho e renda. Para finalizar, o gestor da empresa Controller elencou as dificuldades encontradas na comunidade de Pouso Alegre, tanto para implantação como para gestão da CAVI. E as dificuldades seguem na Tabela abaixo:

Tabela 16 - Principais dificuldades encontradas pela Controller para implantação e gestão da CAVI

| Classificação | Principais problemas |
|---------------|--|
| 1º | Dificuldade de mobilização local e fazer com que o grupo pensasse de forma cooperada |
| 2º | Não aceitação do grupo em trabalhar como cooperado e sim buscando trabalhar como celetista (carteira assinada) |
| 3º | Dificuldade no cumprimento de normas sanitárias |
| 4º | Não aceitação do ritmo empresarial, já que têm origem em atividade agrícola |
| 5º | Falta de conhecimento em processos mínimos de gestão |

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme Tabela 16, nota-se que a primeira dificuldade é a de mobilização local e fazer com que o grupo pensasse de forma cooperada, esta dificuldade vem ao encontro dos dados dos Gráficos 15 e 16, em que os associados não têm o desejo de se tornarem cooperados, mesmo sabendo que a cooperativa é uma contribuição das associações para a comunidade. O receio deles é que a cooperativa não dê certo e possam acumular prejuízos.

A segunda dificuldade do grupo não trabalhar como cooperado e sim buscando trabalhar como celetista (carteira assinada) é que a comunidade rural de Pouso Alegre assim como a população do município de Alcobaça/BA, sofre com a falta de emprego no município, o que pode ser constatado nas Tabelas 8 e 9. Portanto, é aceitável este posicionamento dos associados, uma vez que na comunidade não

existia empresa onde empregasse vários colaboradores com carteira assinada e ao surgir a cooperativa a comunidade pode criar a expectativa de conseguir na própria comunidade trabalho com carteira assinada.

A terceira dificuldade refere-se ao cumprimento de normas sanitárias, uma vez que estes pequenos agricultores até então apenas plantavam, colhiam e vendiam. Não existia um processo produtivo industrializado de alimento e, com a implantação da farinha comunitária, surgem algumas normas, como por exemplo as normas sanitárias, que eles desconhecem. É uma etapa de conscientização e de controle deles sobre a qualidade dos alimentos. Sabemos que qualidade é pré-requisito de qualquer organização para se manter competitiva no mercado.

A quarta dificuldade refere-se à não aceitação do ritmo empresarial, já que esta tem origem em atividade agrícola. Antes da cooperativa, as pessoas faziam seu trabalho no meio rural, criavam elas próprias seus horários e ritmos de trabalho. Com a cooperativa, os trabalhadores, que possuem emprego direto nela, passam a cumprir jornada de trabalho com intervalos fixos para alimentação, conforme normas para qualquer outro empregado celetista no Brasil.

A quinta dificuldade diz respeito à falta de conhecimento em processos mínimos de gestão. Nesse sentido, será necessária a implementação de cursos de capacitação em gestão empresarial para esses cooperados, com o intuito de que eles criem habilidades e competências mínimas em gestão empresarial, visto que antes eram apenas membros de associações e as mesmas não visam aos lucros. Como hoje a cooperativa visa lucros, torna-se imprescindível que eles tenham conhecimento sobre gestão para o sucesso do empreendimento.

Segundo a Presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga, a cooperativa foi constituída em 13/05/2013 e inaugurada em 28/05/2013 e situa-se na Fazenda Cana Brava, s/nº, distrito de Pouso Alegre no Município de Alcobaça, BA, e possui como atividade principal a fabricação de farinha de mandioca e seus derivados.

Questionada sobre a constituição da cooperativa, a presidente declarou que a cooperativa foi constituída pelas associações denominadas: Constelação, Pouso Alegre, Itaitinga e Novo Destino. No início, apenas 22 associados das 4 (quatro)

associações se tornaram cooperados e atualmente este número aumentou para 33 associados, que se tornaram cooperados.

A presidente acredita que hoje poucos membros das associações se interessam em se tornarem cooperados, alegando que querem esperar mais um tempo para ver se a cooperativa se consolida. Mesmo com o crescimento de 11 novos cooperados, percebe-se que, aos poucos, os membros das associações começam a acreditar no sucesso da cooperativa.

Ao ser interrogada se as associações locais têm apoiado a Cooperativa na produção e na comercialização de seus produtos, a presidente respondeu de imediato que sempre.

Sobre o apoio de órgãos públicos, ela relatou que:

O poder público esteve aqui na inauguração da farinha comunitária. (ENTREVISTA com a Presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga e Presidente da Associação Constelação, 2014).

A presidente informou que a cooperativa recebe apoio de empresas privadas. Afirmou ainda que a grande empresa de papel de celulose também apoia a cooperativa através do Plano de desenvolvimento rural territorial (PDRT). A presidente conclui a entrevista informando que:

Tenho como sonho ver minha comunidade melhorar através das associações, gerando emprego e renda para meu povo (ENTREVISTA com a Presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga e Presidente da Associação Constelação, 2014).

Diante dos relatos acima, da análise e interpretação feitas e por meio da observação da pesquisadora, pode-se inferir que a comunidade acredita que houve desenvolvimento na comunidade e que ainda pode se desenvolver muito mais com o auxílio das associações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O associativismo aqui analisado apresenta-se aos trabalhadores e pequenos proprietários de terra como sendo um caminho para a execução de suas atividades econômicas, possibilitando ainda que os mesmos sejam competitivos no mercado. No associativismo destaca-se a cooperação entre seus membros, esta cooperação facilita tanto a produção quanto a comercialização de seus bens e forma uma estrutura coletiva que beneficia a todos os associados.

Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária mostra-se como uma alavanca, uma forma de agregar capacidade produtiva e comercial a todos os associados. Ao mesmo tempo estes pequenos agricultores se fortalecem através da união, vale destacar que os mesmos estão em constante troca de experiências.

A união dos pequenos produtores em forma de associações torna realidade a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos para quitação, como também o uso coletivo de bens.

Neste trabalho, pode-se verificar no capítulo III que de 2002 a 2012 o município de Alcobaça sofreu com uma redução ou desaparecimento de várias lavouras, assim como da própria pecuária. Em contrapartida verificou-se que houve um grande avanço na monocultura do eucalipto, aumentando a produção da silvicultura para carvão e para produção de celulose, provocando uma migração da zona rural para urbana.

Este avanço da monocultura chegou à comunidade rural de Pouso Alegre. Nesse distrito, os trabalhadores rurais eram empregados em duas grandes fazendas, que foram vendidas para uma grande empresa de papel e celulose. Após a concretização da venda dessas duas fazendas, os trabalhadores se uniram em forma de associação e se apoiaram no artigo 151 da Lei orgânica do município e constituíram as primeiras associações denominadas Pouso Alegre e Constelação amparados a uma política pública, eles conquistaram suas terras, criando assim condições para o fortalecimento da agricultura familiar e a fixação do homem no campo. Alterando positivamente a situação da comunidade rural e seus membros.

A pesquisa de campo evidenciou que o principal motivo que leva o produtor rural a entrar e se manter como associado nas associações é o aspecto econômico e comercial. Enquanto lhe for conveniente no aspecto econômico e a associação defender os interesses do seu grupo de associado, existirá o interesse individual, o qual proporcionará o ganho coletivo.

As associações Pouso Alegre e Constelação, após conquistarem suas terras para plantio, cultivo e venda de seus produtos, fizeram uma parceria com esta grande empresa de papel e celulose. Esta empresa implantou na comunidade o Plano Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), cuja parceria trouxe mais benefícios para os associados que agora tem acompanhamento especializado com relação ao cultivo, ganham sementes, mudas e adubos. Possibilitando assim a execução de suas atividades cotidianas no campo.

Por executarem suas atividades e terem com ela uma renda, os mesmos conseguem empréstimo rural junto ao Pronaf através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Outra grande conquista desses pequenos agricultores foi a compra de um trator para preparo da terra. Apesar de ser um trator para 85 associados já é considerada por todos os membros como sendo uma contribuição relevante.

A cooperativa, fruto também das contribuições do associativismo na comunidade, foi inaugurada em 28/05/2013. Apesar de ser formada recentemente, a cooperativa é reconhecida como uma conquista das associações locais e como uma entidade de grande importância, sendo relevante na questão econômica, pois promove a organização econômica dos produtores rurais da região e gera emprego e renda direta e indiretamente.

Com relação às dimensões do desenvolvimento local, ficou evidente que as associações são percebidas, pelo seu grupo de associados, pelos seus presidentes, presidente da cooperativa e pelos comerciantes locais como uma entidade que promove o desenvolvimento local.

De acordo com relatos, nota-se que, depois das associações, o povo tem mais oportunidade de trabalho na comunidade; existe mais fluxo de dinheiro na

comunidade e quem não tinha nada antes agora tem terra para trabalhar, casa, moto, até carro. A comunidade percebe ainda o aumento na circulação de dinheiro no comércio local e aumento do poder aquisitivo de seus membros,

As ações dessas duas associações na comunidade de Pouso Alegre parecem ser locais, mas apresentam resultados em nível regional, estadual e até nacional mantendo o homem no seu local de origem, fornecendo acesso ao trabalho, renda e melhorando a qualidade de vida. Além disso as ações das associações e da cooperativa também apresentam claramente o seu papel social e solidário intervindo sempre em benefício da Comunidade de Pouso Alegre.

Esta pesquisa desperta uma expectativa para futuros trabalhos que possam analisar e comparar os ganhos e as perdas da comunidade de Pouso Alegre com a utilização das terras para lavoura, pecuária e silvicultura. Bem como avaliar se há ganhos econômicos na comunidade com as atividades da Cooperativa de Agricultores do Vale do Itaitinga, podendo ainda comparar a geração de renda entre o cultivo da mandioca e outras lavouras encontrados na comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- ALCOBAÇA (Cidade). **Lei Orgânica de 3 de abril de 1990**. Dispõe sobre a lei orgânica do município de Alcobaça. Alcobaça, BA, 3 abr. 1990. Disponível em <<http://pmalcobaca.ba.gov.br/outros/arquivos/lei-organica-antiga.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2013.
- ALMEIDA, M. I. R. de. **Manual de planejamento estratégico**. São Paulo: Atlas, 2003, 156 p.
- ALMEIDA, F. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 105-125, 2007.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, M. A.; YURJEVIC, A. Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável na América Latina. **Agroecologia e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 21-35, ago. 1993.
- ASHLEY, P. **Responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BAHIA (Estado). **Decreto 14.530 de 5 de junho de 2013**. Altera o Decreto nº. 14.024, de 6 de junho de 2011, e o Decreto nº 9.091, de 4 de maio de 2004, para regulamentar a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia - ZEE/BA e dá outras providências. Disponível em: <www.legisweb.com.br/legislação/?id=255024>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- BARROS, R. P. M.; TENÓRIO, F. G. Responsabilidade social: valor corporativo ou individual? O caso do consórcio de alumínio do Maranhão. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 46-65, jan./abr. 2007.

BATISTA, W. F. G. **A responsabilidade social empresarial e seus limites**: o programa de agricultura familiar implementado pela empresa Agropalma no estado do Pará. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração, Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

BELLEN, H. M. V. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 1-16, jan./jun. 2004.

BEZERRA, L. M. C. **Agricultura familiar em Orizona (GO)**: a Associação dos Pequenos Agricultores da Marta Velha, Água Grande e Coqueiro – APAMAC. 2003. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. 1997. 257 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, ESALQ/Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 14 nov. 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 23. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 2002.

CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão-PR: Unioeste, 2004. Disponível em: <www.unioeste.br>. Acesso em: 14 mar. 2014.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). **Política de desenvolvimento para Extremo Sul da Bahia**. Salvador: CAR, 1994.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility. **Business and Society**, v. 8, n. 3, p. 268-295, sep, 1999.

CAVALCANTE, C. M. **Análise metodológica da economia institucional**. 2007.103f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <www.uff.br/cpgeconomia//novosite/arquivos/tese/2007-carolina_cavalcante.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2014

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento sustentável costa das baleias: caderno dos municípios**. Salvador. CODES, 2012.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (Org.). **O turismo de inclusão e desenvolvimento local**. Fortaleza: Premium, 2003.

COUTINHO, R. B. G.; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. **A gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil**. **RAC**, v. 6, n. 3, set./dez, 2002.

D'AVENI, Richard. Estratégias contra-revolucionárias para líderes de mercado. **Harvard Business Review**, p. 47-54, nov. 2002.

DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: USP/NUP-AUB. 2003. Disponível em: <www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf> Acesso em: 10 out. 2013.

FERRAZ, O. G. et al. **Microcrédito rural: análise sobre a modalidade do Pronaf**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/9/725.pdf>. Acesso em: 1 out. 2013.

FERREIRA, A. A. et al. **Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira, 1997.

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade 2011**. Disponível em: <www.fibria.com.br/rs2011/pt/>. Acesso em: 14 abr. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **ONU pede políticas a favor da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/215800/icode/>> Acesso em: 26 mar. 2014.

FRANCO, A. de. Porque precisamos de desenvolvimento local, integrado e sustentável. **Revista Século XXI**, Brasília: Instituto de Política, n. 3, 2000.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijui, 2012. (Coleção educação a distância. Serie livro texto)

FREIRE, R.; SANTOS, S.; SOUZA, M.; ROSSETTO, C. Responsabilidade social corporativa: evolução da produção científica. In. CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS, 4, 2008. Niterói. **Anais...** Rio de Janeiro: CNEG, 2008

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S/A, 1961.

.FUNARO, V. M. B. de O. et al. **Diretrizes para apresentação de dissertação e teses da USP**: documento eletrônico e impresso, Parte I (ABNT). 2. ed. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLIESSAMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentáveis. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GOOGLE MAPS. **Localização de Alcobaça**, Bahia. Disponível em: <www.google.com.br/maps/place/Alcoba%C3%A7a,+BA/@-17.4758588,-39.3855752,9z/data=!4m2!3m1!1s0x7351ebe5a0cc009:0x413a81ea93753e55> Acesso em: 16 abr. 2014.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologia qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAMEL, G.; PRAHALAD, C. K. **Competindo pelo futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. (Ed.) **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-51.

HECKERT, S. M.R. Relação universidade e trabalhadores: as ITCP's universitárias. In: MELLO, S. L. **Economia solidaria e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP/ITCP-USP, PN, 2005. p.126-128.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1. 2005.

INSTITUTO ETHOS. **O que é responsabilidade social corporativa**. Disponível em: <www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx> Acesso em: 5 mar. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Novo retrato da agricultura familiar: Brasil redescoberto - Projeto de cooperação técnica**. Brasília: INCRA, mar. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. 2010. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&co_dmun=290080&idtema=97&search=bahia|alcobaca|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra>. Acesso em: 26 fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuario**. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implantação e Controle**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedades: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. ENANPAD, 28. In: ENANPAD. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: Unisinos, 1993.

LEANDRO, A. REBELO, T. A responsabilidade social das empresas: incursão ao conceito e suas relações com a cultura organizacional - comunicação nas organizações. **Exedra**, n. especial, 2011. Disponível em: <www.exedrajournal.com/docs/s-CO/01-11-40.pdf>, Acesso em: 20 dez. 2013.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MACHADO FILHO, C. A. P. et.al. Gestão estratégica em cooperativas agroindustriais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE REDES AGROALIMENTARES, 4. **Anais...** São Paulo: Universidade São Paulo, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEADOWS, D. et al. **The limits to growth: a report for the club of rome's project on predicament of mankind**. Londres: Potomac Associates, 1972.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MONTEIRO, K.F. G. et al. **O cultivo do dendê como alternativa de produção para a agricultura familiar e sua inserção na cadeia do biodiesel no estado do Pará**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.biodiesel.gov.br/docs/congressso2006/agricultura/CultivoDende.pdf>. Acesso em: 4 out. 2013.

OCB. **Panorama do cooperativismo brasileiro**. 2011. Disponível em: <www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro2011.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

OLAIDE, A. R et al. O Pronaf e as desigualdades na agricultura. **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLV. 2007. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/6/938.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2014.

OLIVER, R. W. Instinctive strategy: organic organizations rule. **Journal of Business Strategy**, v. 23, p. 7-10, sep./oct. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Manual do banco de dados cooperativo**. Curitiba: Ocepar, 2006.

_____. **Relatório do III Encontro de Dirigentes Cooperativistas**. Curitiba: Ocepar, 1971.

PINTO, A. V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PORTER, M.; KRAMER, M. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.

PREZOTTO, L. L. **A sustentabilidade da agricultura familiar**: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2009.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTC, 2000.

SALANEK FILHO, Pedro. Integração regional, desenvolvimento local e cooperativismo: o melhoramento da renda do pequeno produtor associado na cooperativa agroindustrial/lar de Medianeira/PR. Curitiba. In: SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE, I. **Anais...** UNIFAE, 2006.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruí. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALANEK FILHO, P. **Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da área de atuação da Cooperativa Copacol. 2007. Dissertação (Mestrado em Organizações e

Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Organizações e Desenvolvimento, UNIFAE, Curitiba, 2007.

SAVITZ, A. W. **A empresa sustentável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHOMMER, P. C.; FISCHER, T. Cidadania empresarial no Brasil: os dilemas conceituais e ação de três organizações baianas. **O & S**, v. 6, n. 15, p. 99-118, maio-ago. 1999.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2004.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M.; GUIMARAES, L. B. **Desenvolvimento sustentável**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Celulose e turismo**: Extremo Sul da Bahia. Salvador: SEI, 1996.

SEVILLA GUZMAN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

SILBER, S. D. Cenário da economia mundial e perspectivas da economia brasileira. CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, XI. **Anais...** Brasília, 1997. p. 23-36.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância, UFSC, 2001.

SILVA, B. C. N. et al. **Atlas escolar Bahia**: espaço geo-histórico e cultural. 2. ed. João Pessoa: Grafiset, 2004.

STROH. P. Y. (Org.). **Ignacy Sachs**: caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VÁZQUEZ BARQUEIRO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, J. E. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, R. F. A iniciativa privada no contexto social: exercício de cidadania e responsabilidade social. **RP em Revista**, Salvador/BA, v. 5, n. 22, maio 2007. Disponível em: <www.rp-bahia.com.br/revistaa_iniciativa_privada_no_contexto_social3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

WANDERLEY, M. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, UFPR, n. 2, p. 29-37, jun./dez. 2000.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento local: estratégia e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Org.). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rits, 2001.

Apêndice A - Questionário para Presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga

Nome: _____

Escolaridade: _____

Naturalidade: _____

Residente na Comunidade desde: _____

Tempo de atuação na Cooperativa: _____

- 1) Quando foi fundada a cooperativa(CAVI)?
- 2) Como é formada a cooperativa(CAVI)?
- 3) A cooperativa(CAVI) foi constituída(criada) inicialmente por quantos associados?
- 4) Quantos membros das associações hoje fazem parte da cooperativa(CAVI)?
- 5) A que você atribui o aumento ou a diminuição do número de membros na cooperativa(CAVI)?
- 6) As associações locais têm apoiado a cooperativa(CAVI) na produção e na comercialização de seus produtos?
 Sempre
 Quase sempre
 As vezes
 Raramente
 Nunca
- 7) A cooperativa(CAVI) possui apoio de órgãos públicos?
 Sim
 Não
Se sim, que e como? _____
- 8) A cooperativa(CAVI) possui apoio de empresas privadas?
 Sim
 Não
Se sim, justifique? _____
- 9) Cite as ações da cooperativa (CAVI) que foram ou que serão implementadas em benefício dos produtores associados. Coloque em ordem de hierarquia.
1° _____
2° _____
3° _____
4° _____
5° _____
- 10) A que você atribui o sucesso das Associações locais?
- 11) Em sua opinião, o associativismo tem sido uma alternativa de apoio ao desenvolvimento local?

- 12) Fale sobre sua experiência junto às associações e junto à cooperativa(CAVI)
- 13) Há quanto tempo está na presidência?
- 14) De acordo com IBGE, de 1991 a 2010, a população rural de Alcobaça tem diminuído. Você tem notado essa redução na comunidade de Pouso Alegre?
() Sim
() Não
Se sim, a que fatores a Senhora atribui essa redução? _____
- 15) Cite os benefícios Econômicos e Sociais que as Associações e a cooperativa(CAVI) podem trazer para Comunidade de Pouso Alegre. Coloque em ordem de hierarquia.
- 1° _____
- 2° _____
- 3° _____
- 4° _____
- 5° _____

Apêndice B - Questionário para os produtores rurais membros das Associações da Comunidade de Pouso Alegre

Nome: _____

Escolaridade: _____

Naturalidade: _____

Residente na Comunidade desde: _____

Pertence a qual Associação: _____

Tempo de atuação na Associação: _____

Tamanho da propriedade rural: _____

1) O que levou você a participar da Associação?

2) Qual a sua participação dentro da Associação?

3) Você faz parte do quadro de associados da Cooperativa Vale do Itaitinga (CAVI)?

 Sim Não

Se sim, Fale sobre sua experiência junto à cooperativa(CAVI) _____

4) Quais as ações que foram ou estão sendo implementados na associação em benefícios dos produtores? Coloque em ordem de hierarquia.

1° _____

2° _____

3° _____

4° _____

5° _____

5) Estar inserido na Associação proporciona algumas facilidades em relação ao desenvolvimento de sua propriedade?

 Sim Não

Se sim, Comente: _____

7) Aponte as 5 principais dificuldades da Associação.

1° _____

2° _____

3° _____

4° _____

5° _____

8) Quais as 5 principais atividades econômicas desenvolvidas em sua propriedade, em ordem de hierarquia?

1° _____

2° _____

3° _____

4° _____

5° _____

- 9) Se você não fizesse parte de uma associação, teria conseguido a sua propriedade rural?
 Sim
 Não
 Talvez, com muita dificuldade.
- 10) Como você avalia as ações das associações dentro da Comunidade de Pouso Alegre?
 Excelente
 Ótimo
 Bom
 Regular
 Péssimo
 Não saberia avaliar
- 11) Após entrar na Associação, sua qualidade de vida e de sua família melhorou, piorou ou manteve-se estável?
 Melhorou
 Piorou
 Manteve estável
- 12) Você trabalha na cooperativa (CAVI)? tem membros da família que trabalham lá?
 sim Não
- 13) Após a implantação da cooperativa (CAVI) sua renda familiar:
 Aumentou
 Diminuiu
 Manteve-se estável
 É Muito cedo para avaliar
 Não participo da cooperativa (CAVI)
Se não participa, pretende participar? Sim Não
- 14) Qual é a sua expectativa de melhoria da Comunidade com a participação das Associações?
 Excelente
 Ótima
 Boa
 Regular
 Péssima
 Não saberia avaliar
- 15) Qual é a sua expectativa de melhoria da Comunidade com a participação da Cooperativa Vale do Itaitinga (CAVI)?
 Excelente
 Ótima
 Boa
 Regular
 Péssima
 Não saberia avaliar

Apêndice C - Questionário para os Comerciantes da Comunidade de Pouso Alegre

Nome: _____

Escolaridade: _____

Naturalidade: _____

Residente na Comunidade desde: _____

Ramo de Atividade: _____

- 1) Em termos econômicos, quais as contribuições das Associações para Comunidade de Pouso Alegre?
- 2) Você acredita que as associações locais e a cooperativa(CAVI) tem contribuído para o desenvolvimento de Pouso Alegre?
 Sim
 Não
Se sim, Como? _____
- 3) Como você avalia as vendas de seu estabelecimento comercial, após criação das associações de Pouso Alegre e Constelação?
 Aumentou
 Manteve estável
 Não saberia dizer
 Diminuiu

Apêndice D - Questionário para o Gestor da Empresa Controller

Ao Gestor da Empresa Controller – Consultoria em Gestão Empresarial e de Empreendimentos Solidários

Nome: _____

Presta Serviços de Consultoria na comunidade Pouso Alegre desde: _____

- 1) Sua empresa presta serviços de consultoria para outras comunidades?
- 2) Como se deu a contratação de sua empresa para prestar serviços na Comunidade de Pouso Alegre?
- 3) Na sua opinião qual o objetivo da empresa contratante em ajudar a(s) comunidade(s)?
- 4) Em sua opinião, qual a importância das associações para a comunidade de Pouso Alegre?
- 5) Verificando o depoimento de líderes da comunidade e também documentos disponíveis na internet, ou seja, de domínio público; verifica-se que as ações desenvolvidas por uma grande empresa de papel e celulose na comunidade está inserido dentro de seu Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), como você relaciona o PDRT com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC)?
- 6) Qual a importância das ações da empresa contratante para o desenvolvimento da Comunidade de Pouso Alegre, das comunidades vizinhas e até mesmo para o município de Alcobaça/BA?
- 7) Em termos econômicos, quais as Contribuições das Associações e da Cooperativa (CAVI) para a comunidade de Pouso Alegre e para o município de Alcobaça?
- 8) Comente sobre as principais dificuldades encontradas pela Controller na comunidade de Pouso Alegre, tanto para implantação como para gestão da Cooperativa (CAVI).

Apêndice E - Entrevista com o Diretor e a presidente da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga

Entrevista realizada dia 13-3-2014 na Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga (CAVI).

Pergunta: Quantas associações têm hoje em Pouso Alegre? Como surgiram as associações?

Resposta: Hoje temos 2 associações em Pouso Alegre, que é a Constelação e Pouso Alegre. Elas surgiram porque no Final da gestão do prefeito Wilson Brito que tinha o conhecimento que a Lei orgânica do Município dizia que empresa que tivesse mais de 1000 hectares em diante, deixaria 30% para agricultura de subsistência e meio ambiente. Ai conhecendo isso, se a gente tivesse conhecimento antes a gente tinha exigido das duas Fazendas dar duas voltas na época, pois ela tinha mais que 1000 hectares. Ai como a gente não tinha conhecimento, mas o prefeito tendo este conhecimento ai quando a empresa veio a comprar ele disse vamos aplicar. Ai começou o surgimento. Ai no início que foi criando este aqui ai assim um moncado aconselhava a gente, não entra não isso não vai dar certo. Alguns não arriscaram e nós tivemos uma ideologia mais firme e ai deu certo ai criou-se a associação Pouso Alegre em 2001 e a Constelação em 2004. O pessoal queria fazer parte a área era pequena e ai veio depois a venda desta outra fazenda ai, ai também veio, a discussão ai se criou a constelação. Tem a do Itaitinga que lá em área extremante com a constelação era uma fazenda só.

P.: Porque mais de uma associação na mesma comunidade? Divergência de ideias?

R.: Não foi divergência e sim oportunidade.

P.: Quantas associações compõem a CAVI?

R.: Pouso Alegre, Constelação, Itaitinga e Novo Destino.

P.: Quantos membros têm a CAVI?

R.: 33 membros

P.: Como surgiu a CAVI?

R.: Surgiu de algumas discussões que a gente tinha quando no início, a gente tentava pleitear uma irrigação, ai a gente discutia o que era melhor a irrigação, de que forma vamos trabalhar como beneficiar a todos ai um cidadão lá deu a ideia da farinha. Ai começamos a discutir a farinha. Tanto que ela passou por vários processos de mudanças, porque no início nós pensamos em uma farinha comunitária, mas não com esse porte, com essa

estrutura. Seria uma farinheira onde alguém administração, alguém vinha fazia uma farinha e deixava uma comissão para pagar as despesas. Exemplo a família vinha e fazia a farinha e ai foram surgindo as ideias e fomos mudando o projeto chegou neste ponto e ainda tem mais coisa para fazer.

P.: Como surgiu o projeto da farinheira?

R.: Este processo foi mais ou menos 5 anos, entre as primeiras conversas até chegar na CAVI, então a gente pensava no inicio em uma casa de farinha, não era farinheira. A pessoa então não tinha segurança, tudo seria muito simples e muito pequeno. Onde as pessoas chegavam trabalhava sua farinha, deixava um parte e ai embora. Não teria empregado, não teria parte comercial, não teria nada. Só era para ceder para a comunidade para que estes produzissem a sua farinha de mandioca que eles plantavam. Mas ai começa a observar a oportunidade de mercado, volume de farinha que a Bahia consome e o Espírito Santo ai que veio o investimento na farinheira mesmo. Ai se pensou na cooperativa. De início a gente começamos fazendo parte de uma cooperativa de Medeiros Neto ai depois ocorreu esta desmembração e foi criada a nossa CAVI.

P.: Quantas famílias têm em Pouso Alegre? Quantas famílias de Pouso Alegre compõem a CAVI?

R.: 397 pessoas na comunidade de Pouso Alegre, 33 membros.

P.: Quais as perspectivas hoje da comunidade com relação a farinheira.

R.: Como todo empreendimento tem suas dificuldades, qualquer empresa tem suas dificuldades aqui também tem, mas isso traz uma melhoria para a comunidade ne. Hoje tem 14 pessoas diretas e 3 contratados e não fariam compromisso para comprar uma moto, um carro e hoje já pode fazer porque tem um salário garantido. Como no início aconteceu com as empresas comprando as fazendas houve um êxodo rural muito grande. Nossa comunidade já chegou a ter 500 e poucos alunos matriculados. Se não cria essas associações este povoado teria acabado ou tinha pouquinhos pessoas. Porém na época tinha poucas pessoas com padrão de vida melhor e muitos com uma situação caótica, E hoje digamos que padronizou. Poucas pessoas tinham um carro aqui. Hoje já bastantes pessoas têm carro. Por exemplo, a roça hoje se você for sobreviver dela, fazer a feira dela não dá não. Porque a roça não é como hortaliça que você tem dinheiro todo final de semana, mas todos aqui tem uma outra forma de sobrevivência e essas outras forma de sobrevivência mantem a feira e no final de ano você tem a colheita na roça ai, ai sim com este dinheiro você melhora sua casa, compra o carro uma moto e a vida melhora.

P.: Ocorreu audiência pública, reuniões com a comunidade antes da implantação?

R.: Audiência pública não, teve várias reuniões.

P.: Existem documentos em atas?

R.: Eu acredito que a associação tem algum documento em ata. Tem uma menina que participava, não me lembro o nome, ela tem esses papéis.

P.: Vocês fizeram visita a outras farinheiras comunitárias?

R.: Fomos em Cruz das Almas, lá tem farinheira. Fomos para conhecer e tiveram a infelicidade de chegar lá e estar chovendo muito e não pode ser feito o trabalho como deveria ter sido feito.

P.: Cursos, gestão, trabalhos?

R.: O Senar até chamamos também o Sebrae. Porém o Sebrae só veio na primeira reunião e depois sumiu. O Senar deu um apoio bonito na parte de orientação, manejo do produto, tratos dos alimentos, usar tocas, essa parte e nós temos até um problema também no aspecto cultural, pois a atividade agrícola, usando uniforme e tal. Mas o Senar nos deu muito apoio.

P.: Tem outros projetos previstos na comunidade para promover o desenvolvimento local?

R.: Ontem teve uma reunião sobre rede de esgoto, a gente está sempre correndo atrás. Quando eu fiquei na liderança da associação eu consegui um trator, vários implementos, uma parceria com a Fibria, construímos um galpão, escritório da associação e aí eu deixei a ideia implantada para esta construindo uma fábrica de beiju, biscoito e derivados da mandioca a gente está tentando, mas isso deveria ser aís puxado pelo pessoal a frente da associação. Assim eles não têm essa mesma visão da gente.

P.: Participação do poder público neste empreendimento?

R.: Jacão quando foi prefeito deu uma contribuição para associação, liberou um terreno na época para construir um galpão.

P.: A farinha tem comprador certo?

R.: 20 dias atrás estávamos vendendo para Venda Nova do Imigrante/ES. Não confirmaram novo pedido ainda não. Estamos vendendo local. Local assim: Itabuna, Ilhéus. Mais é Bahia e Espírito Santo. O Ideal é vender na Bahia, para não pagar os 12% de impostos.

P.: Vocês recebem algum subsídio, já que a mandioca leva aproximadamente até um ano ficar em ponto?

R.: Das 57 pessoas que fazem parte da associação, que são sócios só temos 3 pessoas que só sobrevivem da agricultura. Todos os outros têm outra atividade. Tem a despesa do dia-a-dia até a roça chegar pra melhorar a casa, comprar um carro, o extra.

P.: Como é a logística de abastecimento e distribuição?

R.: compramos do produtor associado, pagamos na hora. Não são todos que são sócios que são cooperados, e por opção. A condição de ser associado cooperado e que faça parte das associações. Nem todos fizeram a opção Produzimos a farinha e no estatuto já diz que a cada dois anos é feito um rateio e encima daquilo que ele vendeu e feito a distribuição lucros, ele tem uma porcentagem. Temos um caminhão que recolher as mandiocas. Neste 10 meses conseguimos manter a cooperativa abastecida. O problema é que estamos colhendo a mandioca com 10 ou 11 meses. Isso impacta na produção o ponto ideal é 14 meses, assim a mandioca produz menos. Não estamos na produção máxima, nosso ponto de equilíbrio é 20 sacos e no projeto podemos fazer até 60 sacos. Estamos longe.

P.: Vocês fazem marketing?

R.: Agora vamos fazer, pois com o empacotamento, vamos ter que criar uma marca.

P.: O pagamento pelas venda é a vista?

R.: Recebe na hora. Alguns pedem prazo de 20 dias.

P.: A gestão da farinheira é feita por quem? Como? Existe ajuda externa? Quem? Porquê?

R.: Polimata e outros consultores.

P.: Quais as dificuldades hoje encontradas na farinheira?

R.: Uma delas é a mandioca, a procura foi muito grande. Por isso estamos arrancando a mandioca nova e o mercado às vezes dá uma superlotação e depois dá uma queda.

P.: Como cooperativa buscar resolver esse problema?

R.: Com a parte comercial e Polimata que está nos ajudando.

P.: Quais são os planos para futuro?

R.: Empacotadora e a fábrica de biscoito.

Anexo A - Reportagem sobre a inauguração da Cooperativa de Agricultores Vale do Itaitinga

Título: **Fibria e a Cooperativa Vale do Itaitinga (CAVI), inauguram farinha comunitária**

Fonte: www.teixeiraverdade.com.br. Disponível em: <www.teixeiraverdade.com.br/video-fibria-inaugura-farinheira-comunitaria-na-comunidade-de-pouso-alegre/>. Tempo: 9min57seg

A comunidade de Pouso Alegre no município de Alcobaça acaba de ganhar uma farinha comunitária, a ação faz parte do programa de desenvolvimento rural territorial instituído pela Fibria para promover o fortalecimento das associações de pequenos produtores rurais e envolve a parceria da cooperativa do vale Itaitinga.

Entrevistado: Giodano Bruno Automare, Gerente de Sustentabilidade da Fibria

Pergunta: Para falar um pouco sobre a farinha, convidamos o senhor Giodano Bruno Automare.

Resposta: Uma obra como esta tem a possibilidade de beneficiar diretamente não só as pessoas que residem na comunidade de Pouso Alegre, mas como toda região, ela é a soma de esforços, um processo todo de construção, de cooperação, entre essas pessoas, essas comunidades, a prefeitura e a empresa. Essa cooperativa é um embrião de vários outros empreendimentos comunitários que podem estar vinculados a ela no futuro. É muito importante que esse processo seja bem acompanhado, bem conduzido para que seja sustentável no longo prazo. A gente tem grande expectativa na participação desses agricultores nos processos de desenvolvimento desse território e aqui do município.

P.: Qual a participação do município de Alcobaça neste empreendimento?

R.: O município acompanhou todo processo de implantação, planejamento, todo processo de certificação e tem dialogado junto conosco, principalmente na estratégia de comercialização dos produtos, o município pode ser um dos principais consumidores da farinha produzida aqui dentro dos programas nacionais de alimentação escolar, programa de aquisição de alimentos, então o foco dessa unidade é vender local e regionalmente.

P.: Uma obra dessa magnitude, a geração de emprego e renda vai aumentar bastante nessa comunidade?

R.: Não só na comunidade, mas na micro região, tem os empregos que foram gerados diretamente, mas a gente não pode esquecer que essa unidade está vinculada a uma cooperativa. Nessa cooperativa você tem agricultores que vão fornecer matéria-prima para essa unidade, esses agricultores, eles desenvolvem suas próprias relações de negócio econômicas, então você tem um impacto direto na geração de emprego e renda, mas você tem um impacto muito grande no campo, na produção de matéria-prima, com venda garantida, com preço correto, esquivando de atravessador, então isso já é um ganho em rede muito grande.

Entrevistado: Fausto Camargo, Coordenador de Sustentabilidade da Fibria

Pergunta: Uma obra dessa magnitude é super importante para comunidade, não só de Alcobaça, mas de toda região?

Resposta: Para todo o Extremo Sul, porque é a primeira farinheira sífada do Extremo Sul, totalmente regularizada, comunitária, com uma produção agroecológica, todo plantio é ecológico, quase orgânico, e é uma farinheira de resíduo zero, não tem nenhum resíduo, tudo é reaproveitado, então é um exemplo para Extremo Sul todo.

P.: O que as outras comunidades que tem essas farinheiras alocadas podem esperar da Fibria?

R.: O mesmo tratamento, todo mundo que está trabalhando conosco, vai ter o mesmo tratamento, isso aqui não é uma unidade piloto, é a primeira unidade de muitas.

Entrevistada: Adelina Santana Soares da Silva, Presidente da Cooperativa Vale do Itaitinga

Pergunta: Está feliz com empreendimento?

Resposta: Estou muito feliz, muita gente achava que não ia acontecer e graças a Deus, para todo mundo ver está acontecendo hoje. O primeiro dia, da inauguração.

P.: Empregando muita gente do campo?

R.: Com certeza, já tem 12 e em nome de Jesus vai se muito mais.

P.: Foi difícil? Foi fácil? Empregar todo esse pessoal?

R.: Até que não foi difícil não, porque através do pessoal da Fibria eles tem dado muito apoio, esse presente de Deus é eles que deram para gente, para reunir o pessoal é fácil.

P.: A participação da Fibria nesse empreendimento foi importante?

R.: Com certeza foi superimportante, tem 30 anos que moro na região de Pouso Alegre e nunca vi um empreendimento desse, esse é o primeiro e eu tenho certeza que vai continuar.

Fechamento da reportagem feita com um comunicado do Sr. Adão, Diretor da CAVI:

É uma satisfação imensa está aqui nesse momento, vendo esse sonho realizado, depois mais de 5 anos de luta, vê ele concluído. Eu não preciso nem agradecer o pessoal da Fibria, a empresa que construiu e finalizou esse patrimônio, que se passaram por aqui 3 empresas para que esse patrimônio ficasse pronto, sofreu varias adequações e isso aqui é um sonho realizado e que a gente acredita que jamais acabará, se passado de geração para geração, diretores assumiram e outros viram e isso vai dar continuidade, porque em poucos lugares se consegue uma estrutura dessa a onde vai gerar 14 empregos diretos para comunidade e não consegue nem contar mais ou menos 144 famílias praticamente diretas beneficiadas, porque são as que estão envolvidas com as associações e isso vai continuar melhorando a situação de nossa comunidade, a gente sabe dos problemas que tem empresas, que tem qualquer órgão qualquer situação, sabe das vantagens. A mais ou menos 10 anos atrás nesta comunidade, poucas pessoas tinham uma casa de alvenaria, eu não sei se vocês conhecem a maioria delas eram de enchimento, se contava as pessoas, ou melhor, e difícil a gente conseguir um carro para levar alguém para Teixeira, era o maior Deus nos acuda. Hoje poucas pessoas tem uma casa de enchimento na comunidade, varias pessoas tem um carro na comunidade e que isso foi o desenvolvimento das associações, dos movimentos sociais que lutaram para que conseguisse esse patrimônio. Então a gente fica quase sem palavras, diante dessa situação. E futuramente nos vamos estar construindo aqui a empacotadeira, que vai agregar mais valores ainda aos nossos produtos, nos vamos conseguir mais clientes, vamos conseguir diretamente no mercado, com o selo de barras. E já foi discutido em certa época uma fabrica de biscoito, não foi possível ser concluído, mas nos estamos, após esse documento sair agora, nos temos CNPJ, nos vamos estar voltando a sonhar e a lutar para conseguir e construir a fabrica de biscoito próximo daqui, que vamos aproveitar a caixa d'água, a energia, todo um padrão.

Anexo B - Artigo 151 da Lei Orgânica do Município de Alcobaça

Fonte: Lei Orgânica do Município de Alcobaça, de 3 de abril de 1990. <<http://pmalcobaca.ba.gov.br/outros/arquivos/lei-organica-antiga.pdf>>.

Art. 151 - As empresas ou indústrias, iniciativa privada ou pública, que adquirir propriedades rurais acima de 1.000 ha, deverá por lei deixar 30% dessa área para:

I - Preservação ecológica;

II - Para cultivo das agriculturas de subsistências;

III - Para a pecuária.

Art. 152 - É proibido a devastação dos manguezais, ante a sua comprovada utilização; aquele que infringir tal dispositivo será punido conforme a Lei em vigor.

Art. 153 - Os recursos provenientes das multas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente serão destinados a um fundo gerido pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, na forma da Lei.

SEÇÃO VII

DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 154 - Compete ao município, em cooperação com os governos estadual e federal, promover o desenvolvimento de seu meio rural, através de planos de ações que levem ao aumento da renda proveniente das atividades agropecuárias, à maior geração de empregos produtivos e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

Art. 155 - Todas as atividades de promoção do desenvolvimento rural do município deverão constar do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que, aprovado formalmente pela Câmara de Vereadores, identificará os principais problemas e oportunidades existentes, proporá soluções e formulará planos de execução.

Art. 156 - O Poder Executivo Municipal enviará à Câmara dos Vereadores num prazo de 90(noventa) dias, projeto de lei propondo a instituição e a aprovação dos estatutos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, em cuja composição deverão constituir maioria os representantes das comunidades rurais do Município, de órgãos de classe e de instituições atuantes no setor agropecuário, encarregado das seguintes funções principais:

I - coordenar a elaboração e recomendar a aprovação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, devidamente compatibilizado com as políticas estaduais e federais;

II - participar da elaboração e acompanhar a execução dos planos operativos anuais dos diferentes órgãos atuantes no meio rural do município, integrando as suas ações;

III - opinar sobre a aplicação de recursos de qualquer origem destinados ao atendimento da área rural do município;

IV - acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos planos e programas agrícolas em desenvolvimento no município.